



Diogo Lourenço Soares Oliveira

(Re)criando Adão e Eva:
Papéis de género na educação das crianças
portuguesas (séc. XVIII)

Dissertação de Mestrado em História: Época Moderna, orientada pela Doutora Maria Antónia Lopes, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

(Re)criando Adão e Eva:
Papéis de género na educação das
crianças portuguesas (séc. XVIII)

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	(Re)criando Adão e Eva: Papéis de género na educação das crianças portuguesas (Séc. XVIII)
Autor/a	Diogo Lourenço Soares Oliveira
Orientador/a	Maria Antónia Lopes
Júri	Presidente: Doutora Maria Alegria Fernandes Marques Vogais: 1. Doutora Maria Antónia da Silva Figueiredo Lopes 2. Doutora Cristina Maria Coimbra Vieira
Identificação do Curso	2º Ciclo em História
Área científica	História
Especialidade/Ramo	Época Moderna
Data da defesa	29-10-2018
Classificação	19 valores
Capa	Adão e Eva com os filhos Abel e Caim – Lorenzo de Ferrari (1680-1744); óleo s/ tela; 92x95 cm; coleção privada



Agradecimentos

Apesar da experiência enriquecedora a nível pessoal que adquiri graças ao presente trabalho, muitos foram os momentos em que as dificuldades pareciam inultrapassáveis. Nessas ocasiões, a colaboração de várias pessoas impediu o esmorecimento e contribuiu para o resultado final que agora se apresenta. Merecem, assim, menção e um agradecimento especial.

Começo por agradecer a todos os amigos e conhecidos que de alguma forma me incentivaram à continuação da investigação, pelos comentários entusiasmados que faziam sempre que eu partilhava o tema que estava a trabalhar. Mas de entre eles devo um agradecimento especial a Caroline Ribeiro, pela curiosidade em ouvir as conclusões a que ia chegando, e a Maria Eduarda Chiarelli, que para além do interesse que demonstrou no projeto ainda deu sugestões de abordagem que se revelaram enriquecedoras para o resultado final.

A verdade é que o presente trabalho não foi resultado de apenas dois anos. O meu interesse em aprofundar a investigação na área dos Estudos de Género só foi possível graças às aulas entusiásticas a que assisti nos anos de Licenciatura com uma das melhores professoras que tive ao longo do meu percurso académico. Só tenho a agradecer tudo o que me ensinou, não só enquanto aluno e orientando de Mestrado, mas também a nível pessoal. Levo com orgulho na memória tudo o que aprendi com a grande professora e amiga Maria Antónia Lopes, à qual devo um sincero e especial agradecimento.

E porque as figuras modelares têm um papel fundamental na formação das crianças, quero agradecer ainda aos meus dois padrinhos, Paulo Soares e Pedro Serrano. Foi graças aos exemplos que tive de ambos que construí desde cedo um conceito de masculinidade saudável, em que a paternidade e as tarefas domésticas eram encaradas num homem com a naturalidade que se espera no séc. XXI. Por isto e pelo apoio incondicional que sempre deram, obrigado.

Finalmente, o agradecimento mais especial de todos guardo-o para a minha mãe. Foi graças ao esforço e insistência dela para que estudasse sempre que este projeto foi possível. Mas também agradeço pela paciência que teve ao longo destes meses para ouvir o meu entusiasmo com as conclusões que ia retirando ao longo da investigação. As palavras são insuficientes para exprimir a gratidão que sinto por tudo o que fez por mim ao longo destes anos, quer para a minha formação enquanto pessoa quer enquanto profissional.

A todos/as, um muito obrigado!

(Página deixada propositadamente em branco)

Sumário

Agradecimentos	3
Resumo.....	7
Abstract	8
Introdução.....	9
Capítulo I – Conceptualizações	18
1. O conceito de género	20
2. O conceito de sexo nos textos portugueses setecentistas.....	24
3. Género: um anacronismo?	28
4. Sobre o conceito de criança em Portugal do século XVIII	33
Capítulo II – Masculinidade e Feminilidade no séc. XVIII	38
1. Espaços.....	39
2. Honra e Vergonha	47
3. Sexualidade, casamento e adultério.....	59
4. Gestão da(s) casa(s).....	71
5. Fraqueza e Robustez.....	78
6. Emotividade.....	84
7. Formosura.....	90
8. Gula.....	96
9. Ociosidade e Trabalho.....	100
10. Verdade e Mentira.....	106
Capítulo III – Papéis de Género e Educação Infantil	114
1. Formação Pessoal e Intelectual	115
2. Influências	120
a) Pais e Mães	120
b) Mestres e Mestras	126
c) Outros	130
3. Colégios e escolas	134
Considerações finais	142
Fontes e Bibliografia.....	158

(Página deixada propositadamente em branco)

Resumo

As nações modernas do nosso tempo têm-se esforçado por promover a igualdade de género dentro das suas fronteiras. Mas estarão a fazê-lo desde o início das vidas dos seus cidadãos? O presente trabalho explora o problema da desigualdade na infância ao estudar a educação das crianças portuguesas do século XVIII e a reprodução dos preconceitos de género desde os seus primeiros anos. Inicia-se com alguns esclarecimentos conceptuais de termos usados ao longo do trabalho, nomeadamente com a sustentação da opção de usar a palavra “género” em detrimento de “sexo”, mesmo num contexto em que a conceptualização em redor da palavra ainda não tinha sido inteiramente formulada. Segue-se a análise de documentação setecentista de diversas tipologias, tais como tratados, romances e correspondência privada, com base na qual se procuram traçar os perfis considerados à época tipicamente femininos e masculinos. Tendo em consideração tais características – maioritariamente surgidas a partir de idealizações da realidade e generalizações estereotípicas – procuram-se vestígios da sua presença na educação real das crianças. Para além da reprodução de padrões, explora-se a importância das figuras modelares, nomeadamente pais e professores, na assimilação dos papéis de género. Aborda-se, ainda, o funcionamento distinto em termos curriculares das escolas femininas e masculinas de então. Finalmente, apela-se a uma reflexão sobre o futuro: fará sentido manter a educação das crianças de hoje igual à de um tempo em que as diferenças de género eram não só aceites mas promovidas na sociedade?

Palavras-chave: crianças, educação, feminilidade, género, masculinidade, Portugal

Abstract

The modern nations of our time have been putting special efforts on promoting gender equality within their borders. But are they doing that since the very beginning of their citizens' lives? This paper explores the problem of inequality since childhood as it studies the eighteenth century Portuguese children's education and the reproduction of gender stereotypes since their first years. It starts with the explanation of some of the chosen conceptual terms used throughout this work, like the word "gender" instead of "sex", even though the conceptualization of this term was yet to be made back in the eighteenth century. These explanations are followed by the analysis of documents like treaties, novels and private correspondence, in order to understand which characteristics were considered typically female and male. Keeping in mind such characteristics – mainly idealizations of reality and stereotypical generalizations – we look for traces of their presence in the actual education of children. Furthermore, it also studies the importance of role models, like parents and teachers, in the assimilation of gender roles. In addition, it explores the distinct curricular models of each female and male only schools. At last, it invites for a reflection on the future of education: does it make sense to keep nowadays children's education like it was in a time when gender inequality was not only accepted but also promoted by society?

Key words: children, education, femininity, gender, masculinity, Portugal

Introdução

Um dos problemas mais debatidos nas sociedades ocidentais tem sido a desigualdade de género, assim como as consequências que dela advêm. O ideal de igualdade de direitos previsto na larga maioria das constituições destes países revela-se impraticável sempre que homens e mulheres veem as suas vivências diárias repletas de problemas que, se fossem do género oposto, não teriam de enfrentar. Sempre que estas situações acontecem estamos, assim, perante um verdadeiro atentado aos princípios basilares das democracias modernas.

Ora os historiadores, assim como outros profissionais ligados à investigação científica, surgem comprometidos com os problemas do seu tempo. As ferramentas que possuem ao seu dispor permitem um aprofundamento das problemáticas que estão no núcleo dos problemas da atualidade e, compreendidas as origens, será mais fácil dar-lhes resposta. Foi precisamente devido a esta dupla identificação – como historiador e como cidadão comprometido com a realidade presente – que me propus partir em busca das origens destes problemas e de possíveis soluções.

Mas a solução é bastante controversa. Isto porque estas desigualdades não são um produto moderno, mas antes resultado de centenas de anos de reprodução geracional de preconceitos que se enraizaram nas mentalidades de tal forma que, para muitos, não estamos perante um problema. Para alguns cidadãos dos países onde mais se discutem estas questões, incluindo Portugal, a desigualdade deriva de diferenças naturais e biológicas que se traduzem numa “justa” diferença salarial inferior para as mulheres, por estas poderem engravidar, ou em denúncias de assédio sexual contra homens ignoradas, dadas as expectativas sociais que se esperam das afirmações de masculinidade. Acontece que este é o verdadeiro problema: não reconhecer que estamos perante um problema.

Mas a negação de alguns cidadãos não é o único entrave a uma sociedade justa e igualitária. Isto porque os preconceitos enraizados são diversos e vão muito além destes extremos. Assimilamos de tal forma a desigualdade que, ainda que reconheçamos a necessidade de direitos legais igualitários para homens e mulheres e os vejamos expressos na lei, não nos apercebemos das desigualdades com que somos confrontados

no nosso quotidiano. Estereótipos como “as mulheres conduzem pior que os homens”, “um homem não chora”, “as mulheres são melhores em letras” e “os homens são melhores nas engenharias”, continuam presentes mesmo nas mentes que reconhecem a necessidade de ver a igualdade firmada na lei. Mas ter demasiadas certezas entra em conflito com o avanço científico, principalmente quando derivam de pré-conceitos sem a sustentação de estudos sérios. Não podemos, por isso, deixar de questioná-los.

A primeira questão que devemos levantar é: quando foi a primeira vez que ouvimos formulações como estas previamente citadas? Quando foi a primeira vez que as desigualdades de género entraram na nossa vida? Terá sido realmente apenas na idade adulta quando o mercado de trabalho começou a ditar discriminações entre homens e mulheres? Não. A desigualdade começa desde o primeiro momento em que o ultrassom anuncia aos pais o sexo da criança. Formulam-se as primeiras expectativas – a pequena bailarina e o jogador de futebol – que são depois transpostas para elementos mais visíveis – o quarto cor-de-rosa e o quarto azul, assim como as roupinhas e brinquedos. O verdadeiro problema não está nestes inocentes pormenores, mas no que eles simbolizam e as mensagens que transmitem. O menino receberá carrinhos, um avião que ele próprio irá construir, um super-herói que irá idolatrar. A menina receberá bonecas, uma cozinha de brincar e livros repletos de histórias de lindas princesas inocentes e apaixonadas. Desde cedo, as crianças interiorizam que existem brinquedos “de menina” e brinquedos “de menino”, com os quais podem ou não brincar consoante o género que lhes foi atribuído à nascença. Para as crianças não existem engenharias ou letras. Para as crianças existem as brincadeiras que as acompanham desde o berço. Mas não estarão estas brincadeiras a representar atividades futuras que desde cedo os mais pequenos interiorizam como próprias ou impróprias para si, consoante as mensagens que lhes foram transmitidas?

É atualmente impossível garantir que uma criança cresça totalmente livre de estereótipos de género na sociedade portuguesa. Ainda que os pais se esforcem por garantir que os filhos sejam livres de brincar com o que desejam, a família não é uma ilha isolada de influências sociais. Seja na creche, na escola, na televisão, nos supermercados ou na rua em contato com vizinhos e conhecidos, as crianças recebem constantemente mensagens sobre o que é adequado a meninas e a meninos. Até que

ponto, ao verbalizar estereótipos, não estamos a criar nas mentes dos adultos de amanhã ideias que se limitam a reproduzir preconceitos e não verdadeiras observações da natureza? Até que ponto não estamos a desvalorizar demasiado o impacto de uma educação que começou desde o berço a direccionar meninas para certas áreas profissionais e meninos para outras? O que aconteceria se invertêssemos os papéis de género na educação? As listas de colocados em cursos de engenharia permaneceriam com uma clara predominância masculina? Ou, num mundo ideal, o que aconteceria se em vez de inverter os papéis se preferisse antes uma educação igualitária livre de estereótipos de género desde os primeiros anos de vida?

Certo é que continuamos a lutar por uma sociedade justa e igual enquanto educamos as crianças sob modelos desiguais, tal como o faziam os nossos antepassados. O presente trabalho surge como forma de analisar os antecedentes desta educação distinta consoante o género, inserida numa sociedade que ao contrário da dos nossos dias não tinha qualquer preocupação com a igualdade de homens e mulheres. A igualdade é, aliás, um conceito estranho para a mentalidade do Antigo Regime. A sociedade encontrava-se meticulosamente hierarquizada e cada um ocupava uma posição específica na pirâmide social. Esta ia muito além da divisão tripartida em nobreza, clero e povo, com o rei no topo da pirâmide a governar todos os outros. Dentro de cada um destes estados encontramos divisões internas e, entre elas, o género surge como um critério que determinava uma diferença hierárquica que ia desde o lar doméstico até ao espaço público, com desigualdades claramente expressas na lei.

Apercebemo-nos, ao analisar a educação que as crianças de então recebiam, que também se procurava replicar as diferenças de género desde os primeiros anos. A realidade do presente surge na sequência deste passado, com a particularidade que no séc. XVIII a desigualdade estava normalizada e consagrada na lei. No entanto, apesar das legislações distintas e da distância temporal, apercebemo-nos que a educação de então tinha muitas semelhanças com a educação de hoje. O mesmo modelo educativo surge com muitos preceitos inalterados pelo tempo, apesar da sociedade moderna ter hoje diferentes exigências. O problema é evidente: como colher a igualdade quando plantamos a diferença?

A questão dos papéis de género na educação surge, assim, como um tema atual e extremamente pertinente que vai ao encontro das necessidades das sociedades modernas. Para além da sua importância, surge como um tema desafiante para o próprio investigador. As fontes são abundantes, uma vez que encontramos indícios das perceções da época sobre os elementos que constituíam a masculinidade e a feminilidade numa vasta gama de documentos. No entanto, sendo os investigadores eles próprios frutos da reprodução social de estigmas ligados a estas questões de género, são colocados perante o desafio constante de perceber não só toda a complexidade dos problemas da desigualdade legal e social como de identificá-los no mundo que os rodeia e ao qual estão habituados. Esta consciência das realidades sociais do presente e o espírito crítico para as questionar são fundamentais não só para analisar devidamente o passado, que procuramos compreender melhor com o distanciamento temporal, como para o interrogar também a ele. Será através destas questões que se chegará a hipóteses explicativas para os fenómenos que compõem a realidade que nos rodeia. Foi a união entre a relevância do tema e o desafio de desconstrução pessoal que me aliciaram a pôr em prática esta investigação cujos resultados agora se apresentam.

Importa desde já salientar que, como referido, as fontes disponíveis para estudar este tema são abundantes e dos mais diversos tipos. Os estereótipos encontravam-se de tal forma enraizados que os comentários dos autores acabam por refleti-los frequentemente de forma quase inconsciente. Além disso, podemos abordar o tema por diferentes perspetivas. Poderemos selecionar um conjunto de características e analisá-las numa perspetiva relacional ou cingir a análise a um só género. Podemos ainda selecionar apenas uma característica e aprofundar a análise da mesma, seja numa perspetiva relacional ou unilateral. Esta diversidade de fontes e abordagens conduz a que, necessariamente, este tema não fique esgotado nestas páginas. Optámos pela primeira perspetiva sugerida, ou seja, selecionar algumas das características consideradas tipicamente femininas ou masculinas com base nas fontes consultadas e proceder a uma análise da aplicação das mesmas na educação das crianças da época. Dados os estudos já existentes que nos proporcionaram o *background* necessário, optámos pela análise comparativa pela maior consciência dos fenómenos como um todo que esta perspetiva nos apresenta. A título de exemplo, note-se que a submissão feminina só é compreensível se for contraposta à dominação masculina. A solução para

esta questão passará não só por mudar a forma como se educam as raparigas como também os preceitos com que se educam os rapazes.

Quanto à escolha das fontes, perante a imensidão de possibilidades, privilegiámos a diversidade. Procurámos incluir não só os tratados sobre a educação redigidos por autores portugueses, como Martinho de Mendonça de Pina e Proença e António Ribeiro Sanches, como também livros de histórias, incluindo estrangeiras mas com grande divulgação em traduções portuguesas, como as *Aventuras de Telémaco* de François Fénelon e o *Thesouro de Meninas* de Madame Leprince. No entanto, para compreender a aplicação dos papéis de género na educação das crianças, é preciso percebê-los e identificá-los. Usámos para isso fontes mais direccionadas a um público adulto, onde as diferenças de género se revelam mais evidentemente. O casamento, enquanto relação que envolvia na época necessariamente um elemento masculino e um feminino, dá-nos uma visão privilegiada das diferenças não só entre marido e esposa mas também entre homem e mulher. O *Casamento Perfeito*, de Diogo Paiva d'Andrada, revelou-se um instrumento fundamental não só para identificar as diferenças como para compreender a justificação que se dava na época às mesmas. Mas também os folhetos satíricos, sucessivamente reeditados, nos mostram algumas características que se consideravam tipicamente femininas ou masculinas. Finalmente, o trabalho de compilação de Heloísa Bellotto facilitou-nos o acesso à correspondência privada entre D. Luís de Sousa Botelho Mourão e D. Leonor de Portugal. O contacto com o quotidiano da época surge-nos nas cartas deste casal com uma naturalidade aliciante que nos permite perceber não só as diferenças de comportamento na vida adulta, através dos dois cônjuges, mas também na educação dos mais pequenos, já que tinham dois filhos e duas filhas com idades próximas.

Estruturámos a dissertação consoante os passos que demos na própria investigação. Assim, inicia-se com um esclarecimento de conceitos, fundamental para melhor se compreender a terminologia usada ao longo do trabalho. Para além de uma contextualização dos estudos de género desenvolvidos na última década, justificamos o porquê das escolhas do termo “género” em detrimento de “sexo”. Concretizamos ainda o nosso objeto de estudo: as crianças portuguesas desde o nascimento até ao início da adolescência.

De seguida, procedemos ao levantamento de alguns dos preconceitos da época atribuídos a homens e mulheres e procuramos compreender as origens que os justificam.

O terceiro e último capítulo é dedicado exclusivamente à educação das crianças e à aplicação de critérios distintos para meninos e meninas. Tratamos neste ponto não só da formação pessoal e intelectual diferenciada, mas ainda das influências que algumas figuras que contactavam com os jovens tinham no seu percurso de vida, assim como do ensino coletivo em estabelecimentos próprios.

Terminamos este primeiro ponto introdutório com o início – quer do contacto do leitor com o presente trabalho através do seu título, quer da existência humana segundo a crença judaico-cristã. De facto, *(Re)criando Adão e Eva* remete para várias possibilidades de interpretação, trabalhadas no primeiro capítulo, e que procurei condensar no pré-título introdutório. As duas personagens bíblicas, o primeiro homem e a primeira mulher, surgem frequentemente como parte de argumentos que procuram justificar teologicamente as diferenças de género. No entanto, as duas personagens são bastante mais complexas do que as interpretações simplistas que ainda hoje, com tanta frequência, lhes são aplicadas. Se pensarmos no relato do *Génesis*, não são as diferenças sexuais primordiais que ditam as diferenças nos papéis sociais. Quando Deus cria o homem e a mulher, tem por objetivo que façam companhia um ao outro. É o castigo divino pelo pecado original que determina a submissão de Eva a Adão, sendo que esta punição acaba por resultar de alguma forma das próprias ações do casal. Em última instância, podemos considerar que foi o primeiro casal que criou indiretamente as diferenças de género, como consequência das suas ações. Somos assim levados a concluir que, segundo o relato bíblico, primeiro surge o sexo e só depois o género na criação divina. Sempre que as duas personagens são evocadas em discussões sobre questões de género estamos assim a *recriar* as diferenças ditadas pelo pecado original. Por outro lado, quando falamos de educação, falamos de *criar* as crianças segundo certos parâmetros. Muitas vezes certas interpretações do mito original passam também elas por *criar* novas abordagens ao fenómeno. Mas quando educamos as crianças segundo um modelo diferenciado, fazemos tudo isto ao mesmo tempo: *criamos* as crianças porque as ensinamos; *criamos* interpretações do mito e, com base nelas, *recriamos* os papéis de género que extraímos das nossas interpretações, muitas vezes

acreditando que terão sido *criados* por Deus para que fossem *recriados* por homens e mulheres. Certo é que, simbolicamente, Adão e Eva surgem associados à ideia de origem, de início. E a verdade é que quando recuamos no tempo até ao século XVIII, apercebemo-nos de que não é lá que se encontram as origens de preconceitos de género que ainda hoje vemos na nossa sociedade. Encontramos referências a um passado mais recuado, mas é difícil estabelecer um início absoluto. Na ausência de um marco histórico a partir do qual efetivamente se terão criado papéis de género diferenciados, Adão e Eva surgem como um símbolo que dá resposta a essas necessidades. Finalmente, o uso do gerúndio remete para a ideia de continuidade, refletindo assim as práticas que ainda hoje se reproduzem, se *recriam* de geração para geração.

Foi na iconografia italiana que encontramos a obra que ilustra a capa do presente trabalho. A verdade é que a pintura de Lorenzo de Ferrari (1680-1744) vai ao encontro destas ideias de Adão e Eva enquanto origem e reprodução dos papéis de género tradicionais. Afinal, se não fosse o título, dificilmente o observador comum saberia identificar as duas personagens bíblicas. Após o pecado original, marido e mulher deixam de surgir entre a vegetação com a nudez exposta ou coberta com folhas para darem lugar a duas personagens que, não fosse o ambiente circundante uma paisagem exterior e rudimentar, poderiam bem representar uma família de lavradores segundo os modelos idealizados pelos pensadores setecentistas. A mulher que espera o esposo com um sorriso no rosto e a roca e o fuso na mão contrasta com o corpo atlético do marido, moldado pelo trabalho no campo que a gadanha representa. Para completar o cenário, os dois filhos do casal assistem desde crianças aos modelos comportamentais distintos do pai e da mãe, interiorizando que também eles deverão replicar as mesmas funções no futuro.

Em suma, o presente trabalho propõe uma reflexão acerca dos modelos educativos de setecentos, mas não menos dos atuais, e questiona se, trezentos anos depois, continuará a fazer sentido educar meninos e meninas de forma diferenciada, fornecendo ferramentas epistemológicas aos estudiosos e observadores da educação atual que ajudam a desconstruir concepções e práticas anacrónicas, frutos de uma mundivisão que não são, nem podem ser, a de um mundo assente nos ideais da

igualdade, da autodeterminação individual e do respeito por todas as opções de vida que em nada prejudiquem os outros.

Capítulo I – Conceptualizações

Compreender o significado dos conceitos utilizados ao longo de um trabalho científico revela-se absolutamente fundamental para garantir que as conclusões retiradas pelo investigador são inteiramente apreendidas pelo leitor. Este esclarecimento torna-se especialmente relevante quando os conceitos utilizados criam por vezes interpretações dúbias devido às suas diferentes aplicações, em diferentes contextos e com diferentes significados.

Na presente investigação, os conceitos fulcrais giram sobretudo em torno da relação entre sexo e género. Ao analisar a preocupação do Antigo Regime com a educação das crianças em termos de género, percebemos à partida que os próprios contemporâneos reconheciam que as características tipicamente associadas ao feminino e ao masculino não nasciam necessariamente intrínsecas aos indivíduos. Era por vezes necessário aprimorar estas características através da educação e, em muitos casos, a educação tinha mesmo de ir mais longe e tentar criar temperamentos que não existiam previamente nas crianças. É exemplo disto a preocupação de Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743), em 1734, ao aconselhar os pais a adotarem uma série de medidas com o objetivo de tornarem os filhos robustos¹. Daqui se depreende, portanto, que a robustez, associada ao masculino como oposto da fragilidade feminina, não nascia necessariamente com as crianças do sexo masculino. Afinal, se assim fosse, não seria necessária uma educação que a formasse. Por outro lado, não podemos ignorar que a educação, noutros pontos, surgia precisamente da necessidade de modelar os espíritos com o objetivo de controlar os defeitos considerados inatos ao sexo. É o caso da preocupação em ensinar as meninas a bordar, por exemplo, que advinha em parte de uma tentativa de atenuar a ociosidade, tipicamente associada ao sexo feminino. Neste caso, a educação surge não como elemento que forma novas características mas como método de correção de defeitos considerados inatos. No fundo, a educação procurava preparar as crianças para que estas se encaixassem nos estereótipos impostos pela sociedade e pudessem desempenhar os seus papéis de género consoante as expectativas

¹ “a boa educação [...] também deve attender a quanto póde adquirir para o corpo, disposição perfeita, robusta, e capaz, não só do estudo, mas de todos os laboriosos exercícius da vida activa, e militar...” in PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de – *Apontamentos para a educação de hum menino nobre*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, p. 2.

sociais. Expetativas estas que se foram impondo e reproduzindo com sucesso ao longo dos tempos pela sua aceitação social quase incontestada.

Contudo, para compreender exatamente o que queremos dizer com estas afirmações e antes mesmo de começar a concretizá-las com exemplos práticos, afirmase a necessidade de explicar o que significam termos como “género”, “sexo”, “estereótipos” e “papéis de género”. Seguir-se-á um esclarecimento fundamental relativo ao uso do conceito de “género”, cuja conceptualização apenas surgiu com os movimentos feministas do séc. XX², numa investigação relativa ao séc. XVIII. Procurarei esclarecer o porquê de utilizar este termo, tendo sobretudo em consideração a necessidade de a historiografia se modernizar na utilização da linguagem para se referir a realidades já existentes no passado mas cuja conceptualização apenas surgiu mais tarde. Para isto, procurarei sobretudo salientar elementos que provam que nem toda a sociedade setecentista encarava o sexo como um determinismo biológico que implicasse necessariamente a adoção de certos comportamentos ao longo de toda a vida. Para isto serão úteis alguns casos concretos da época cujo papel de género se alterou ao longo das suas existências individuais, revelando casos em que as vivências sociais ultrapassavam na prática as categorias de “homem” e “mulher” para abrir espaço para, por exemplo, o “não-homem”.

Para além dos conceitos relacionados com as vivências sociais ligadas ao género, importa explicar ainda como são utilizados os conceitos de “criança” e “educação” no presente trabalho. Para isso, procurarei em primeiro lugar explicitar a que fase da vida me refiro, mais precisamente o intervalo de idades investigado, assim como apresentar as razões para essa seleção. Quanto à questão da educação, importa salientar que no presente trabalho está mais ligada à ideia de formação pessoal do que de instrução técnico-profissional. Apesar dos planos de estudos das escolas da época serem citados, a minha principal preocupação será a formação das crianças enquanto indivíduos sociais e não tanto a sua formação profissional. Os planos de estudos e a

² SCOTT, Joan – “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 85. Importa destacar no entanto que na p. 72 a autora dá-nos conta de que nos finais do séc. XIX a palavra “género” já era utilizada com um significado próximo ao atual – em 1878, Gladstone teria afirmado por exemplo que “Atenas não tinha nada do sexo além do género, nada da mulher além da forma”. Consideramos no entanto os finais do séc. XX como data de referência porque só nesta altura começou a surgir a preocupação com uma análise crítica do conceito e, conseqüentemente, se definiram mais concretamente os seus significados.

instrução surgem apenas como forma de demonstrar os diferentes percursos de vida possíveis para meninos e meninas, mas não aprofundarei as temáticas aprendidas nas escolas.

Começemos, em primeiro lugar, por esclarecer os conceitos ligados aos estudos de género e por sustentar as razões pelas quais estes foram usados no presente trabalho.

1. O conceito de género

Para dar a conhecer o conceito de género e para esclarecer qual o significado que lhe atribuímos, começarei por abordar o surgimento da reflexão em torno deste. Seguir-se-á uma análise da sua função assim como dos vários significados que lhe são atribuídos. Finalmente, abordarei a questão da busca pela legitimidade científica no meio académico, onde os estudos de género têm vindo a procurar afirmar-se com uma reformulação da forma de pensar a História e as relações de poder.

Segundo Sofia Bergano, podemos encontrar o início da conceptualização do conceito de género durante o feminismo de *segunda vaga*³. Seguindo a divisão proposta por Alexandra Kaplan, os movimentos feministas repartem-se em três vagas, demarcadas cronologicamente e com reivindicações distintas⁴. No caso da segunda vaga, situada cronologicamente entre as décadas de 60 e 80 do séc. XX, encontramos a primeira tentativa explícita de separar a realidade biológica dos corpos, o sexo, da construção da identidade sexual dentro da sociedade, o género. Devemos destacar neste ponto que para além desta dimensão de construção social, a conceptualização do género tem por trás a ideia de autoconsciencialização das mulheres enquanto grupo oprimido. Para Bergano, esta consciência está subentendida nas reivindicações pela igualdade desde meados do séc. XIX⁵.

Ainda que as reflexões em torno do conceito datem sobretudo dos anos 70 do séc. XX, a verdade é que as reflexões sobre a distinção entre biologia e construção social já existiam antes da *segunda vaga* feminista. De facto, a antropóloga Margaret Mead, em 1935, tinha já baseado a sua investigação nesta ideia de que “o sexo é

³ BERGANO, Sofia - *Ser e tornar-se mulher: Geração, Educação e Identidade(s) Feminina(s)*. Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra, 2012, p. 21.

⁴ Citada a partir de BERGANO, Sofia - *Ser e tornar-se mulher...*, p. 21.

⁵ *Idem*, p. 20.

biológico mas que o comportamento sexual é uma construção social”⁶. Nos anos 40 do séc. XX, Simone de Beauvoir traria para reflexão a célebre frase *On ne nait pas femme: on le devient* (“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”) e suscitaria o debate em torno da construção social da essência feminina.

Verificamos assim que a palavra “género” continha em si “uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’”⁷. Esta nova forma de encarar as diferenças entre homens e mulheres trouxe novos temas de análise para as várias áreas de investigação. Afinal, se a subordinação feminina não se dá por motivos biológicos pré-determinados e impostos pela natureza, então as relações de poder não são necessariamente imutáveis. Significa isto que o conceito tem por função, segundo Ana Correia,

“argumentar que as diferenças biológicas, embora reais, não justificavam as diferenças em termos de papéis sociais que a partir delas as sociedades patriarcais tinham instituído, com o objetivo de criar na sociedade e nas próprias mulheres uma noção de identidade que as associava ao espaço privado e às tarefas domésticas”⁸.

Ora, se as relações de poder entre homens e mulheres não têm um fundamento biológico, contestá-las é uma possibilidade e uma reivindicação política dos grupos feministas.

A utilização do termo “mulheres” está, segundo Joan Scott, mais diretamente ligado aos movimentos feministas e às suas políticas consideradas “ruidosas”⁹ e agressivas em relação ao *status quo*, ainda hoje profundamente marcado pelas desigualdades nas relações de poder.

É neste contexto que o conceito de “género” se vai afirmando nos trabalhos científicos. Para além de se demarcar dos movimentos políticos feministas, ao usar uma terminologia neutra, tem ainda a vantagem de “sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens”¹⁰. De facto, não podemos esquecer que os estudos de género devem incluir sempre esta dimensão relacional do

⁶ “Género”. AMARAL, Ana Luísa; MACEDO, Ana Gabriela (coord.) - *Dicionário da crítica feminista*. Porto: Edições Afrontamento, 2005, p.87.

⁷ SCOTT, Joan – “Género: Uma categoria útil de análise histórica”..., p. 72.

⁸ Citado a partir de BERGANO, Sofia - *Ser e tornar-se mulher...*, p. 22.

⁹ SCOTT, Joan – “Género: Uma categoria útil de análise histórica”..., p. 75.

¹⁰ *Idem*, p. 75.

feminino com o masculino. Mulheres e homens não viviam em mundos separados. Partilhavam contextos sociais responsáveis pela afirmação da diferença entre ambos e era a relação com o “outro” que consolidava essa diferença imposta culturalmente. Como Scott afirma, “estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo”¹¹. No entanto importa recordar que, como Maria Antónia Lopes salienta, o que a historiografia produziu durante muitos anos deu conta das vivências do homem e descurou a mulher, resultando num masculino conhecido vs. feminino desconhecido¹². Como seria possível estudar o masculino e o feminino numa perspetiva relacional se uma das duas partes permanecer desconhecida e oculta? Este desconhecimento, hoje já bastante mais ultrapassado, sustenta a existência de estudos parcelares, não só os que surgem focados exclusivamente no feminino como aqueles que, pelas temáticas exploradas pelas investigações na área da História das Mulheres, deixaram a descoberto áreas da História dos Homens até então pouco exploradas e ainda desconhecidas sobre o universo masculino. Só assim será possível estudar géneros feminino e masculino numa perspetiva relacional.

Importa também ressaltar que mesmo que o conceito de “género” inclua também os homens, a verdade é que ainda hoje quando falamos em “Estudos de Género”, mesmo entre a comunidade científica, o pensamento direciona-se de imediato para as mulheres. A exclusão das mulheres da História, para a qual os movimentos feministas anglo-saxónicos chamam a atenção pela própria utilização do termo *his-story*¹³, leva-nos a esquecer por vezes um dado fundamental que Robert Nye salienta ao afirmar “it could be argued that men have been written about only as politicians, diplomats, generals, tycoons, and the like and not *as men*”¹⁴. É com base nesta necessidade de não descurar o papel dos homens enquanto *homens* na História que fazemos questão de destacar a sua presença nas análises da presente investigação. Afinal, não podemos esquecer que a opressão das mulheres passava não só pela educação destas para a

¹¹ *Idem*, p. 75.

¹² LOPES, Maria Antónia – “Notas para o estudo do papel social da mãe: Representações e normas teatrais de Manoel de Figueiredo”. In *Revista Portuguesa de História*, nº 24, Coimbra, 1988, p. 72

¹³ “História/Herstory”. Ana Luísa; MACEDO, Ana Gabriela (coord.) - *Dicionário da crítica feminista*, p. 96.

¹⁴ NYE, Robert A. – *Masculinity and Male Codes of Honor in Modern France*. Berkeley: University of California Press. 1998, p. 11.

submissão, como pela educação dos homens desde cedo para o domínio. Esta análise relacional é fundamental para compreender as relações de poder ligadas a questões de género, quer no passado quer no presente.

Sumariamente, o conceito de género foi introduzido enquanto demarcação entre a construção social dos papéis sociais e a realidade biológica nos finais do séc. XX, mas a consciência dessa diferença já existia antes da conceptualização. A formulação do conceito teve por consequência uma contestação das relações de poder pré-existentes e significou uma libertação de velhos preconceitos atribuídos a todas as mulheres e homens que se acreditavam biologicamente intrínsecos às suas realidades sexuais.

À primeira vista, a utilização de um conceito apenas formulado no séc. XX pode parecer desapropriado quando aplicado ao séc. XVIII. É certo que não encontrávamos ainda no séc. XVIII esta reflexão em torno do conceito e que o alcance da autoconsciência da opressão era bastante limitado – isto não significa, porém, que não existisse. No entanto, como será esclarecido no subcapítulo 3. Género: um anacronismo?, temos indícios da época que demonstram que a realidade do género enquanto construção social já existia. Assim sendo, há que esclarecer que a utilização da palavra “género” no presente trabalho está sobretudo ligada ao seu significado enquanto construção social das ideias de “homem” e “mulher”, ligadas a estereótipos, que eram impostos como forma de interpretar características biológicas.

Para percebermos exatamente em que consistiam os estereótipos da época e a forma como estes tinham influência na sociedade, ao descrevê-la e ao modelá-la através dos papéis de género, passemos de seguida a conceptualizar estas ideias.

Quando pensamos em estereótipos associados ao feminino e ao masculino, surgem-nos em mente aquelas características que a sociedade costuma atribuir a cada um deles. Assim, os diversos estudos relativos às categorias sexuais citados por Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral tendem a atribuir ao masculino a ideia de domínio, dinamismo e autonomia enquanto o feminino costuma estar ligado à passividade, à submissão e à emoção¹⁵. Mas o que são afinal estereótipos sexuais?

¹⁵ “Estereótipo”. Ana Luísa; MACEDO, Ana Gabriela (coord.) - *Dicionário da crítica feminista...*, p. 54.

Para Del Boca e Ashmore, os estereótipos consistem num conjunto de crenças sobre homens e mulheres que, segundo William e Best, são comuns ao ideário de um grupo de indivíduos e têm por função “facilitar a categorização e a simplificação do ambiente social, numa tentativa de dar sentido e consistência a uma realidade complexa”¹⁶. Importa no entanto salientar que os estereótipos são simplificações da realidade observada, e não um retrato fiel da sociedade. O estereótipo ignora o indivíduo para o submeter à imagem do grupo. É neste ponto que os estereótipos dão origem aos papéis de género, que são impostos aos indivíduos.

Podemos visualizar os estereótipos como uma descrição simplificada da realidade complexa, daquilo que a realidade social *é* de alguma forma. Os papéis de género, por sua vez, estão ligados à ideia do que a sociedade *deve ser*, onde homens e mulheres ocupam lugares distintos no corpo social e adotam comportamentos específicos de acordo com o que a sociedade lhes atribuiu.

Os papéis de género eram incutidos através da educação e a ideia de honra era um instrumento de controlo social que garantia o seu cumprimento. Através da ameaça de humilhação pública e exclusão social, o medo da desonra garantia que homens e mulheres desempenhassem o papel social que lhes estava atribuído. Desenvolveremos esta ideia de honra e vergonha em capítulo próprio.

Por enquanto passemos de seguida à análise do conceito de sexo e os significados que lhe eram atribuídos no século XVIII, para então podermos refletir sobre a legitimidade da aplicação do conceito de género ao século das luzes.

2. O conceito de sexo nos textos portugueses setecentistas

O termo “sexo” está muito mais presente no nosso vocabulário do que o termo “género”. A utilização recorrente do termo faz com que seja fácil encontrá-lo em qualquer dicionário, sem que seja necessário preocupar-nos com a atualidade do mesmo, já que a sua significação não se alterou. Assim, num dicionário escolar de 2003, encontramos o vocábulo sexo definido da seguinte forma:

¹⁶ *Idem*, p. 54.

“Sexo (cs), s. m. comportamento característico do macho ou da fêmea; os órgãos reprodutores; conjunto de pessoas que têm morfologia idêntica relativamente ao aparelho sexual.”¹⁷.

O conceito de sexo para a sociedade setecentista estava igualmente relacionado com as três significações apresentadas pelo dicionário. Observemos a definição apresentada por António de Moraes Silva (1755-1824) em 1789:

“SEXO, s. m. a distinção que a natureza poz entre os maxos, e as femeas de cada especie. Disfarçar o sexo, usar dos que pertencem às pessoas do outro sexo. § O sexo mais fraco, o sexo formoso, ou o bello sexo, as mulheres.”¹⁸.

Para além da associação à biologia, encontramos na definição de Moraes os indícios de certas características associadas ao feminino que refletem já alguns preconceitos da sociedade da época: o sexo fraco. De facto, existia uma interpretação desta realidade biológica que se transpunha para a realidade social sob a forma de estereótipos. É esta interpretação do sexo enquanto elemento biológico ligado à morfologia dos corpos com consequências inescapáveis na personalidade e nas capacidades que nos interessa particularmente tratar.

De facto, quando o quinhentista Baltasar Dias fala na “Malícia das Mulheres”, para além de agrupar todo o sexo feminino num único grupo, atribui-lhes defeitos intrínsecos, comuns a todas e que considera inerentes à própria condição de mulheres. Esta abrangência materializa-se na citação que faz de Cícero “Em nenhuma firmeza jaz,/ Mas antes todas são mãs,/ Cheas de toda a malícia.”¹⁹. Convém referir que o folheto de Dias foi várias vezes reeditado ao longo do séc. XVIII, reflexo do seu grande alcance e aceitação do público leitor.

Outros há, porém, que atribuem ainda mais explicitamente certas características inerentes ao sexo. É o caso do autor que escreve sob o pseudónimo de Amador do Desengano, que as licenças identificam como Manuel Ribeiro²⁰. Autor do *Espelho*

¹⁷ “Sexo”. In: *Dicionário Língua Portuguesa. Dicionário do Estudante*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 2003, p. 893.

¹⁸ SILVA, António de Moraes - *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau / reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*, tomo II, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 399.

¹⁹ DIAS, Balthazar – *Malicia das Mulheres*, Lisboa Occidental: Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1647, p. 7.

²⁰ DEZENEGANO, Amador do - *Espelho Critico, no qual claramente se vem alguns defeitos das Mulheres*, Lisboa, 1761, p. 14.

Crítico, igualmente reeditado sucessivamente ao longo do séc. XVIII, Manuel Ribeiro atribui sobretudo três defeitos a todas as mulheres: a ignorância, a inconstância e a formosura²¹. A aplicação de tais características a todas as mulheres fica clara na citação que faz de Tomás de Tomassetes, que o autor deixa claro ser “Doutor em hum, e outro Direito” e portanto figura de autoridade: “nestas regras, affirma, que são como aquellas, em que a Filosofia acha certos, e irrefragaveis principios, que não admittem limitação, ou excepção; pelo que não tem aqui lugar o axioma, que diz, que toda a regra tem sua excepção”²².

Em ambos os autores podemos verificar uma associação direta entre o sexo e as características associadas às mulheres, neste caso apenas defeitos. E no caso masculino? Julian Pitt-Rivers esclarece-nos que características como a coragem, tipicamente associada ao masculino, encontrava a sua base de sustentação biológica nos testículos:

“Masculinidade significa coragem, seja usada com fins morais ou imorais. É um termo constantemente ouvido no *pueblo* e o conceito é expresso pela quintessência física sexual do macho (*cojones*). A noção oposta é indicada pelo adjetivo *manso* – que significa ao mesmo tempo manso e castrado. Sem a base fisiológica necessária, o sexo fraco não pode obviamente possuir coragem e a coragem não faz parte das exigências da honra feminina”²³.

Como podemos verificar, a interpretação de Pitt-Rivers vai mais longe ao afirmar que as mulheres não conseguiriam ter acesso sequer a certas características consideradas tipicamente masculinas. Daí que sempre que uma mulher praticava atos de coragem estes fossem vistos com surpresa. Em ambientes onde a ameaça de guerra era constante, heroínas surgiam com frequência e, com a sua coragem, envergonhavam os homens acobardados perante o inimigo. C. R. Boxer dá-nos vários exemplos destes, especialmente nos domínios portugueses no Norte de África, onde o clima de instabilidade era constante no séc. XVI. Cite-se o seguinte exemplo:

“Em outra ocasião, quando Arzila parecia prestes a cair perante um furioso ataque dos Mouros, o baixo moral da guarnição foi reanimado por uma das filhas do governador, mulher casada que estava então prenhe e com a barriga à boca de uma filha que logo

²¹ Convém esclarecer que a verdadeira crítica apontada por Ribeiro é à vaidade associada à formosura, assim como ao controlo que a formosura feminina exerce sobre os homens. No entanto, o autor identifica o terceiro defeito como sendo a “formosura” pelo que mantemos a designação original.

²² DEZENGANO, Amador do - *Espelho crítico...*, p. 7.

²³ RIVERS-PITT, Julian – “Honra e posição social”. In *Honra e Vergonha*, J. G. Peristiany (coord.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965, p. 32.

pariu. Na companhia da mãe e das irmãs, envergonhou os soldados acobardados para que voltassem aos seus postos e empunhou uma besta com a qual atirou aos Mouros.”²⁴.

Mas qual a origem destas diferenças entre os sexos? Baltasar Dias levanta uma possibilidade para justificar a possível origem da submissão e passividade femininas, por oposição ao domínio masculino. Citando o autor, “No Genesis podeis ler,/ Onde Deos a mandou ser/ Ao homem sempre sogeita”²⁵. A submissão feminina tem sido muitas vezes atribuída a esta decisão divina original, ditada por Deus desde o princípio dos tempos. Mas a verdade é que para além desta determinação divina, também as relações sexuais tinham um papel crucial na definição dos papéis sociais, na medida em que procuravam transpor para o quotidiano as posições sexuais praticadas na intimidade.

De facto, Katherine Crooks chama a atenção para o facto de a penetração sexual reforçar a passividade feminina. A autora destaca que qualquer comportamento assertivo da mulher durante o ato sexual estava expressamente proibido e que a Igreja Católica chegou mesmo a ir ainda mais longe nas proibições – “The Catholic Church banned sex with women on top as it was na “unnatural’ position considered emblematic of woman’s usurpation... of male’s superior status.”²⁶.

Também Joan Scott destaca que a sexualidade é apontada por algumas feministas como a chave para a compreensão da origem do patriarcado e consequentemente das diferentes relações de poder entre homens e mulheres. Para isto, cita os trabalhos de Catherine MacKinnon sobre a objetificação da mulher no ato sexual. O homem é visto como o sujeito que pratica o verbo no objeto, a mulher²⁷.

Ora, sempre que falamos em diferenças cuja origem reside na sexualidade, estamos a falar de diferenças cuja origem reside, em princípio, na morfologia do corpo. No entanto, como veremos mais à frente, as relações sexuais não impunham socialmente características de passividade e submissão apenas aos sujeitos do sexo feminino. De facto, a atribuição de características ligadas ao sexo feminino a elementos

²⁴ BOXER, C. R. – *A mulher na expansão ultramarina Ibérica*, Lisboa: Livros Horizonte, 1977, p. 17.

²⁵ DIAS, Baltazar – *Malícia das Mulheres...*, p. 7.

²⁶ CROOKS, Katherine – “Erecting, Entering, Emitting: Early Modern Definitions of Manhood and Masculinity”. In *Afficio Undergraduate Journal*, Winter 2011. Disponível em: <http://www.smu.ca/academics/name-70837-en.html>.

²⁷ SCOTT, Joan – “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”..., p. 77.

do sexo masculino em relações homossexuais coloca em dúvida se tais características estariam ligadas ao sexo enquanto morfologia do corpo ou se estariam antes ligadas aos papéis desempenhados na relação sexual. Daqui advém que, se os papéis desempenhados nas relações sexuais podiam atribuir características tipicamente femininas a indivíduos do sexo masculino e características masculinas a indivíduos do sexo feminino, o sexo não só não detinha na realidade a imutabilidade que se lhe atribuía, como também não era tão determinista como se poderia pensar no destino de um indivíduo.

Passemos por isso de seguida a uma análise mais atenta destes casos excepcionais, onde pode estar a chave para compreender que também no séc. XVIII o ser homem e ser mulher eram construções sociais e não determinismos biológicos e que, portanto, a utilização do termo “género” faz mais sentido que o termo “sexo” para interpretar uma realidade existente mas ainda não conceptualizada.

3. Género: um anacronismo?

À primeira vista poderá parecer desapropriado aplicar à realidade setecentista um conceito que apenas foi verdadeiramente pensado e conceptualizado no séc. XX. No entanto, a verdade é que o conceito só foi necessário porque existia uma realidade que ainda não tinha sido devidamente pensada e denominada. Quando Simone de Beauvoir afirmava que não se nasce mulher mas que se apreendem as características supostamente inatas ao sexo através da educação, o conceito género ainda não tinha sido pensado. E, contudo, eis que a realidade surge em Beauvoir claramente descrita sem que a palavra “género” seja utilizada. O vocábulo, por sua vez, também não era novo. Como Scott salienta, no séc. XIX já era usado o termo gramatical “género” para fazer referência a traços de carácter – em 1876, o *Dictionnaire de la langue française* sugeria a utilização do termo “On ne sait pas de quel genre il est, s’il est mâle ou femelle, se dit d’un homme très caché, dont on ne connaît pas les sentiments”²⁸. Verificamos neste ponto, portanto, que se assumia a possibilidade de um indivíduo do sexo masculino ser do género feminino, dadas as dúvidas causadas pela sua dissimulação dos sentimentos. No entanto, estamos a falar do séc. XIX. Poderemos aplicar estas realidades ao séc.

²⁸ “Não se sabe de que género ele é, se é macho ou fêmea, diz-se de um homem muito dissimulado, do qual não se conhecem os sentimentos”. In SCOTT, Joan – “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”..., p. 72.

XVIII e à situação portuguesa? Procuremos, pois, indícios que demonstrem que os setecentistas sabiam reconhecer, ainda que muitas vezes não explicitamente, que as características associadas a homens e mulheres não eram inatas ao sexo e à realidade biológica, mas antes imposições sociais.

Como verificámos anteriormente, o texto do *Espelho Crítico* é profundamente misógino e muitas vezes usado por diversos investigadores como forma de sustentar que os contemporâneos do autor consideravam certos defeitos naturalmente inatos a todas as mulheres, dando assim a entender, de facto, que certas características estariam ligadas ao sexo feminino. Como vimos, as citações usadas pelo autor remetiam também para a aplicação universal das conclusões que apresenta. Porém, logo na folha de rosto do folheto, em letras cujo tamanho pode passar despercebido em comparação com as palavras “Crítico” e “Mulheres”, claramente ressaltadas para chamar a atenção do leitor, encontramos a indicação “Que pode servir de estímulo para a reforma dos mesmos defeitos”²⁹. Ao encerrar o texto, o autor enuncia claramente o seu objetivo: “Tenho acabado: o fructo, que daqui desejara, que todos tirassem, era que as mulheres fossem mais comedidas em seus ornatos, e os homens mais acautelados em suas vistas. Ellas mais discretas para o bem, e ignorantes para o mal, e constantes no que for para honra e gloria de Deos”³⁰. Não podemos deixar de notar que, apesar da citação de Tomás de Tomassetes, o autor deixa claramente em aberto a possibilidade de, com esforço, as mulheres poderem reformar estes defeitos. Mudar estas características implicaria continuar com a mesma morfologia corporal associada ao sexo feminino e, no entanto, não possuir as características que lhe estariam supostamente intrinsecamente associadas. Entramos assim em contradição, a menos que se admita a hipótese de estas características não serem afinal inatas ao sexo feminino.

Baltasar Dias, autor da *Malicia das Mulheres*, entra numa contradição semelhante. Como vimos anteriormente, citando Cícero, declara que “todas são mãs,/ Cheas de toda a malicia”³¹. Porém, também ele na folha de rosto e em letras de tamanho bastante mais reduzido que nas palavras “Malicia” e “Mulheres”, insere a indicação que

²⁹ DEZENGANO, Amador do - *Espelho critico...*, capa.

³⁰ *Idem*, p. 13.

³¹ DIAS, Balthazar - *Malicia das Mulheres...*, p. 7.

o texto é “àcerca da malícia, que ha em algumas dellas”³². Se a malícia se resume a “algumas” e não a “todas”, então não é necessariamente intrínseca à condição feminina.

Diogo Paiva de Andrade (1576-1660), por sua vez, leva-nos a pensar no significado do conceito “mulher”. O autor do *Casamento perfeito* (1630), obra destinada a aconselhar todos os que pretendessem viver em harmonia no matrimônio e também ela sucessivamente reeditada, deixa uma interessante citação para reflexão. Num capítulo onde disserta sobre a necessidade de dar primazia à beleza interior na escolha da futura parceira e deixar a beleza física para segundo plano, cita uma frase latina de Juvenal – “Se bem descobrires a verdade, amais o rosto, & não a molher”³³. Convém neste ponto contextualizar algumas das conclusões prévias do autor para compreendermos o significado que esta afirmação pode conter. Há uma oposição clara entre a beleza interior, as virtudes que cultivamos muito em parte pela educação que recebemos e das quais “pode aver no mundo copia mui larga, pois dependem de nosso alvedrio, cuja liberdade he igual em todos”³⁴, e a beleza física, que depende da Natureza. Devemos ter em consideração que a referência a “amais o rosto” na citação remete para a beleza física e, por consequência, para a Natureza. Curiosamente, este “rosto” surge por oposição à mulher na sua essência. Amar verdadeiramente a *mulher* passaria por amar não o rosto ou a sua aparência física no geral, mas antes as virtudes que esta possui graças ao seu livre arbítrio e à educação que recebeu. Ser mulher passará, pois, muito mais por estas características cultivadas do que pelas características inatas que a Natureza concedeu. Ora, este raciocínio abre o caminho para interpretar que a verdadeira essência do “ser mulher” passaria não por uma característica inata ao sexo mas pela educação que recebe e pelas escolhas que faz.

Colocadas estas hipóteses com recurso a fontes portuguesas, atentemos de seguida nas possibilidades levantadas no subcapítulo dedicado à conceptualização do sexo: seriam os papéis de género definidos pelo sexo enquanto morfologia do corpo ou seriam antes determinados pelo sexo enquanto relação carnal?

Em primeiro lugar, há que salientar uma consequência inevitável se considerarmos que as origens das diferenças de género residem em características

³² *Idem*, capa.

³³ ANDRADA, Diogo Payva de – *Casamento perfeito*. Lisboa, 1630, p. 34.

³⁴ *Idem*, p. 34.

sexuais imutáveis ao longo dos tempos. A verdade é que, como Scott nos chama a atenção, se as diferenças têm origem na biologia, então o género é a-histórico, já que as relações entre os sexos não se modificaram ao longo dos tempos e, por consequência, a construção social não se teria alterado³⁵. Não faria sentido, portanto, estudar as modificações de um conceito inalterado. No entanto, a verdade é que a biologia nem sempre era determinista nem mesmo no séc. XVIII.

Katherine Crooks recorre a alguns casos de hermafroditas, a maioria deles franceses, para ilustrar esta realidade. Servem estes casos para demonstrar que a atribuição de um papel na sociedade estava mais ligado ao ato sexual do que à morfologia do corpo. Grandjean é apresentado como um indivíduo que possuía todas as características do sexo masculino, nomeadamente a presença de um pénis com a possibilidade de ereções. No entanto, a utilização dos pronomes deixam clara a posição das autoridades da época quanto ao género atribuído socialmente a este sujeito – “her’ inability to ejaculate prevented ‘her’ from being defined as male”³⁶. Definir alguém socialmente como homem dependia, portanto, não só da morfologia do corpo como também da funcionalidade plena dos órgãos sexuais.

A principal linha de argumentação da autora prende-se sobretudo com o facto de um indivíduo do sexo masculino cujos órgãos genitais não lhe permitissem ter relações não conseguir aceder aos privilégios que o casamento dava a um homem. Afinal, esta funcionalidade era requerida para a consumação do matrimónio como forma de validá-lo. Ora tendo em consideração que o casamento era um requisito não só para a independência como para o desempenho de certos cargos públicos e posições de poder na sociedade, um homem que não fosse capaz de desempenhar o seu papel sexual não tinha acesso a estes privilégios associados à masculinidade³⁷. Note-se também que, para além dos privilégios na sociedade, o casamento significava a formação de uma nova família, cujas relações de poder internas delegavam no *pater familias* direitos sobre os seus subordinados, nomeadamente a esposa e eventuais filhos. A impossibilidade de consumação significava igualmente que estes privilégios mais intimistas mas nem por

³⁵ SCOTT, Joan – “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”..., p. 78.

³⁶ CROOKS, Katherine – “Erecting, Entering, Emitting...”

³⁷ *Idem*.

isso menos significativos em termos de relações de poder ficavam interditos a estes homens.

No entanto, há que ter em consideração que a reputação pública de um homem dependia deste ser capaz de desempenhar o seu papel enquanto marido no matrimónio ao satisfazer os desejos sexuais da esposa – o chamado débito conjugal – que não se resumia à consumação. O resultado era que a reputação de um homem estava permanentemente nas mãos da esposa. A qualquer momento esta poderia expô-lo publicamente com acusações falsas ou, pior ainda, cometer adultério. Aos olhos das sociedades setecentistas, este ocorria quando a esposa não encontrava a satisfação dos apetites sexuais em casa, com o marido.

Como veremos em capítulo próprio, a honra consistia na reputação pública de um homem, que estava em grande parte dependente do seu desempenho sexual. Daqui se depreende que, a partir do momento que um homem perdia a sua reputação e parte dos seus privilégios atribuídos pela sociedade, passávamos a estar perante uma nova categoria social. Este homem, apesar de morfologicamente do sexo masculino, não tem os privilégios socialmente associados à masculinidade.

Tal como os casos de hermafroditas, também os eunucos apresentam características curiosas que põem em causa a dualidade de sexos e os papéis de género na sociedade. Robert Nye cita Charles Ancillon sobre o desprezo que a sociedade nutria por estes homens: “The gravest insult one could offer to an ‘honnête homme’, he wrote, was to call him a eunuch, that is, a man who was not potent, was unable to engender offspring, and who possessed the appearance and the sentiments of a woman”³⁸. Também os eunucos, apesar de possuírem órgãos sexuais masculinos, ainda que parciais, eram estereotipados como homens incompletos que possuíam simultaneamente características femininas e masculinas. Devido a esta desconfiança que recaía sobre eles, os eunucos não desempenhavam os mesmos papéis na sociedade que um homem que tivesse pleno respeito público.

Ao analisar estes exemplos relativos a casos masculinos, verificamos que a dimensão pública acabava por expor os homens a certos critérios que os dividia

³⁸ NYE, Robert A. – *Masculinity and Male Codes of Honor...*, p. 71.

internamente. Na praça não existiam simplesmente homens como uma categoria única, possuidora de certos privilégios próprios e inerentes a todos. Para ser um homem “completo” era necessário corresponder a uma série de exigências que ia além da mera posse de órgãos sexuais masculinos. Os privilégios do género masculino, enquanto construção social resultante de uma sociedade patriarcal que beneficiava os homens, não eram atribuídos a todos os indivíduos do sexo masculino. O sexo não determinava necessariamente o destino.

Para terminar este ponto, importa fazer referência à educação das crianças cujas conclusões a que chegámos no decurso do presente trabalho demonstram claramente uma preocupação com a modelação dos espíritos para um papel social específico. As meninas não são educadas da mesma forma que os meninos. Como veremos adiante de forma mais aprofundada, a educação destinada aos rapazes ia ao encontro dos estereótipos associados ao sexo masculino de domínio e poder enquanto para as meninas o foco era a submissão e a obediência. A título de exemplo devemos perguntar-nos: se a coragem estivesse de facto ligada à posse de testículos, porque Martinho de Mendonça de Pina e Proença sentiu necessidade de alertar os pais para levarem os filhos a combater medos tão simples como o medo do escuro³⁹?

Em suma, verificamos que ainda que os contemporâneos não o expressassem de forma direta e que a interpretação seja fundamental para entendê-la, a ideia de que as características associadas a homens e mulheres não eram inatas, antes apreendidas pelo contacto com o mundo que lhes ditava fórmulas de comportamentos sociais, estava presente na Época Moderna.

4. Sobre o conceito de criança em Portugal do século XVIII

Em primeiro lugar há que salientar que a valorização da criança no séc. XVIII acaba por ter como consequência a proliferação de textos de diversa natureza e cujo principal foco é esta fase da vida. Assim sendo, e tendo em consideração que os estudos de género implicam uma análise cuidadosa do texto em busca daquilo que por vezes não é dito explicitamente mas que está subentendido nas palavras, a abundância e diversidade de fontes é fundamental. Afinal, as conclusões tiram-se a partir de leituras variadas de onde se vão extraindo informações dispersas que, quando comparadas,

³⁹ PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de – *Apontamentos para a educação...*, p.74-75.

permitem uma aproximação às mentalidades da época. Como tal, compreende-se que esta abundância documental relativa às crianças do séc. XVIII faça deste um período privilegiado para procurar sinais discretos de preconceitos e estereótipos de género na educação diferenciada de meninas e meninos.

No entanto, importa salientar a fase da vida a que nos referimos quando falamos em “crianças” e, portanto, expor qual o critério de seleção que presidiu à escolha das principais fontes analisadas. Tendo em consideração que procuramos sinais da educação focada no desempenho de papéis de género, a nossa análise irá centrar-se sobretudo na formação antes da entrada no mundo dos adultos, quando se pressupunha que os rapazes já soubessem comportar-se como homens e as raparigas como mulheres. Acontece que, segundo Isabel dos Guimarães Sá, esta entrada no mundo dos adultos dava-se entre os doze e os catorze anos⁴⁰, uma idade que hoje consideraríamos precoce. O casamento de D. Mariana Vitória, consumado aos 14 anos⁴¹, comprova esta necessidade de os nubentes saberem desde cedo desempenhar o seu papel de género. Afinal, como veremos de forma mais desenvolvida em capítulo próprio, o casamento era o lugar onde os papéis distintos de homem e mulher mais se afirmavam e, portanto, se era permitido às raparigas casar aos 12 anos e aos rapazes aos 14, nestas idades já deveriam estar conscientes do seu papel dentro da nova família que se formava.

Ora, tendo em consideração que na adolescência os jovens já teriam aprendido as bases necessárias sobre o papel que teriam de representar na sociedade, daqui depreendemos que a educação neste sentido seria ministrada antes desta idade. De facto, esta constatação vai ao encontro do que Sofia Bergano concluiu ao comparar diversas teses na área da psicanálise com o objetivo de compreender a origem das diferenças de género⁴². Esta temática será desenvolvida em capítulo próprio, mas podemos desde já adiantar que, tal como para Freud, também outros autores defendiam que a família era o lugar onde por excelência as crianças começavam a ter contato com as diferenças de género. A formação da identidade dar-se-ia por identificação com o progenitor ou com a progenitora, de acordo com o sexo da criança, no contexto familiar.

⁴⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães – “As crianças e as idades da vida”. In *Historia da Vida Privada em Portugal*. Mattoso, José (dir.) A Idade Moderna. Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), Maia: Temas e Debates, Círculo de Leitores. 2010, p. 93.

⁴¹ MOTA, Isabel Ferreira da - *D. Maria I: a piedosa, 1734-1816*. Matosinhos: QuidNovi, p. 10.

⁴² BERGANO, Sofia - *Ser e tornar-se mulher...*, p. 34-41.

Ainda que a grande maioria destas teses da Psicologia datem sobretudo do séc. XX, a verdade é que surgem indícios nas fontes que nos demonstram que no séc. XVIII já havia a consciência de que a família e as influências dos progenitores eram significativas na formação da identidade das crianças. Ao tratar da educação de um menino nobre – e tendo em consideração que esta é uma das raras fontes em que a utilização do singular no masculino não deixa dúvidas sobre a exclusão das raparigas nestes conselhos – Martinho de Mendonça de Pina e Proença disserta sobre a conveniência dos meninos tomarem aio aos quatro anos, visto que qualquer criado poderá cuidar da higiene das crianças. De facto, a higiene das crianças costumava ser o motivo pelo qual “ficaõ ordinariamente mais tempo no poder da família feminina, e sogeitos aos inconvenientes, que daqui resultaõ”⁴³. No entanto, o autor não esclarece que inconvenientes seriam esses que resultavam da convivência prolongada com as criadas, o que nos leva a levantar a hipótese do medo das influências femininas na educação de um jovem varão. Quanto às meninas, também Alexandre de Gusmão (1629-1724), nos finais do séc. XVII, reconhecia que estas eram mais influenciadas pelas progenitoras “juntamente das mãys, nam somente a respeito das filhas [que estas de ordinário seguem o exemplo das mãys]”⁴⁴.

Para além desta questão da educação familiar para os papéis de género entre o nascimento e a adolescência, é ainda importante destacar que o período até aos 7 anos é especialmente relevante para tentar encontrar diferenças na forma de educar meninos e meninas. Sabemos que a separação dos meninos da esfera feminina dava-se por volta desta idade mas, até lá, irmãos e irmãs estavam sobretudo sob a tutela da mãe. Este momento inicial das suas vidas era marcado pela partilha do mesmo espaço e educação pela mesma progenitora. Encontramos diferenças no tratamento de filhos e filhas? Entrar neste espaço privado revela-se muitas vezes complicado. Precisamente por ser um lugar predominantemente feminino, apenas podemos aproximar-nos através das fontes deixadas por mães de família. Acontece que, infelizmente, as fontes desta natureza são bastante reduzidas. Procurarei, ainda assim, analisar alguns exemplos, nomeadamente correspondência privada da época.

⁴³ PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de – *Apontamentos para a educação...*, p. 202.

⁴⁴ GUSMÃO, Alexandre de – *Arte de crear bem os filhos na idade da puericia*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes na Rua Figueira, 1685, p. 244.

Em suma, a investigação foca-se sobretudo na educação das crianças desde o seu nascimento até ao início da adolescência. No entanto, a escolha desta faixa etária não impede a referência a outras fases da vida. Afinal, para perceber a educação focada nos estereótipos de género, é necessário primeiro detetá-los em homens e mulheres já plenamente integrados socialmente de acordo com o seu género, para só então procurar na educação das crianças a sua transposição para os mais pequenos.

Capítulo II – Masculinidade e Feminilidade no séc. XVIII

Antes de iniciar qualquer reflexão acerca da presença dos papéis de género na educação das crianças portuguesas, impõe-se saber exatamente quais os traços que devemos procurar nas fontes da época que refletem características consideradas tipicamente femininas ou masculinas. Por outras palavras, o que significava para os portugueses setecentistas ser-se homem ou mulher?

As fontes utilizadas para compreender estes conceitos foram das mais diversas tipologias e, portanto, envolveram diferentes métodos de trabalho. Por um lado, possuímos as que tinham o intuito claro de definir mulheres segundo os estereótipos da época, como é o caso dos folhetos satíricos cujo objetivo passava por entreter o público. Apesar destas fontes exigirem uma atenção especial pelo seu propósito, sendo frequente o exagero, não podemos esquecer que o facto de terem sido sucessivamente reeditadas demonstra a aceitação que tinham pelo público, assim como uma certa identificação dos seus leitores com os conteúdos descritos. Estes folhetos críticos são frequentes para definir o conceito de mulher, mas mais escassos em termos de crítica masculina. A esta escassez acresce a dificuldade que advém do falso neutro, isto é, muitas vezes os títulos que procuram denunciar um ou vários vícios “dos homens” referem-se na realidade a toda a humanidade e não apenas ao género masculino. Tendo em consideração que estes folhetos satíricos das mulheres eram escritos por homens, não podemos deixar de salientar que esta ausência no sentido oposto acaba sempre por comprometer a apreensão da realidade da época na sua totalidade e, portanto, constituir uma limitação destas fontes em termos comparativos. Afinal, como a humanidade não se resume às perceções masculinas, como viam as mulheres os seus companheiros? Existiriam críticas que consideravam transversais a todos os homens?

Outras fontes exigem uma análise mais cuidada. A verdade é que os estereótipos de género estavam, como aliás continuam hoje, muito enraizados nas mentalidades da época. Ora esta naturalidade com que eram encarados resultava frequentemente em aparições subtis, na maior parte das vezes sob a forma de comentários informais dos autores, cujo propósito não era definir masculinidades e feminilidades mas meramente desabafar com o leitor certas características que também este consideraria naturais. É o que acontece frequentemente, como veremos, no caso da correspondência privada.

Sobre este tipo de fontes surge ainda por vezes o problema de não possuímos a linha de comunicação completa, isto é, a carta original e a que lhe dá resposta. O resultado são raciocínios inacabados, tais como decisões cujas justificações desconhecemos, as quais muitas vezes seriam absolutamente fundamentais para compreender as mentalidades da época.

Finalmente, podemos encontrar vestígios sobre os papéis de género nos textos tratadísticos que, ao ditarem normas de comportamento distintas para homens e mulheres, denotam claramente diferentes vivências sociais. Isto ocorre em tratados dos mais diversos tipos, mas daremos especial atenção aos dedicados à educação e ao casamento. A educação interessa-nos pela própria natureza do trabalho e o seu objeto de estudo. O casamento porque consiste na relação mais próxima entre cônjuges, e por consequência, os diferentes papéis desempenhados numa mesma casa, num mesmo tempo, por duas pessoas cuja única diferença reside no género, proporciona-nos um terreno de análise privilegiado para entender estas mesmas diferenças.

Analisaremos de seguida dez aspetos cuja aparição em fontes distintas, associados a um e outro género, sustentam a sua análise mais aprofundada.

1. Espaços

Quais os espaços predominantemente associados ao feminino e quais os espaços tipicamente masculinos? Referimo-nos neste capítulo a uma noção mais aberta do conceito de espaço, com uma análise focada na dicotomia entre espaço privado/espaço público, que geram ainda tantos equívocos quando trazidos para reflexão associados aos estudos de género.

Começemos pelos espaços associados ao feminino, por serem aqueles que geram mais frequentemente anacronismos. Como salienta Guilhermina Mota, a reclusão feminina associada ao lar e à educação dos filhos não foi transversal a todos os períodos históricos nem mesmo a todos os estratos sociais⁴⁵. Historiadores como Catherine Hall explicam este anacronismo pelas ideologias disseminadas pela Revolução Industrial no séc. XIX, onde o homem sustentava a família com o trabalho que desempenhava fora do

⁴⁵ MOTA, Guilhermina – “O trabalho feminino e o comércio em Coimbra (Séculos XVII-XVIII). Notas para um estudo”. In *Separata de A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Actas do Colóquio, Coimbra, 1986, p. 5.

espaço doméstico enquanto a esposa cuidava dos filhos e das tarefas associadas ao lar⁴⁶. No entanto, esta era a realidade para uma pequeníssima percentagem da população portuguesa, entre uma elite muito restrita, cujos recursos da família permitiam que a mulher permanecesse em casa. Ainda assim, como veremos, nem mesmo este desafogo económico implicava necessariamente reclusão doméstica. Mas comecemos por aquelas mulheres que, pela sua atividade profissional, mais claramente negavam este estereótipo da reclusão feminina.

A economia do Antigo Regime obrigava as mulheres dos meios sociais mais pobres a trabalhar. Os números que espelham a realidade das praças de Lisboa e Coimbra mostram-no claramente através dos trabalhos de Guilhermina Mota⁴⁷ e José Gentil da Silva⁴⁸. Iremos aprofundar esta questão do trabalho feminino mais adiante mas centremo-nos para já nos números que demonstram a permanência das mulheres no exterior de suas casas no seu quotidiano laboral e que, portanto, desmentem a ilusão de clausura geral. Na primeira metade do século XVIII, 28% das licenças de porta aberta e de venda ambulante são concedidas a mulheres e a totalidade dos 22 lugares da praça são ocupados por elas⁴⁹.

Outras mulheres, mais afastadas geograficamente dos centros urbanos, trabalham na agricultura com os maridos. O P.^e Agostinho Rebelo da Costa afirma que elas “cavam, aram e fazem todo o trabalho da lavoura como os homens”⁵⁰. Evidentemente que estas atividades implicavam necessariamente saírem das suas casas.

Perante estas realidades das mães, será que as filhas ficariam enclausuradas em casa a receber a sua educação? A verdade é que a vida quotidiana era muitas vezes a escola destas raparigas. A força de trabalho essencial aos negócios familiares em Coimbra era desempenhada, em 75% dos casos, por filhos e filhas. As raparigas

⁴⁶ Citado a partir de “Público/Privado”. Ana Luisa; MACEDO, Ana Gabriela (coord.) - *Dicionário da crítica feminista...*, p. 160.

⁴⁷ MOTA, Guilhermina – “O trabalho feminino e o comércio em Coimbra (Séculos XVII-XVIII)...”, p. 7.

⁴⁸ SILVA, José Gentil da – “A situação feminina em Portugal na segunda metade do século XVIII”. In *Revista de História das Ideias*, Vol. 4 – Tomo I, Coimbra, 1982, p. 153.

⁴⁹ MOTA, Guilhermina – “O trabalho feminino e o comércio em Coimbra (Séculos XVII-XVIII)...”, p. 13.

⁵⁰ Citado a partir de SILVA, José Gentil da – “A situação feminina em Portugal...”, p. 156.

desempenhavam um papel significativo nesta reprodução geracional das atividades laboriosas, sendo a sua proporção de quase nove para um em relação aos rapazes⁵¹.

No entanto, apesar desta realidade, a verdade é que o estigma social permanecia sobre estas mulheres. Este era interiorizado pelas próprias que, através de mecanismos eficazes de autocontrolo e policiamento, acabavam por perpetuar certos preconceitos enraizados. É o caso de uma mãe e de uma filha que passam a vender coisas de tenda “per estarem de portas adentro”⁵² e ainda mais marcante nas padeiras de Lisboa que diziam viver “de suas portas a dentro com grande recolhimento, conforme deviam ao seu estado”⁵³.

Não era fácil combater este estigma. A origem encontrava-se, para muitos pregadores, no propósito original da criação de Deus. Assim, era frequente encontrar sermões que afirmavam “ao homem criavao para correr mundo, a Molher criavaa para estar recolhida”⁵⁴. Previam-se, portanto, ecos desta ideia nos diversos tratados dedicados à educação das crianças. Encontramos a reclusão em Alexandre de Gusmão (1629-1724) levada talvez ao seu extremo, quando afirma que “toda a guarda de casa nam basta para guardar hua só” e que “na guarda das filhas era pouca toda a vigilancia, que se fosse possível nam avia de dormir o pay na sua guarda”⁵⁵. Mas também António Ribeiro Sanches (1699-1783) defendia “um colégio ou recolhimento, quero dizer uma escola com clausura para se educarem ali as meninas fidalgas”⁵⁶. Apesar de Sanches se referir à fidalguia do reino, o texto de Gusmão não tem um estrato social específico como público-alvo. Dirige-se a todos os pais que desejassem criar bem os filhos. O certo é que independentemente dos discursos moralistas, a realidade prática mostrava-se outra. O confronto destes tratados com fontes alternativas serve assim para demonstrar, mais uma vez, a importância de não assumir estes discursos como retratos do mundo real da época.

⁵¹ MOTA, Guilhermina – “O trabalho feminino e o comércio em Coimbra (Séculos XVII-XVIII)...”, p. 10.

⁵² *Idem*, p. 11.

⁵³ SILVA, José Gentil da – “A situação feminina em Portugal...”, p. 154.

⁵⁴ FONSECA, Fernando Taveira – “Notas acerca do pensamento religioso sobre a mulher: Um sermão do século XVII”. In *A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Actas do Colóquio, vol. 2, Coimbra, 1986, p. 119

⁵⁵ GUSMÃO, Alexandre de – *Arte de crear bem os filhos...*, p. 378.

⁵⁶ SANCHES, António Ribeiro – *Cartas sobre a educação da mocidade*. Editorial Domingos Barreira, Porto, s/d, p. 190.

A realidade prática mostra-nos também um segundo motivo que levava à normalização da clausura na sociedade portuguesa. Em 1793, um viajante francês de passagem por Portugal teria afirmado que “O ciúme dos portugueses não é um sentimento, é uma loucura...”⁵⁷. Daqui resultariam situações caricatas que deixavam os viajantes surpreendidos. Quando a procissão do Corpo de Deus passava na rua, as mulheres assistiam no interior das suas casas, “sem touca ou véu, muito ornamentadas”, sendo que os maridos tinham “o costume de se esconder pelos cantos, para espiar as suas mulheres”⁵⁸. Várias terão sido com certeza as mulheres que se viram frustradas perante a necessidade de se adaptar aos costumes portugueses, tão diferentes dos praticados noutros pontos da Europa, tendo estas queixas ficado registadas nas cartas que D. Mariana Vitória, mãe da futura D. Maria I, enviava à mãe e nas quais se lamentava do “estilo da Corte” que a rainha lhe procurava impor⁵⁹.

Finalmente, um terceiro motivo deve ser tido em conta quando pensamos na reclusão feminina. Como foi dito anteriormente, as mulheres que trabalhavam fora de casa faziam-no muito devido aos poucos meios de subsistência da família. Daqui advinha que uma família cujos recursos económicos permitissem a reclusão feminina pudesse fazer desta uma forma de distinção social. Maria José Santos reconheceu esta mesma ideia: “nas famílias tradicionalistas (...) recolhimento era sinónimo de fidalguia”⁶⁰. Através das influências ideológicas que a fidalguia teve na burguesia, a mulher burguesa acabou por ficar também ela isolada no espaço doméstico, afastada dos negócios do marido⁶¹.

No entanto, importa referir o perigo das generalizações da clausura absoluta, também entre a nobreza e a burguesia. A título de exemplo refira-se o caso de D. Leonor de Portugal (1722-1806), casada com D. Luís António de Sousa Botelho (1722-1798), 4º Morgado de Mateus. Quando o marido parte para o Brasil em 1765, como governador da recém-restaurada capitania de S. Paulo, D. Leonor é encarregada da

⁵⁷ Citado a partir de SANTOS, Maria José Moutinho – “A condição da mulher em Portugal no séc. XVIII vista por estrangeiros; alguns aspectos”. In *Boletim da Condição Feminina*, fasc. I, janeiro-março, Lisboa, 1981, p. 17

⁵⁸ SANTOS, Maria José Moutinho – “A condição da mulher em Portugal no séc. XVIII...”, p. 16.

⁵⁹ MOTA, Isabel Ferreira da - *D. Maria I: a piedosa...*, p. 10.

⁶⁰ SANTOS, Maria José Moutinho – “A condição da mulher em Portugal no séc. XVIII...”, p. 8.

⁶¹ MOTA, Guilhermina – “O trabalho feminino e o comércio em Coimbra (Séculos XVII-XVIII)...”, p. 15.

gestão do morgadio pelo seu marido. Nas cartas trocadas pelo casal encontramos D. Leonor em viagens frequentes a Lisboa, a fiscalizar as vindimas⁶² e outras atividades que as suas funções exigiam. Apesar destas atividades pressuporem necessariamente deslocamentos frequentes fora do espaço doméstico, não deixa de ser curioso que ainda assim D. Leonor se preocupe em deixar claro em algumas das cartas que envia ao marido que “Se o Senhor Dom Luís visse este recolhimento de porta e roda sem vermos ninguém, que o estimaria”⁶³. Revela-se, portanto, uma figura extremamente curiosa em diversas vertentes. Em primeiro lugar, pelas funções de gestão da Casa de Mateus que desempenha, principalmente quando entra em conflito com as recomendações de reclusão que a mentalidade da época ditava, mas que D. Leonor acaba por conjugar. São as necessidades práticas do dia a dia em conflito com as normas teóricas dos moralistas. Em segundo lugar, pela educação que D. Leonor dá às duas filhas, Francisca e Maria. Enquanto a mãe trata da gestão da Casa em Mateus, as meninas são educadas pela avó em Lisboa, segundo as normas de reclusão da época. Quando esta e Francisca falecem, Maria passa a ser educada pela mãe e a reclusão mantém-se, assim como a proximidade e a vigilância constante – “eu nunca vou fora quase, dorme ao pé de mim dentro”⁶⁴; “Não é Maria que a não largo”⁶⁵.

Relativamente ao universo feminino, somos assim levados a concluir que o espaço doméstico era aquele que era considerado socialmente preferível para as mulheres. No entanto, as realidades práticas do dia a dia impediam a sua aplicação geral, fosse por impedimentos económicos ou pelas necessidades que as diferentes conjunturas exigiam.

Quanto ao universo masculino, adotámos a mesma abordagem: procurar os homens nos espaços aos quais não estão tradicionalmente associados e procurámos compreender as atividades que aí desempenhavam.

D. Luís, marido da já referida D. Leonor, cuida das duas filhas em Mateus quando a esposa vai a Lisboa tratar dos negócios da Casa, junto da corte. Apesar das

⁶² BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo Nem a Distância: Correspondência entre o Morgado de Mateus e sua Mulher, D. Leonor de Portugal (1757-98)*, Alêtheia Editores, Barcelos, 2007, p. 209.

⁶³ *Idem*, p. 267

⁶⁴ *Idem*, p. 386

⁶⁵ *Idem*, p. 404

queixas deste nas cartas que escreve à mulher – “a sua casa sempre padece muito com a sua falta e eu não posso com o expediente de ambas as jurisdições”⁶⁶ – onde mostra claramente que aquele espaço e aquelas tarefas não fazem parte das que está habituado a desempenhar, a verdade é que não encontramos censura social neste homem que cuida das filhas em casa. No fundo, as necessidades do dia a dia impunham determinadas situações que excepcionalmente poderiam resultar numa certa “inversão de papéis” temporária. Mas até aqui é necessária cautela. A educação dos filhos não era uma tarefa exclusivamente feminina. Quando Alexandre de Gusmão levanta essa questão, a resposta é imediata – “perguntareis, a quem ocorre mais obrigação de os ensinar, ao pay, ou á mãe? Nam há duvida, que he de ambos a obrigação”⁶⁷. Ora se os filhos nos primeiros anos eram educados em casa, os homens também possuíam tarefas a desempenhar no espaço doméstico.

Mas não eram só a educação dos filhos a única tarefa que o pai desempenhava em casa. Numa carta que João Gomes da Silva (1671-1738), conde de Tarouca, escreve em 1734 ao seu filho com o objetivo de sugerir remodelações na casa deste, temos a descrição pormenorizada das divisões da habitação e do seu recheio, o que nos dá informações relevantes sobre as atividades aí desenvolvidas. Em primeiro lugar, refira-se a existência de dois gabinetes: o gabinete de conversação e o gabinete “para escreveres”⁶⁸. A função do primeiro passava por receber visitas enquanto o segundo, como o próprio nome indica, servia ao dono da habitação de espaço de isolamento e concentração onde podia tratar da muita documentação e correspondência associadas ao governo da casa. Estas tarefas pareciam ocupar bastante tempo na vida dos homens das grandes casas, já que quando assume as funções do marido, D. Leonor refere que “eu hoje tenho escrito vinte cartas todas precisas por amor da Casa que agora me lembra tanto o descanso que tinha com Dom Luís e quando lhe dizia não escrevesse tanto e agora vejo que tudo era preciso”⁶⁹. Ora, se estas tarefas eram desempenhadas no sossego do lar, então os homens não passariam assim tão pouco tempo nas suas casas

⁶⁶ *Idem*, p. 150.

⁶⁷ GUSMÃO, Alexandre de – *Arte de crear bem os filhos...* p. 75.

⁶⁸ CALDAS, João Vieira; COUTINHO, Maria João Pereira – “O Nome e a Função: Terminologia e Uso dos Compartimentos na Casa Nobre Urbana da Primeira Metade do Século XVIII”. In Carita, Helder; Mendonça, Isabel; Malta, Marize – *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia dos Interiores*. IHA FCSH e EBA UFRJ, 2014, p. 167.

⁶⁹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo Nem a Distância...*, p. 267.

como as afirmações simplistas que colocam a mulher no espaço privado interior e o homem no espaço público exterior dão a entender.

No entanto, ao contrário do que acontecia com muitas esposas, quando um homem estava em casa tinha sempre a liberdade de sair. Quando em 1762 se dá a invasão espanhola a partir do Norte e D. Luís está ainda a cuidar das filhas sem a mulher, não hesita em sair para cumprir as funções militares. Afinal estas, enquanto homem, estavam-lhe socialmente destinadas. Esta liberdade é, aliás, uma característica tipicamente masculina que é encarada com naturalidade pela sociedade.

É esta liberdade que torna possível a proposta de Sanches sobre a criação de colégios para a educação dos jovens fidalgos. Determinado a mantê-los longe das influências perniciosas dos pais, Sanches aconselhava a criação de instituições onde os rapazes podiam dedicar-se inteiramente aos estudos. É curioso notar que estes estabelecimentos sugeridos por este autor consideravam essencial a clausura também para os rapazes, mas sustentada por razões bastante diferentes: “esta escola real deve ficar afastada tanto da corte que nem os estudantes nem os mestres estejam distraídos pelas visitas dos parentes e amigos, e muito menos pelos divertimentos duma capital”⁷⁰. A aplicação ao estudo impunha o isolamento. A liberdade natural era recuperada com as viagens de estudo que se seguiriam “para viajarem pela Europa, e informando-se e aprendendo conforme as instruções impressas”⁷¹.

Esta aplicação aos estudos é, nos primeiros anos, a razão pela qual muitos meninos cresciam fora de suas casas. Enquanto Maria e Francisca, filhas de D. Leonor e D. Luís, são educadas ora em casa da avó ora em casa da mãe, José Maria e António, os dois filhos do casal, antes de completarem vinte anos já tinham passado por três instituições de ensino distintas: o Colégio dos Nobres⁷², a casa do mestre Guilherme⁷³ e a Universidade de Coimbra⁷⁴. Veja-se ainda o exemplo de Telémaco, personagem adaptada por François Fénelon⁷⁵ cujas aventuras em busca do pai procuravam servir de

⁷⁰ SANCHES, António Ribeiro – *Cartas sobre a educação da mocidade...*, p. 184.

⁷¹ *Idem*, p. 146.

⁷² BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo Nem a Distância...*, p. 225.

⁷³ *Idem*, p. 340.

⁷⁴ *Idem*, p. 377.

⁷⁵ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomos I e II. Lisboa: Regia Officina SILVIANA, 1765.

exemplo de coragem, bravura e dedicação aos jovens rapazes. Note-se que para embarcar nestas aventuras este herói precisou de sair do espaço doméstico para enfrentar o desconhecido.

A própria educação masculina passava também pelo espaço privado. Em 1798, quando D. Luís pede insistentemente à esposa que se encontra em Lisboa para que deixe o neto José Luís visitá-lo em Mateus, insiste que este “precisa [de] uma ideia da Casa de que há-de ser senhor e ver os segredos dela que outro nem lhe pode dizer”⁷⁶. Tendo em consideração que o avô tratava frequentemente da correspondência ligada à gestão da casa e outras questões burocráticas no espaço doméstico, é de se esperar que este modelo de educação por observação passasse também pelo interior da habitação da família.

Para finalizar, refira-se ainda que apesar de não ter aprofundado esta questão, é evidente que a ocupação dos espaços públicos e privados pelo género masculino também era distinta consoante o grupo social. Como verificámos, os homens das camadas sociais mais destacadas tratavam de parte significativa da administração da casa nos seus gabinetes pessoais e recebiam visitas em salas próprias para o efeito. No entanto, estas atividades não tinham o mesmo peso na vida de um camponês pobre ou de um trabalhador não qualificado urbano, por exemplo. O sustento necessário às famílias de escassos recursos encontra-se no exterior, no espaço público, tanto para o marido como para a esposa. A diferença é que enquanto a esposa sofre com o preconceito pelas tarefas que desempenha no mercado de trabalho, o marido circula entre espaços sem qualquer censura social. Percebemos assim que à medida que subimos na escala social do Antigo Regime, maior é o tempo passado no espaço doméstico, tanto para homens como para mulheres. As atividades são distintas e até os compartimentos são diferentes, mas a casa é a mesma. Quando avançamos no sentido oposto, o espaço público impõe-se. No entanto, apesar de homens e mulheres frequentarem tanto espaços públicos como privados, a voz dos moralistas faz-se sentir na valorização social. O quotidiano reflete assim uma realidade significativamente diferente da que era apresentada pelos tratados que ditavam comportamentos.

⁷⁶ BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo Nem a Distância...*, p. 448.

2. Honra e Vergonha

As diversas ideias de honra estão presentes na larga maioria das fontes da época em estudo. Esta transversalidade exige, portanto, uma análise atenta aos significados deste conceito, por vezes díspares e cuja conciliação nem sempre surge de imediato. Procuraremos responder a algumas perguntas que surgem perante as diversas aparições deste conceito: Porque dava a sociedade tanta importância à honra? Porque surgia ela em todos estes contextos? Existia um código de honra comum para todos os indivíduos? As características do homem honrado eram diferentes das da mulher honrada? E, talvez a mais importante de todas, o que era afinal a honra no séc. XVIII?

Começamos portanto por tentar definir o conceito, uma vez que a sua compreensão acabará por revelar a sua importância e, assim, responder a duas das questões iniciais. No entanto, esta não é uma tarefa fácil. Apesar de a palavra usada ser a mesma nas diversas fontes, apercebemo-nos de que o significado varia consoante o contexto. Honra pode surgir como uma característica individual ou coletiva e, dentro destas duas definições, multiplicam-se as ramificações possíveis. Associadas à honra, enquanto característica individual, encontraremos diferentes ideias consoante o género, a idade, categoria social e a ocupação profissional. Por sua vez, associadas à honra coletiva, encontramos a honra da família, do grupo social e da própria pátria. Verificamos logo à partida, pela sua complexidade, que este é um tema que está longe de se ter esgotado nos estudos já realizados e cuja multiplicidade de análises possíveis não poderiam ser tratadas num subcapítulo de uma tese de Mestrado. O nosso objetivo passa por contextualizar os papéis de género na educação que era dada às crianças no séc. XVIII português e, portanto, a nossa análise a este tema da honra irá centrar-se sobretudo nos aspetos que estão diretamente relacionados com o nosso objeto de estudo, neste caso os diferentes conceitos de honra para homens e mulheres. No entanto, como a exploração do tema acabou por revelar possíveis respostas sobre a origem destas disparidades, sentimos necessidade de expô-las como forma de melhor compreender o universo das origens por trás dos estereótipos de género da época. Analisaremos por isso, sumariamente, as ideias de honra coletiva ligadas à família, ao grupo social e à pátria.

Quando procuramos o significado da palavra “honra” no dicionário de Rafael Bluteau (1638-1734), encontramos a mesma constatação relativa à diversidade de significados do vocábulo:

“HONRA. Muitos significados tem esta palavra. Humas vezes he o respeito, & reverencia com que tratamos pessoas em razão da sua nobreza, dignidade, virtude, ou outra excellencia. Outras vezes he o credito, & boa fama, adquirida com boas acçoens. Outras vezes he a dignidade, & preminencia de algum cargo na Republica.”⁷⁷

Constatamos assim que honra podia significar a nobreza e, portanto, estar ligada pelo menos em teoria aos bens materiais desta ordem social ou derivar da boa conduta de cada indivíduo. Mas a palavra nem sempre possuiu diversos significados. Robert A. Nye traça a evolução do conceito para concluir que, num momento inicial, a honra estava sobretudo ligada à categoria social mais destacada economicamente:

“In its earliest incarnation, from the ninth to perhaps the twelfth century ‘honneur’ was not a quality one possessed, but referred to a noble man’s *biens* (worldly goods) in the form of fiefs or benefices. The reverence or respect he enjoyed in the world depended on these ‘marks and attributes of his dignity’. A man’s wife was one of these possessions, and the term appears to have acknowledged her only in that capacity.”⁷⁸

Surge neste ponto a necessidade de esclarecer que apesar de aparentemente constituírem universos distintos, a honra ligada à conduta pessoal está intimamente ligada à honra enquanto bens materiais. Quando nos referimos aos séculos IX a XII, quando os constantes conflitos exigiam espírito guerreiro, certas qualidades eram consideradas fundamentais no campo de batalha para que o grupo tivesse sucesso no seu objetivo, sendo estas: “*prouesse, loyauté, largesse* [generosidade], *courtoisie*, e *franchise*”⁷⁹, definindo o autor esta última como tradução visível da relação entre bom nascimento e virtude. Acontece que os bens materiais e os títulos eram concedidos pelo monarca àqueles que mais se destacavam em batalha e cujo comportamento era assim recompensado. Assim, numa primeira geração na qual os títulos eram concedidos, a virtude era considerada necessária para conseguir honras. A nobreza titulada era, portanto, dotada de virtudes que a distinguia socialmente. No entanto, sendo os títulos hereditários, os filhos desta primeira geração de cavaleiros destacados receberiam as honras sem que para isso tivessem de ter uma prestação honrosa no campo de batalha.

⁷⁷ “Honra”. BLUTEAU, D. Raphael – *Vocabulario Portuguez, e Latino...* Vol. IV, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712, p. 51.

⁷⁸ NYE, Robert A. – *Masculinity and Male Codes of Honor...*, p. 16.

⁷⁹ Citado a partir de NYE, Robert A. – *Masculinity and Male Codes of Honor...*, p. 19.

Não seriam estes herdeiros destacados socialmente apenas pelos seus títulos e não pela sua virtude? Não se apagaria assim a ligação existente entre honra como *biens* e honra como virtude?

São precisamente estas gerações, cujo destaque social advém da herança e não do mérito pessoal, que fazem despertar nos pensadores da Época Moderna as primeiras contestações à honra que surge ligada exclusivamente aos títulos dos antepassados. Importa no entanto esclarecer que a crença na “hereditariedade da virtude” persistiu por vários séculos antes da contestação intensa dos pensadores setecentistas. Como clarifica Julian Pitt-Rivers, “Parte-se do princípio que os bem-nascidos possuem, por herança, sentimentos e carácter apropriados que se revelarão na sua conduta”⁸⁰, detendo assim uma predisposição natural para a virtude.

O problema surge quando muitas famílias da nobreza portuguesa do séc. XVIII, empobrecidas mas profundamente orgulhosas do seu estatuto social, adotavam uma postura muito pouco virtuosa. Ao mesmo tempo que procuravam demarcar-se dos demais com atitudes de arrogância e superioridade, apoiavam-se na antiga crença de que a virtude estava vinculada ao nascimento nobre. Porém, a sociedade tinha mudado e as exigências eram agora outras. As palavras de Luís António Verney (1713-1792) traduzem a contestação da época àquele ideal, considerado agora ultrapassado pelas mentes mais esclarecidas: “O ser filho de homem ilustre não é o mesmo que ser ilustre”⁸¹.

Note-se que, como Pitt-Rivers salienta, a Igreja já tentava desde o séc. XVI, com o surgimento dos primeiros tratados redigidos sobre esta temática, vincular a verdadeira honra à virtude. Estas insistências parecem, no entanto, não ter surtido efeito, já que os monarcas continuaram a conceder títulos segundo as suas próprias conveniências políticas⁸². Verificamos assim que estes apelos eram dirigidos aos monarcas na concessão de cargos na sua origem, ao contrário do que acontecia na contestação do séc. XVIII. Verney e Ribeiro Sanches, cujas *Cartas sobre a educação da mocidade* refletem sobretudo sobre a necessidade de uma escola que incutisse virtudes nos jovens fidalgos

⁸⁰ RIVERS-PITT, Julian – “Honra e posição social”..., p. 15.

⁸¹ Citado a partir de CARVALHO, Rómulo – *História da Fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa*. Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, 1959, p. 19.

⁸² RIVERS-PITT, Julian – “Honra e posição social”..., p. 16.

do reino, tencionavam educar a nobreza. O objetivo passava por ensinar aos jovens fidalgos os princípios da verdadeira honra, ligada à virtude, para que no futuro Portugal pudesse assim ter como ocupantes dos seus cargos públicos homens virtuosos, devidamente preparados para corresponder às exigências de um novo mundo onde o mérito pessoal contava mais do que a procedência familiar.

Que novo mundo era este? De onde surgem as mudanças? Rómulo de Carvalho sumariza este novo ambiente que se impunha pela Europa setecentista:

“Surgiam as novas organizações de trabalho, multiplicavam-se as técnicas, movimentavam-se os teares, fumegavam as primeiras grandes chaminés fabris, o ar cheirava a pó de carvão, o aço líquido serpenteava nas calhas refractárias, esboçava-se o para-raios e o telégrafo, a população aumentava em proporção nunca atingida, abriam-se novos mercados às economias nacionais, o capital disponível engrossava em ritmo crescente e uma multidão de homens de mãos rudes começava a impor os ecos da sua voz. No meio deste apocalipse o nobre, de punhos de renda e cabeleira postiça, era um ser anacrónico.”⁸³.

Este novo contexto, ao mesmo tempo que exigia reformulações na formação do nobre e nos seus conceitos de honra, favorecia a ascensão de um outro grupo social: a burguesia. A verdade é que estas novas ideias de honra, vinculadas ao conhecimento e à educação, estão profundamente ligadas a este grupo social e, segundo Robert Nye, o novo código de honra surgiu dos casamentos interclassistas entre nobres e burgueses⁸⁴. Ao mesmo tempo que muitas famílias nobres se encontravam empobrecidas, as famílias burguesas viam as suas fortunas aumentar graças aos progressos técnicos e científicos aplicados à vida prática do dia-a-dia. Daqui surge que os desejos burgueses de ascensão social, aliados aos escassos recursos destas famílias fidalgas, tenham resultado nestes casamentos⁸⁵. No entanto, importa desde já salientar que os estudos de Robert Nye reportam-se à realidade francesa do Antigo Regime e, tal como Nuno Gonçalo Monteiro salienta, em Portugal a política de casamentos interclassistas não atingiu, até 1750 e entre a nobreza titulada, as proporções que se verificaram noutros países da Europa – “os titulares portugueses praticavam uma homogamia social (e, aliás, também uma

⁸³ CARVALHO, Rómulo – *História da Fundação do Colégio Real dos Nobres...*, p. 22.

⁸⁴ NYE, Robert A. – *Masculinity and Male Codes of Honor...*, p. 8.

⁸⁵ Importa no entanto referir que, para além dos casamentos, o autor aponta os manuais de civilidade como importantes ferramentas através das quais os membros da burguesia que pretendiam ascender socialmente aprendiam ideais tradicionalmente nobres. Neste ponto referimos sobretudo os casamentos porque pretendemos realçar a influência dos ideais burgueses nos novos conceitos de honra, já que a contribuição nobre foi previamente explicada.

endogamia familiar) excecionalmente apertada. As alianças continuaram a fazer-se com as mesmas varonias que se faziam antes da sua elevação à Grandeza, só que os ramos secundários e não elevados a idêntica dignidade dessas varonias foram sendo progressivamente excluídos”⁸⁶.

Se os casamentos entre alta nobreza e burguesia foram escassos e a compra de estatuto de fidalguia praticamente inexistente – já que a Coroa apenas os vendia excecionalmente em situações extremas, como o refere Fernanda Olival⁸⁷ – como obtinha a burguesia portuguesa destaque social? Para esta autora, o mercado de hábitos de Ordens Militares, largamente difundido em Portugal, seria uma das formas de o conseguir, afirmando-se essas concessões/compras como “símbolo de limpeza de sangue e ofícios, ou o mesmo será dizer, de nobreza”⁸⁸. De facto, o mercado de hábitos revelava-se uma solução eficaz que satisfazia simultaneamente os desejos de ascensão da burguesia e as necessidades económicas da nobreza, aliadas aos seus velhos ideais de grupo fechado a casamentos com membros de estratos sociais inferiores⁸⁹.

Daqui advém a necessidade de questionar esta justificação para a mútua influência entre estes dois grupos sociais. Por um lado, a assimilação da burguesia dos códigos de honra da nobreza pode estar associada aos seus desejos de ascensão social. Afinal, para pertencer a este grupo era necessária uma adaptação aos seus ideais. Por outro lado, a assimilação da nobreza dos códigos de honra ligados ao valor do conhecimento e da técnica estarão mais ligados aos seus próprios interesses do que a uma associação à burguesia. De facto, o mundo apresentava agora novas exigências técnicas para o desempenho de cargos públicos. Apesar de a nobreza continuar a ser o grupo preferencial para deter estas distinções, o seu desempenho exigia agora uma formação técnica. Para Rómulo de Carvalho, o Colégio dos Nobres de Lisboa surge neste contexto de “preconceito ideológico dos governos” que simultaneamente querem

⁸⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Poder Senhorial, Estatuto Nobiliárquico e Aristocracia”. In *Historia de Portugal*. Mattoso, José (dir.) O Antigo Regime. Hespânia, António Manuel (coord.), Lisboa: Editorial Estampa. 1998, p. 329.

⁸⁷ OLIVAL, Fernanda – “Mercado de hábitos e serviços em Portugal”. In *Análise Social*, vol. XXXVIII (168), Lisboa, 2003, p. 746.

⁸⁸ OLIVAL, Fernanda – “Mercado de hábitos e serviços...”, p. 769.

⁸⁹ Para mais informações relativamente ao mercado de hábitos e serviços recomenda-se a leitura do artigo OLIVAL, Fernanda – “Mercado de hábitos e serviços em Portugal”. In *Análise Social*, vol. XXXVIII (168), Lisboa, 2003.

manter os nobres em posições de destaque mas que para isso exigem deles uma formação segundo novos modelos de valorização de certos conhecimentos técnicos⁹⁰.

A junção entre os ideais de honra tradicionais, ligados à coragem e aos feitos militares como fonte de prestígio, e os ideais do mundo moderno, em que a educação e a cultura se revelavam fundamentais na formação pessoal, resultavam num novo código de honra que foi sendo assimilado pelos dois grupos sociais.

Convém no entanto explicitar a razão pela qual a educação e a cultura eram fundamentais na formação dos filhos da burguesia. Enquanto a grande preocupação de uma família nobre passava por gerar um herdeiro para o património, um *pater famílias* burguês tinha ainda de se preocupar com a *capacidade* dos seus herdeiros para os negócios da família⁹¹. Esta capacidade era adquirida através de uma educação cuidada, que estes pais consideravam absolutamente fundamental não só para o próprio filho como para o bem do património da família.

Compreendemos neste ponto a possível origem de duas das características associadas à honra masculina: a coragem, lealdade e companheirismo necessários às campanhas militares, por um lado, e a formação cultural exigida pelo mundo moderno, por outro. Procuraremos de seguida explicar a origem da honra feminina, significativamente diferente da masculina mas a ela vinculada devido à honra coletiva da família.

Ao contrário do que acontecia entre as famílias nobres, a honra não era hereditária para os burgueses. O desejo de ascensão social para obter honras exigia destas famílias estratégias reprodutivas de apertada disciplina e dedicação total de todos os membros para o bem comum. Isto porque, em primeiro lugar, a lei portuguesa determinava a partilha de bens entre os filhos herdeiros, o que significava necessariamente uma maior dispersão do património. Ora, se estas famílias aspiravam à compra de um cargo público, necessariamente seria preciso contornar este problema. Como Robert Nye salienta, as famílias burguesas viam-se perante dois cenários familiares catastróficos possíveis: ter demasiados herdeiros ou não ter nenhum⁹². Muitos

⁹⁰ CARVALHO, Rómulo – *História da Fundação do Colégio Real dos Nobres...*, p. 23-24.

⁹¹ NYE, Robert A. – *Masculinity and Male Codes of Honor...*, p. 18.

⁹² *Idem*, p. 36.

herdeiros provocavam dispersão do património acumulado e, conseqüentemente, a impossibilidade de adquirir um título. Daqui resultou um maior controlo da natalidade entre os membros da burguesia, nomeadamente através de métodos de contraceção e do casamento tardio, para diminuir assim o número de filhos⁹³. Outras estratégias que exigiram colaboração de todos os membros da família passavam por garantir melhor casamento para o principal herdeiro da família enquanto se conseguiam casamentos menos destacados para os restantes filhos ou se colocavam estes em conventos, não se casando de todo⁹⁴.

No entanto, impõe-se mais uma vez esclarecer certas particularidades dentro do território português. Antes da legislação pombalina de 3 de agosto de 1770, era possível vincular bens ao património hereditário da família independentemente do estatuto social e da dimensão dos ditos bens. Isto significava, por isso, que as famílias que o fizessem não teriam como entrave ao acumular de riquezas familiares a dispersão do património – garantiam assim um certo destaque ao principal herdeiro. Com Pombal, depois da referida lei de 1770, aumentaram-se os requisitos para o poder fazer. Mas a verdade é que estes demonstravam também um certo reconhecimento social daqueles que, sendo burgueses, possuíam já quantias avultadas que permitiam “sustentar com decência e nobreza um administrador”⁹⁵. Estabelecem-se assim fronteiras delimitadas entre os membros da burguesia: os verdadeiramente endinheirados que tinham desta forma a sua ascensão social facilitada e aqueles que efetivamente tinham de se preocupar em garantir a máxima integridade possível do património da família.

Por outro lado, também as famílias nobres portuguesas praticavam as suas próprias estratégias de controlo da natalidade, não sendo por isso esta prática exclusiva da burguesia. Muitas encontravam-se perante o problema da chamada “pobreza envergonhada”, gerada pelos escassos recursos das famílias. Assim, para gerir simultaneamente esta situação económica e a manter o destaque familiar, era necessário garantir que toda a família se regia pela vontade do *pater familias* que determinava os destinos de cada um dos filhos.

⁹³ *Idem*, p. 38.

⁹⁴ *Idem*, p. 18.

⁹⁵ COELHO, Maria de Fátima – “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias”. In *Análise Social*, vol. XVI (61-62), Lisboa, 1980 – 1º-2º, p. 115.

A honra feminina surge neste contexto. Esperava-se que as filhas, tal como os filhos, cumprissem com os desejos do pai relativamente aos seus destinos. A diferença é que, se os filhos que não herdavam tinham ainda a possibilidade de encontrar na vida militar uma forma de adquirirem eles próprios honra pelos feitos e pelos cargos que daí advinham para formarem os seus próprios núcleos familiares ou, ainda, nas carreiras eclesiásticas os cargos que lhes conferiam destaque social, já as filhas tinham apenas dois destinos possíveis: o casamento ou o convento. Assim, apesar da honra familiar estar ligada a filhos e filhas, enquanto os primeiros não tinham a honra pessoal exclusivamente dependente desta, o mesmo não acontecia com as filhas. A honra feminina era a honra da família, que as mulheres deveriam guardar através da pureza sexual.

Daqui advinha uma educação diferenciada. Os tratados dão-nos conta de diferentes formações consoante os futuros dos rapazes. A carreira militar exigia uma formação diferente da carreira eclesiástica. Mas para as raparigas, a submissão e o recato são transversais a todas. Se só existiam dois destinos possíveis para as mulheres da aristocracia, esperava-se um consenso mais ou menos geral sobre as matérias importantes na sua formação. Para as casadas, a submissão ao marido e a educação dos filhos. Para as recolhidas em conventos, a submissão aos superiores hierárquicos.

Há que referir ainda as implicações ligadas aos significados das expressões associadas à “mulher honrada”. Ao longo da Época Moderna, as mulheres tanto podem ser honradas como podem ser desonradas, quando perderam a honra. No entanto, se a honra surge associada aos feitos militares e às recompensas que deles advêm e se as mulheres têm por destino o casamento ou os conventos, o campo de batalha não é para elas acessível como forma de adquirir honra. Porém, se uma mulher pode ser desonrada, isto significa que de alguma forma pode possuir honra que não adquiriu pelos seus feitos. O empenho dos parentes em vingar a mulher desonrada, referido por Pitt-Rivers, esclarece-nos a origem desta honra feminina: é que a honra que se perde quando a pureza sexual feminina é manchada, é também a honra da família enquanto grupo⁹⁶. Aquando do seu nascimento, cada mulher recebe assim a honra familiar que lhe é confiada e que deve guardar durante toda a vida.

⁹⁶ RIVERS-PITT, Julian – “Honra e posição social”..., p. 19-20.

A honra feminina surge assim numa estreita ligação com a honra familiar. Tanto Pitt-Rivers⁹⁷ como Nye⁹⁸ afirmam que, ao longo do séc. XVIII, as mulheres não podiam adquirir honras como os homens. Da mesma forma que a educação feminina enquanto formação intelectual, apesar de ter sido valorizada sobretudo na segunda metade do séc. XVIII, não surge nas fontes associada às características da mulher honrada. Assim, apesar de não poderem adquirir honra, podem perder a que lhes foi confiada pela família. Isto acontece quando a sua pureza sexual sofre máculas⁹⁹, independentemente de se ter devido à vontade da mulher em causa ou de ter sido forçada por um homem. Note-se que no segundo caso a honra era restituída através do casamento e, assim, da formação de uma nova família, ou através do pagamento de uma determinada quantia consoante o estatuto do pai da mulher em causa¹⁰⁰. Enquanto no primeiro caso a honra da família ficava restaurada com a formação de um novo núcleo familiar do qual a mulher em causa passava a fazer parte e cujo comportamento passava a ser da responsabilidade do novo chefe de família – apesar dos prejuízos que daqui poderiam resultar para o *pater familias* que perdia o controlo sobre um outro eventual casamento que tivesse planeado para a filha – no segundo caso a quantia paga poderia servir como forma de aumentar o dote da rapariga, que se via agora com dificuldades acrescidas em encontrar marido devido ao estigma que sobre ela pairava, por não ser mais uma mulher virgem.

Saliente-se ainda que a desonra feminina podia advir também da falha para com as suas obrigações de mãe. É esta a palavra usada por Alexandre de Gusmão quando pretende realçar a especial responsabilidade das mães na criação dos filhos – “o filho bem criado he gloria de seu pay, & o mal criado he deshonor de sua mãy”¹⁰¹. A honra surgia portanto associada às duas principais responsabilidades atribuídas à maioria das mulheres: o papel de esposa e o de mãe.

Iremos desenvolver este ponto em capítulo próprio quando falarmos sobre a sexualidade masculina, mas importa aqui salientar que a pureza sexual que se esperava das mulheres honradas estava longe de ser uma exigência de comportamento masculino.

⁹⁷ RIVERS-PITT, Julian – “Honra e posição social”..., p. 40.

⁹⁸ NYE, Robert A. – *Masculinity and Male Codes of Honor*..., p. 41.

⁹⁹ RIVERS-PITT, Julian – “Honra e posição social”..., p. 31.

¹⁰⁰ *Ordenações Filipinas*, Livro V, Título 23.

¹⁰¹ GUSMÃO, Alexandre de – *Arte de crear bem os filhos*..., p. 78.

Enquanto às mulheres se recomendava a contenção sexual e a preservação da virgindade, nos homens esta mesma preservação “acabará por significar uma espécie de castração voluntária” que resultaria numa exclusão destes dos conceitos populares de honra¹⁰². Procuraremos mais à frente explicar as origens destes conceitos distintos para os homens.

As censuras que poderiam recair sobre a honra dos homens adúlteros deviam-se sobretudo aos impactos que o adultério poderia ter na subsistência da família e, portanto, surgiam sobretudo entre os membros dos grupos sociais mais desfavorecidos. Nas zonas rurais a humilhação pública dava-se através de cantigas populares compostas como forma de ridicularizar comportamentos de membros da comunidade. Estas criticavam sobretudo os homens que sendo casados haviam deixado as suas famílias para coabitarem com outra mulher¹⁰³. Estas humilhações raramente eram dirigidas às mulheres porque, como o autor do estudo salienta, “As mulheres que «descarrilam», vão descarrilar fora, justificando a crença, tão querida ao camponês, nas iniquidades da cidade”¹⁰⁴. Com os homens ricos que tinham o mesmo comportamento adúltero, a censura poderia vir da Igreja por constituir uma conduta contra os seus princípios, mas a sua honra enquanto distinção pública não era afetada. A desonra do adúltero dá-se quando este é incapaz de defender a sua família e se “o adúltero plebeu profana a sua família ao arranjar uma amante, o *señorito* demonstra a sua superior masculinidade ao fazê-lo”¹⁰⁵. O que se depreende é que as relações sexuais fora do casamento poderiam pôr em causa quer a honra feminina quer a honra masculina mas com implicações bastante distintas para homens e mulheres.

Estamos neste momento em condições de sumariar o significado do conceito em análise. A honra é o reconhecimento do valor pessoal por parte dos outros, seja este valor proveniente do estatuto social ou das ações louváveis levadas a cabo pelo bem dos diversos grupos a que o indivíduo pertence. Os requisitos para se atingir este reconhecimento não são comuns a todos os indivíduos, variando entre outros consoante o género e o estatuto social. Discriminámos algumas dessas variáveis. Analisaremos de

¹⁰² RIVERS-PITT, Julian – “Honra e posição social”..., p. 32.

¹⁰³ *Idem*, p. 36.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 37.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 38.

seguida características ligadas à honra e comuns a todos os grupos sociais mas mutáveis consoante o género. Para isso, começemos por definir “vergonha”, um conceito que se relaciona estreitamente com a ideia de honra.

Julian Pitt-Rivers apresenta a sua definição de vergonha como sendo

“aquilo que faz uma pessoa sensível à pressão exercida pela opinião pública. Nestes sentidos é sinónima de honra, mas o sentimento também se exprime de maneiras que já não o são, como a timidez, o rubor das faces e o retraimento que resultam da inibição emocional, do medo de ser exposto a comentários e críticas.”¹⁰⁶.

A vergonha assegura que os indivíduos se preocupam com a sua honra e que, por isso, são sensíveis à opinião que os outros formulam sobre a sua pessoa. Neste sentido é fundamental para homens e mulheres. A falta de vergonha caracteriza aqueles que se desenquadraram das expectativas que a sociedade deposita sobre eles e tinha por consequência danos severos não só para o indivíduo como para a família que ele representa. Não podemos esquecer que entre fidalgos, as redes clientelares exigiam que o bom nome de família permanecesse destacado. Para as famílias burguesas, o bom nome era uma verdadeira moeda de troca cuja ausência poderia comprometer os negócios. Entre o povo, quanto mais pequenas eram as comunidades mais severos os juízos sobre o comportamento dos seus membros.

Acontece que a vergonha, no segundo significado que surge na citação, refere-se a uma característica que é transmitida pela mãe às filhas através da educação. O resultado era que o mau comportamento da filha era muitas vezes atribuído à mulher que fora responsável pela sua educação. Não é surpreendente, portanto, o alívio de D. Leonor de Portugal quando perante a recusa da sua sobrinha D. Isabel em casar com um filho segundo do destacado Marquês de Pombal, este não culpabiliza a mãe de D. Leonor, D. Maria Antónia, que fora responsável pela educação da menina¹⁰⁷.

O que verificamos, portanto, é que o comportamento da filha reflete a educação que recebeu da mãe, parte da qual proveniente dos exemplos. O comportamento da mãe,

¹⁰⁶ *Idem*, p. 30.

¹⁰⁷ BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo Nem a Distância...*, p. 359.

por sua vez, reflete-se na honra da família. Esta última, finalmente, reflete a capacidade do pai em manter a casa sob o seu controlo¹⁰⁸.

A este respeito das diferentes significações de honra e vergonha, transcrevemos um quadro síntese no qual Pitt-Rivers resume os vários significados das palavras¹⁰⁹.

HONRA Eticamente neutra	HONRA = VERGONHA Eticamente valorizada			VERGONHA Eticamente neutra	VERGONHA = DESONRA (isto é, falta de vergonha) Eticamente negativa
Masculinidade = desejo de precedência Prontidão na defesa da reputação	Autoridade sobre a família Machismo	Honestidade Lealdade Preocupação com a reputação	Pureza sexual Pudor Discrição	Recato Timidez	Aceitação da humilhação Incapacidade de defender a reputação
Derivando de qualidades naturais		Derivando da educação	Derivando de qualidades naturais		Derivando da ausência de qualidades naturais
Adequados a: 		Adequados a: Ambos	Adequados a: 		Impróprio para ambos os sexos

Tabela 1 – Valorações sociais de honra e vergonha consoante o género.

Estamos pois perante diferentes conceitos de honra para homens e mulheres que refletem claramente diferentes expectativas sociais. Enquanto a honra feminina permanece vinculada à família, parece conter ainda vestígios de um tempo medieval descrito na citação de Nye em que a esposa era mais uma das propriedades do marido. Esta relação justifica a íntima ligação da honra feminina com a família, esfera cuja gestão depende do *pater famílias*. Os homens têm também eles a sua honra associada à família, mas não exclusivamente. São eles que adquirem na esfera pública o prestígio, o renome – a honra – da família. São ainda os responsáveis por assegurar a fidelidade da esposa e conseqüente manutenção do respeito que a comunidade nutre pelo seu núcleo familiar. Mas a sua existência não se resume ao espaço privado e, portanto, espera-se deles o desempenho de outras tarefas tipicamente masculinas. O valor da coragem no campo de batalha, por exemplo, intensifica-se na medida em que o homem deixa de ter

¹⁰⁸ RIVERS-PITT, Julian – “Honra e posição social”..., p. 39.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 33.

nas suas mãos exclusivamente a sua honra pessoal ou a honra familiar para passar a representar o seu país. Os grupos no espaço público multiplicam-se e, portanto, os homens sentem a responsabilidade de representar os diversos grupos de que fazem parte. Tudo isto implicava assim uma formação completa e diversificada, para garantir que eram capazes de desempenhar com sucesso os diversos papéis que lhe atribuíam.

A verdade é que independentemente das diferentes qualidades exigidas consoante o grupo a que se pertencesse, o desejo de adquirir honra garantia o bom funcionamento da nação. Nas palavras de Montesquieu (1689-1755), “L'honneur fait mouvoir toutes les parties du corps politique; il les lie par son action même; et il se trouve que chacun va au bien commun, croyant aller à ses intérêts particuliers”¹¹⁰. A honra revelava-se assim vantajosa para os indivíduos, para as famílias e para o Estado. Não surpreende, portanto, a preocupação de Martinho de Mendonça de Pina e Proença em garantir que as crianças se tornassem desde cedo sensíveis à opinião dos que as rodeavam, já que segundo o autor esta sensibilidade surgiria em todos naturalmente a partir dos primeiros anos da razão. Assim, recomendava que os castigos dados aos mais pequenos tivessem em atenção que “com os primeiros rayos da razão conhecem muito bem a honra, e a infâmia, o louvor, e o vitupério”¹¹¹ e, por isso, “He necessario, que quando os pays justamente tratão com enfado a algum filho todas as pessoas de casa, olhem para este, como com desprezo: se isto se observasse, seria supérfluo outro castigo”¹¹².

3. Sexualidade, casamento e adultério

Dedicar um subcapítulo à sexualidade numa investigação que tem por objetivo estudar a educação de crianças até ao início da puberdade pode parecer desnecessário. De facto, a sexualidade não estava definitivamente nos programas dos colégios que existiam no país e era um tema do qual não se falava abertamente com os mais pequenos. No entanto, esta análise insere-se numa abordagem mais alargada à temática. A mera enumeração das características consideradas tipicamente femininas e masculinas acabaria por deixar demasiadas linhas em aberto sem a articulação

¹¹⁰ MONTESQUIEU, Charles de Secondat de – *De l'esprit des lois*. Édition établie par Laurent Versini, Paris, Éditions Gallimard, 1995, p. 35.

¹¹¹ PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de – *Apontamentos para a educação...*, p.113.

¹¹² *Idem*, p. 119-120.

necessária para compreender este universo como um todo. Procuraremos, assim, perceber as origens por trás dos preconceitos e estereótipos socialmente impostos, que interligam algumas das características femininas e masculinas previamente anunciadas, apesar de reconhecermos desde logo a complexidade desta tarefa.

Perceber a origem de antigos preconceitos que se mantiveram ao longo de gerações revela-se uma tarefa árdua, mesmo quanto restringimos a análise a um período de cem anos. Isto porque o séc. XVIII não surge isolado no tempo. Da mesma forma que estudamos o passado para compreender o nosso pensamento contemporâneo, por reconhecermos que nele se escondem as suas origens, também o pensamento setecentista é herdeiro de antecedentes mais recuados. Seria assim impossível compreender um complexo sistema de crenças que se formou ao longo de milhares de anos se nos restringíssemos ao período entre 1701 e 1800. Assim, como este é o período que nos propusemos inicialmente estudar, a nossa análise estará sempre comprometida pela questão temporal.

Para além desta limitação cronológica, encontramos ainda uma multiplicidade de hipóteses de resposta que nos surgem no contacto com as fontes. De facto, não existe uma solução universal que possa garantir com certeza qual terá sido a verdadeira origem das relações desiguais entre homens e mulheres. Se perguntássemos a um teólogo contemporâneo do período em estudo, as reflexões de São Paulo sobre o papel da mulher no casamento de submissão ao marido poderiam ser apresentadas como uma das justificações¹¹³. Um médico poderia apelar à autoridade de Aristóteles ou ao pensamento galénico para demonstrar a desigualdade entre homens e mulheres. Um jurista argumentaria que dadas as conclusões de teólogos e médicos sobre uma realidade de desigualdades, jamais a lei poderia inventar uma igualdade inexistente¹¹⁴. Finalmente, um lavrador modesto poderia simplesmente responder que esse tratamento era um costume universal, comum a todos os tempos e a todos os povos. Esta seria a resposta que mais frequentemente encontraríamos entre homens e mulheres ao longo de várias gerações. Durante séculos, costumes antigos foram-se repetindo sucessivamente

¹¹³ DELUMEAU, Jean – *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 315.

¹¹⁴ LOPES, Maria Antónia – “Estereótipos de “a mulher” em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro)” in Maria Antonietta Rossi (a cura di), *Donne, Cultura e Società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI-XXI)*, Viterbo, Sette Città, 2017, p. 31.

em todas as camadas sociais sem que a contestação surgisse de forma significativa. Certo é que as possíveis explicações multiplicam-se sem que uma se imponha como verdade absoluta.

A interpretação que proponho, tendo por base a sexualidade, apresenta-se como mais uma possível hipótese de explicação. Procurarei abordar em primeiro lugar os impactos diretos da vida sexual conjugal nos papéis sociais de homens e mulheres para de seguida analisar as relações extraconjugais, procurando igualmente ligações diretas ou indiretas destas com a vida quotidiana. Finalmente, não deixarei de salientar a forma como certas características físicas sexuais estavam intimamente ligadas com o estatuto público masculino e com a posição feminina no matrimónio. Tudo isto levar-nos-á a concluir que, de facto, a sexualidade não estava incluída de forma direta na educação das crianças. No entanto, reconhecia-se que as crianças do presente seriam adultos no futuro e, se a manutenção do complexo sistema de poderes patriarcal dependia do desempenho de certos papéis sociais claramente definidos, é de se esperar que a educação dos mais pequenos tivesse por base o papel que futuramente viriam a desempenhar. A sexualidade apresenta-se, assim, como uma das razões de base que justificavam a necessidade de adotar certos comportamentos distintos para cada género.

O casamento encontra na sexualidade desde logo a sua grande razão de existir, pelo menos para os doutores da Igreja. Desde os primórdios da cristandade que se refletiu acerca da importância da castidade mas também sobre os limites da resistência humana às tentações da carne. É neste contexto que S. Paulo afirma que, apesar de a castidade ser o estado mais perfeito no caminho para a salvação, nem todos conseguiriam resistir aos desejos carnis. Para todos estes, o casamento era a solução – “Pois é melhor casar do que arder”¹¹⁵.

No entanto, para aqueles que viam no casamento a solução para a sua incapacidade de resistir aos prazeres carnis, existiam certas normas a cumprir. Através de um eufemismo subtil, S. Paulo recomenda “Que o marido pague o devido à mulher e que do mesmo modo a mulher <pague> ao marido”¹¹⁶ fazendo assim referência à consumação do casamento e, pouco depois, ao débito conjugal – “Não vos priveis

¹¹⁵ 1 Coríntios 7:9. Segue-se a tradução de Frederico Lourenço, Vol. II, Lisboa: Quetzal Editores, 2017, p. 237.

¹¹⁶ 1 Coríntios 7:3 *Idem*, p. 237.

mutuamente, a não ser por comum acordo e por algum tempo para terdes disponibilidade para a oração. Depois, voltai de novo um para o outro, para que Satanás não vos tente devido à vossa falta de autodomínio”¹¹⁷. A mensagem era clara: o casamento não era obrigatório e nem sequer era o estado mais aconselhado pela Igreja, mas todos aqueles que contraíssem matrimónio estavam sujeitos a obrigações sexuais para com o cônjuge. Mas e quando a carne desejava mas o corpo era incapaz de responder?

A impotência masculina assombrou os pesadelos de inúmeros homens ao longo dos séculos. O desempenho sexual ia muito além da mera satisfação momentânea da carne, dados os significados a ele associados. Em primeiro lugar, há que ter em consideração que a consumação era considerada essencial para a validade de um casamento. Dadas as proibições católicas ao divórcio, alegar que o casamento nunca fora consumado era um dos mais fortes argumentos que poderiam levar à sua declaração de nulidade. Compreende-se, portanto, que um homem impotente não conseguiria aceder aos privilégios do matrimónio.

Ficar afastado do casamento por um impedimento biológico pode não parecer, à partida, um problema significativo. O problema, no entanto, encontra-se na legislação da época. Observemos o conteúdo do título XCIV do livro 1 das *Ordenações Filipinas*:

“E qualquer pessoa, a que for dado Officio de julgar ou de screver, não sendo casado, será obrigado a se casar dentro de hum anno do dia, que lhe for dado, sob pena de perder o dito Officio. E os que houverem de servir de Provedores de Comarcas, não serão providos, sem serem casados. E se depois dos ditos Officiaes serem casados, viuvarem, serão obrigados a se tornarem a casar dentro de hum anno do dia em que assi viuvarem, sob a mesma pena”¹¹⁸.

Optar por não casar era uma possibilidade para os homens setecentistas das classes mais elevadas. No entanto, os cargos públicos estavam-lhe vedados. Ora, se a consumação era necessária para que um casamento fosse validado e se este era necessário para aceder a cargos públicos, então um homem incapaz de consumir um casamento estava também impedido de desempenhar um papel de liderança na sociedade laica. Daqui advém que, se a honra, como vimos, estava ligada ao reconhecimento social e aos cargos que se possuía, o desempenho sexual masculino

¹¹⁷ 1 Coríntios 7:5 *Idem*, p. 237.

¹¹⁸ *Ordenações Filipinas*, título XCIV, livro 1.

estava intimamente ligado à honra individual. No entanto, a sexualidade masculina pode ser marcada por episódios esporádicos de impotência sem que este seja um estado clínico permanente. Compreende-se, portanto, que muitos homens casassem sem terem consciência que este poderia ser um problema com o qual teriam de lidar. Mas existiram outros que, conscientes da sua incapacidade de consumir o matrimónio, terão optado por contraí-lo ainda assim.

Pierre Darmon estudou as perseguições francesas aos homens impotentes na França pré-revolucionária no seu livro *Le tribunal de l'impuissance: virilité et défailances conjugales dans l'ancienne France*. Apesar da cautela necessária na transposição direta das conclusões do autor para a realidade portuguesa, não podemos deixar de salientar algumas das suas reflexões. A primeira das quais surge ligada à elevação do casamento ao estatuto de sacramento. Assim, “By marrying, the impotent man deliberately violated this sacrament and, according to Gayot de Pitival, committed ‘an attack upon the authority of the Church’”¹¹⁹. Pôr em causa a autoridade da Igreja era a mais grave das consequências de um casamento não consumado por estas razões previamente conhecidas pelo réu deste tribunal severo, que teria assim pecado com conhecimento do que fazia.

Mas as consequências estendem-se a uma outra lesada: a esposa. Darmon cita as palavras de Anne Robert que em 1627 teria encarado o casamento como uma “form of sale of purchase transaction”¹²⁰ na qual a rapariga que procura o casamento encontra um homem, de quem espera que tal como ela procure no matrimónio a solução para satisfazer os desejos carnis. O problema surge quando a “unfortunate victim (...) discovers in her marriage bed that she has taken a mere shadow for a husband”¹²¹. Daremos adiante mais um exemplo que comprova que esta ideia de que um homem impotente não passava de uma “mera sombra” de homem persistiu para lá do final do séc. XVIII. Centremo-nos agora na forma como a mulher era vista como a vítima que, apesar de ter procurado o casamento como solução para os seus desejos conforme S. Paulo recomendara, vê-se agora desvalorizada nesse “mercado” matrimonial. Para Anne

¹¹⁹ Usámos a versão inglesa. DARMON, Pierre – *Damning the Innocent. A History of the Persecution of the Impotent in pre-Revolutionary France*. New York: Viking, 1986, p. 61.

¹²⁰ Citado a partir de DARMON, Pierre – *Damning the Innocent...*, p. 60.

¹²¹ *Idem*, p. 60.

Robert, “women do suffer more the stings of desire for these pleasures than do men, and cannot, in their infirmity, so easily forego them”¹²². A mulher surge então como uma doente privada de tratamento e é uma das únicas situações em que a insaciabilidade sexual da mulher, que como veremos lhe era considerada natural, surge como característica que faz dela vítima. Mas por vezes as lesadas queixavam-se de afrontas mais graves à sua integridade física. O autor cita casos de homens que teriam tentado usar acessórios de ferro para tentar consumir o casamento¹²³. As descrições dos processos mostram homens frustrados que tentam a todo o custo alternativas que garantam os mesmos fins sem que a sua honra pessoal fique em jogo.

Relativamente à questão da masculinidade associada ao desempenho sexual ter ultrapassado os limites do séc. XVIII, cite-se o exemplo do caso de um paciente descrito pelo Dr. Rauland em 1859. Um jovem rapaz ter-se-ia envolvido amorosamente com uma rapariga de 22 anos que teria conhecido nos seus banhos de mar. No entanto, devido a enjoos e vômitos derivados da doença de que padecia, foi incapaz de ter relações com a jovem. Preocupado, teria consultado o médico em questão e partilhado com ele as suas inquietações – “Il faut, nous dit-il, que je répare mon honneur; la personne qui a compté sur mon amour doit être à Paris dans quelques jours, et je dois, quoi qu’il en puisse advenir, lui faire oublier à force de caresses ce que les femmes regardent comme une insulte et pardonnent rarement.”¹²⁴. Em primeiro lugar saliente-se que a impotência masculina é aqui encarada como um “insulto raramente perdoado”, reforçando o papel de vítima que já Anne Robert lhes teria reconhecido nesta matéria. De facto, mulheres insatisfeitas com o desempenho sexual dos companheiros podiam trazer consequências graves para a reputação destes, como veremos adiante. Depois do tratamento recomendado pelo médico, o jovem teria voltado poucos dias depois radiante com os resultados – “Je suis redevenu homme, nous dit-il, et j’ai complètement effacé la honte de deux terribles échecs”¹²⁵. Em pleno séc. XIX, a recuperação do bom desempenho sexual revela-se uma forma de “voltar a ser homem” e os fracassos neste campo continuam a ser vistos como uma vergonha.

¹²² Citado a partir de DARMON, Pierre – *Damning the Innocent...*, p. 62.

¹²³ DARMON, Pierre – *Damning the Innocent...*, p. 63.

¹²⁴ RAULAND, Le Docteur – *Le livre des époux. Guide pour la guérison de l’impuissance, de la stérilité et de toutes les maladies des organes génitaux*. Paris, 1859, p. 75-76.

¹²⁵ *Idem*, p. 77.

E o que acontecia se a esposa estivesse disposta a aceitar casar com um homem mesmo estando consciente desde o início das limitações sexuais deste? A Igreja via a coabitação fraternal entre marido e mulher, quando o esposo era impotente, como um ideal de perfeição. A declaração da nulidade do casamento só teria lugar como último recurso, quando a continência sexual era impossível para a parceira¹²⁶. O problema é que a Igreja via este ideal como dificilmente alcançável e, portanto, declarar o casamento nulo era a solução mais recorrente.

No entanto, existiram exceções. Darmon dá conta de dois exemplos, sendo que no primeiro a esposa aceita casar com o marido mesmo sabendo que este tinha “impedimentos naturais” que impossibilitavam a consumação do casamento e um segundo em que é o próprio homem que assume publicamente as próprias limitações sexuais. Ambos possuíam provavelmente segundas intenções por trás das suas ações. No primeiro caso, que chega inclusive a ser levado ao Parlamento de Toulouse em 1639, a esposa é feita herdeira de uma considerável fortuna após o casamento¹²⁷. O segundo, em 1662, tratou-se de um homem de 70 anos comprometido para casar com uma mulher 40 anos mais nova à qual prometera casa, comida e camareira. Mas o noivo terá mudado de ideias. Nas vésperas do matrimônio anuncia ser impotente, obtendo assim uma justificação aceitável para desfazer o noivado¹²⁸.

As palavras de Pierre Darmon resumem, assim, esta inquietação masculina com a própria sexualidade: “Deep in the shadowy unconscious of every man lurks a terrible fear of castration. The myth of virility can be seen as the sublimation of this anxiety into an abstract form which is the basis of a man’s prestige, yet completely beyond his control”¹²⁹.

Após abordarmos a relação entre casamento e sexualidade, atentemos de seguida nos desvios à fidelidade entre cônjuges. Em primeiro lugar refira-se que a principal razão pela qual se acreditava que as mulheres cometiam adultério era a insatisfação sexual que estas encontravam no leito conjugal. Um homem traído era, portanto, um homem incapaz de cumprir com o permanente débito conjugal que tinha para com a

¹²⁶ DARMON, Pierre – *Damning the Innocent...*, p. 66.

¹²⁷ *Idem*, p. 68.

¹²⁸ *Idem*, p. 70.

¹²⁹ *Idem*, p. 2.

esposa. Por outras palavras, o conhecimento público sobre o adultério de uma mulher revelava informações sobre o desempenho sexual do homem com o qual estava casada. Havia por conseguinte uma relação direta entre o comportamento feminino e o reconhecimento público do marido, isto é, a sua honra. Não admiraria por isso que esta fosse mais uma das razões pelas quais as mulheres eram mantidas sob apertada vigilância.

O adultério masculino, por sua vez, inseria-se possivelmente numa tentativa de afirmar a própria virilidade. Perante as permanentes ameaças à honra em que o casamento o colocava, o homem que fosse capaz de não só conservar a esposa fiel mas ainda de manter várias amantes seria certamente admirado publicamente. No entanto, o adultério masculino insere-se nas práticas disseminadas na sociedade mas que não surgem claramente aconselhadas nos textos tratadísticos da época. Enquanto uns desaconselham-no expressamente, outros fazem-lhe uma referência subtil ao incluí-lo entre práticas que a sociedade considera honrosas mas que são despidas de virtude.

A Igreja condena o adultério sem reboços. Segundo os textos sagrados, Jesus teria recordado as multidões desse mandamento – “Ouvistes que foi dito: *não cometerás adultério*.”¹³⁰. A fidelidade conjugal seria também uma virtude masculina. Mas, por vezes, a opinião pública não se baseava na “verdadeira virtude”.

Martinho de Mendonça de Pina e Proença tem este juízo da população em consideração. Para este autor, as ações que definem a honra podem alterar-se com o tempo – “Nem pareça absurdo constituir a honra em cousa alterável; porque o consentimento geral de huma nação pode fazer, que as acções se deixem de reputar por honrosas, ou ignominiosas”¹³¹. No entanto, gera-se aqui um problema: apesar das definições de honra se alterarem, para este autor a virtude é inalterável e está isenta das vicissitudes do tempo – “Tal he a força do costume, e imperio do tempo, de que só se isenta a virtude: mas o premio civil da virtude, que he a honra, está sujeito ao juízo da multidão, que se regula pelas Leys, e costumes do povo”¹³². As conclusões são claras: nem sempre a virtude, imutável e incontestável, era reconhecida publicamente na forma de honra. Em certas matérias, como aparenta ser o adultério masculino, surgia um

¹³⁰ Mateus 5:27, tradução de Frederico Lourenço, Vol. I, Lisboa: Quetzal Editores, 2017, p. 75.

¹³¹ PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de – *Apontamentos para a Educação...*, p. 330-331.

¹³² *Idem*, p. 331-332.

conflito entre estes dois conceitos. O marido fiel seria virtuoso, mas o homem que mantivesse várias amantes provava a sua masculinidade e obtinha assim o reconhecimento dos seus iguais. Estas ações iam no entanto contra a virtude e, por isso, Pina e Proença não as reconhece como “verdadeira honra”¹³³.

No entanto, as fontes não incitam ao adultério masculino – nem a Igreja o permitiria. Se por um lado as autoridades eclesiásticas tendiam a fechar os olhos a esta realidade, nem por isso admitiriam que fosse incentivado abertamente. Diogo Paiva d’Andrada, de cuja obra *Casamento Perfeito* originalmente editada em 1630 se conhecem duas reedições no séc. XVIII, em 1726 e 1763¹³⁴, é um dos que desaconselha o adultério. As razões que apresenta são, no entanto, curiosas. Para este autor, os homens casados devem ser “modestos e recolhidos” não só pela “obrigação de dar bom exemplo [...] senão pello muito que lhe importa tirar suas mulheres toda a ocasião de formarem delles ruins sospeitas”¹³⁵. A necessidade de dar bons exemplos retoma a recorrente crença na permanente imaturidade feminina que, tal como as crianças, necessita permanentemente de bons exemplos para obrar bem – “Se a mulher entender que seu marido lhe he casto, & fiel, tambem ella será fiel, & casta”¹³⁶, “há de aprender a mulher a ser honesta do bom exemplo de seu marido”¹³⁷. Seguindo esta linha de raciocínio, somos levados a concluir que o marido devia ser fiel para garantir a fidelidade da esposa, que por sua vez asseguraria a manutenção da sua própria honra pessoal. Mas também a necessidade de evitar a desconfiança é apontada como um motivo válido e importante para demover os homens do adultério. As consequências da desconfiança no matrimónio são largamente exploradas nos capítulos VII, VIII e IX. A mais severa de todas surge explicada no capítulo VIII – “porque tanto que os casados desconfiãõ hum do outro, cada hum cuida que vive enganado, & pello mesmo caso sempre deseja ou executa cousas muito differentes do que o outro lhe offerece, ou

¹³³ *Idem*, p. 329.

¹³⁴ NEDER, Gizlene – “‘Casamento perfeito’, cultura religiosa e sentimentos políticos”. In *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, vol. 8, no.1, janeiro-abril, Rio de Janeiro, 2016, p. 13.

¹³⁵ ANDRADA, Diogo Payva de – *Casamento Perfeito...*, p. 131.

¹³⁶ *Idem*, p. 135.

¹³⁷ *Idem*, p. 136.

aconselha”¹³⁸. Se um homem trai a sua esposa corre o risco de criar desconfianças nesta e, assim, colocar a sua própria autoridade em risco.

Apresentados estes argumentos, pelos quais começa, certamente por acreditar serem os que mais facilmente convenceriam o leitor, apela de seguida para a razão e para a fé:

“Que desculpa poderá dar hum homem de qualquer qualidade, ou dinidade que seja, governado pelas leis da razão, illustrado com o lume da Fé, amoestado com os conselhos dos amigos, com a doutrina dos pregadores, persuadido com os exemplos, & experiencia de tantas vidas inquietas, de tantas mortes arrebatadas para deixar o Amor que deve a sua molher com quem vive em graça de Deos, & empregarse todo em outro que o faz agradar, & servir ao demonio?”¹³⁹

Um homem, independentemente do seu estatuto social, desde que fosse iluminado pela razão e devoto a Deus, deveria evitar trair a sua esposa. O último argumento surge na sequência deste apelo à racionalidade: “Com que razão ou confiança poderá matar a sua molher por hua affeição desordenada, quem se desordena em tantas & tão escandalosas, sem temor de Deos nem vergonha dos homens, nem emenda nas maldades, nem intervallo nas torpezas?”¹⁴⁰. O adultério masculino deslegitimava assim qualquer ato de “justiça pelas próprias mãos” devido ao adultério feminino.

Antes de proceder à análise das diferentes formas de encarar o adultério consoante o grupo social, não podemos deixar de referir uma outra visão presente na mesma obra, onde os argumentos até aqui apresentados parecem coincidir na condenação deste comportamento. É que Diogo Paiva d’Andrada, tal como os seus contemporâneos, encarava o adultério como natural consequência de certas situações. Toda esta linha de raciocínio se constrói de modo a levar os casais a seguirem certos comportamentos que garantissem um matrimónio estável e harmonioso: certas características na escolha dos noivos deveriam ser tidas em conta de forma a evitar naturais traições que por sua vez poderiam levar a desconfianças e, finalmente, ao fim da harmonia entre os casados. Estas características passavam por garantir a igual qualidade dos noivos, idades semelhantes, um equilíbrio entre excesso e falta de beleza

¹³⁸ *Idem*, p. 54.

¹³⁹ *Idem*, p. 134.

¹⁴⁰ *Idem*, p. 134.

feminina, entre outros. Ao referir-se aos perigos de cometer adultério quando a esposa não é bela, afirma que

“a nossa natureza he muito amiga de novidades, & muito mais quando ellas se melhora de gostos, & posto que em ocasiões desta calidade se abstenhão muitos por virtuosos do que appetecem por humanos; contudo não carece de seu perigo ter necessidade de reprimir o gosto para se obedecer ao entendimento, & fazer forças à virtude para segurar a consciência: porque melhor se conserva a segurança della nas conveniências da natureza, que nas violencias da razão”¹⁴¹

O adultério era, por isso, uma consequência encarada natural mas que nem por isso era abertamente louvada. O homem virtuoso, apoiado na razão e na fé em Deus, deveria ser capaz de resistir às tentações do demónio que o levava a desejar trair a esposa.

Apesar das condenações morais a este tipo de atitudes, estas eram recorrentes e por isso estavam devidamente regulamentadas. Nas *Ordenações Filipinas* encontramos, no texto introdutório do título XXV do livro 5, uma formulação clara sobre o adultério masculino:

“Mandamos que o homem, que dormir com mulher casada, e que em fama de casada stiver, morra por ello. Porém, se o adultero for de maior condição, que o marido della, assi como, se o tal adultero fosse Fidalgo, e o marido Cavalleiro, ou Scudeiro, ou o adultero Cavalleiro ou Scudeiro, e o marido peão, não farão as Justiças nelle execução, até nol-o fazerem saber, e verem sobre isso nosso mandado.”¹⁴²

As diferentes condenações consoante o estatuto social do réu eram uma realidade no Antigo Regime e, na prática, isto traduzia-se numa maior liberdade sexual concedida aos indivíduos dos estratos sociais mais elevados. Esta ideia é reforçada quando a lei regulamenta os casos de “justiça pelas próprias mãos”, já referidos anteriormente quando o marido encontrava a esposa em adultério:

“Achando o homem casado sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assi a ella, como o adultero, salvo se o marido for peão, e o adultero Fidalgo, ou nosso Dezembargador, ou pessoa de maior qualidade. Porém, quando o matasse alguma das sobreditas pessoas, achando-a com sua mulher em adultério, não morrerá por isso mas será degredado para Africa com pregão na audiência pelo tempo, que aos Julgadores bem parecer, segundo a pessoa, que matar, não passando de trez annos.”¹⁴³

¹⁴¹ *Idem*, p. 110.

¹⁴² *Ordenações Filipinas*, título XXV, livro 5.

¹⁴³ *Ordenações Filipinas*, título XXXVIII, livro 5.

Para além de significar uma maior liberdade sexual concedida a estes indivíduos, como já foi referido, ainda poderemos questionar alguns aspetos que se afiguram particularmente curiosos. A hierarquia entre os homens consoante o seu estatuto social alargava-se a estas questões da honra sexual. Podemos perguntar, no entanto, se também se alargariam às mentalidades destes homens que descobriam as suas mulheres em adultério com outros de estatuto social mais elevado. Será que um homem se sentiria mais humilhado ao ser traído por um igual ou por um superior hierárquico? Ou seria a humilhação igual independentemente do estatuto do adúltero? Como encarava a sociedade estes homens? Na teoria, a desonra seria possivelmente maior quando o adúltero era mais destacado socialmente, uma vez que uma vingança poderia trazer punições para aquele que procurava recuperar a sua honra ao matar o adúltero. Quando a afronta vinha de um igual, a vingança permitia que a honra fosse recuperada ao matar o agressor. Note-se no entanto que, apesar de a lei proteger o adúltero quando este é fidalgo, também há uma certa condescendência com o marido ofendido quando este mata o ofensor. Reconhece-se que não se trata de um homicídio despropositado: a honra de um homem está em causa e admite-se que, apesar de continuar a ser uma violação da hierarquia social matar um superior, o assassino não merece a pena capital. No entanto, referimo-nos sobretudo à possível interpretação de um homem de baixa condição social que vê a sua mulher traí-lo com um superior hierárquico. Ao subirmos de estatuto social não negamos que um marido da alta nobreza, que como vimos anteriormente tanto se esforçava por afirmar o seu destaque ao evitar casamentos fora do grupo, não se sentisse profundamente ultrajado ao descobrir que a esposa o traíra com, por exemplo, um mercador. Nesta situação, no entanto, teria a lei do seu lado ao fazer justiça pelas próprias mãos. Certo é que a honra surge, mais uma vez, envolvida em complexas questões ligadas ao comportamento sexual dos cônjuges.

Posto isto, concluímos que a sexualidade feminina era tida por garantida, caracterizada por um desejo insaciável que levava as mulheres a estarem permanentemente dependentes do débito conjugal que o marido lhes devia. Quando não encontravam satisfação no leito conjugal, procuravam outros homens com os quais se envolviam em relações adúlteras. Rousseau é apontado como um dos teóricos do problema destas mulheres insaciáveis – para este autor “women's sexual capacity was considerably greater than that of men. Though they are the weaker sex, lascivious

women could dominate and exhaust men by sexual manipulations, thereby reversing the "natural" relations of power”¹⁴⁴. Em causa ficava, portanto, não só a honra masculina intimamente ligada ao comportamento sexual da esposa como a própria autoridade do marido no casamento. As mulheres eram por isso incentivadas, quer pela Igreja quer pela sociedade laica, a controlar estes impulsos sexuais que lhes eram naturais. Não há conflitos entre honra e virtude no que diz respeito à sexualidade feminina. A energia sexual dos homens, por outro lado, era tida como limitada. Viviam na permanente ansiedade e incerteza sobre a resposta biológica do próprio corpo aos desejos que sentiam. A permanente ameaça da impotência surgia agravada pelos desejos sexuais da esposa, o que acaba por resultar na íntima ligação entre virilidade e honra masculina. O resultado acabava por ser um dilema entre as ações virtuosas, ligadas à fidelidade conjugal, e as ações honrosas para o juízo da opinião pública. Afinal, ao manter várias amantes, um homem demonstrava não correr o risco de ter a sua autoridade doméstica posta em causa pela incapacidade de satisfazer sexualmente a esposa. A virilidade masculina surge assim ligada a complexas significações sociais e antigos preconceitos enraizados que acabam por estabelecer ligações entre realidades aparentemente independentes, como é o caso da autoridade, da sexualidade e do prestígio público.

4. Gestão da(s) casa(s)

Ao observarmos as recomendações sobre a formação de meninos e meninas, somos confrontados com uma estranha coincidência: a gestão da casa faz parte da formação feminina e masculina. Não nos pareceu invulgar o facto de existir um saber considerado adequado para todas as crianças, dando a entender que se tratava de conhecimentos fundamentais e por isso gerais. Mas a informação torna-se confusa quando outros autores dão a entender que tentar gerir certos aspetos da casa poderia ser desaconselhado aos homens. Como explicar esta aparente incongruência? Possíveis desentendimentos entre os autores sobre quais os papéis que cada membro do casal deveria desempenhar na gestão da casa? A verdade é que a solução revelou-se mais simples do que o problema inicial poderia sugerir. Começemos, em primeiro lugar, pela raiz do problema: qual o significado da palavra “casa” no séc. XVIII?

¹⁴⁴ NYE, Robert A. – *Masculinity and Male Codes of Honor...*, p. 49.

Ao recorrermos a um dicionário da época, encontramos a seguinte definição: “CASA , s. f. edificio onde habita gente, morada, habitação. [...] s. f. Geração , família v.g. ,, *he da cafa dos Noronhas...*”¹⁴⁵. Encontramos duas significações diferentes para um mesmo termo. Esta conclusão esclarece-nos sobre as nossas dúvidas iniciais: mais do que desentendimentos sobre os papéis de género na gestão da casa – ou, como já vimos, das casas – estamos perante uma palavra com, no mínimo, dois significados.

As duas definições esclarecem-nos ainda sobre a aparente contradição dos autores. A verdade é que quando os tratados relativos à educação feminina referem a necessidade de preparar as mais pequenas para a gestão da casa, esta surge como o espaço físico de habitação doméstica. Por outro lado, quando a formação neste campo surge associada aos rapazes, a casa de que falamos passa a estar relacionada com os bens da família, sejam eles materiais no formato de grandes propriedades ou imateriais sob a forma de um título nobiliárquico ou honorífico e consequente destaque social.

Mas concretizemos as tarefas associadas a cada uma destas gestões. A esposa ficava responsável pela administração do lar, tarefa certamente incluída naquelas que Paiva de Andrade considera incluída nas “cousas que lhe pertencem tanto a ellas, que se os maridos as governarem, será muito grande defeito seu, e muito mayor desgoverno da casa”¹⁴⁶. Também D. Luís de Sousa Coutinho terá presenciado este “desgoverno da casa” por experiência própria quando se viu na ausência da sua esposa, tal como o dá a entender nas suas cartas: “nada faz tanto descómodo como a ausência da senhora da casa, tudo fica em confusão”¹⁴⁷.

Na prática, as tarefas transversais às mulheres dos grupos sociais seculares passavam pela educação dos filhos e por tarefas domésticas tais como a limpeza e a cozinha – fossem estas desempenhadas pelas próprias ou por criadas – e cuidar da roupa dos filhos e do marido. No entanto, reforço que quando refiro as tarefas domésticas não quero com isto dizer que eram as próprias mulheres que necessariamente as desempenhavam. Se nos meios sociais mais desfavorecidos eram elas que tratavam destes afazeres – apesar de ser importante recordar que estas tarefas não lhes ocupavam

¹⁴⁵ “Casa”. SILVA, António de Morais - *Diccionario da lingua portugueza...*, p. 241.

¹⁴⁶ ANDRADA, Diogo Payva de – *Casamento Perfeito...*, p. 55.

¹⁴⁷ BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo Nem a Distância...*, p. 113.

tanto tempo como o imaginário popular lhes costuma atribuir, uma vez que para além destas serem muito rudimentares, vimos ainda que tinham também um papel a desempenhar no espaço público – o mesmo não acontecia nas famílias mais abastadas, já que a existência de criados garantia o cumprimento destas tarefas. Nestes casos, a função da senhora da casa passava por assegurar que os criados desempenhavam devidamente o seu trabalho.

A limpeza da casa surge como tarefa tipicamente feminina, fosse ela feita pelas donas da casa ou por criadas. A verdade é que a designação plural “criados” acaba por muitas vezes abarcar homens e mulheres indistintamente sem que nos seja possível perceber a exclusiva inclusão de elementos masculinos ou a eventual presença feminina. No entanto, ao sugerir um colégio destinado à educação dos jovens fidalgos do reino, Ribeiro Sanches é claro quando recomenda uma mulher com mais de 50 anos para responsável pela limpeza dos quartos¹⁴⁸. Porque surge como tarefa feminina a limpeza do espaço comum a homens e mulheres?

A costura e os bordados, por sua vez, eram elementos de concordância entre os autores que consideravam necessária uma educação feminina. Para além de ser uma forma de ocupar o tempo e garantir que não ficavam ociosas, podia ainda revelar-se um importante recurso de sobrevivência para algumas mulheres. De facto, é comum encontrar nas fontes referências a órfãs que vivem com a mãe e que sobrevivem graças aos “trabalhos de mãos”, nomeadamente bordados e outros trabalhos de costura. Mas também as senhoras das camadas sociais mais destacadas se dedicam a estas atividades: D. Leonor usa frequentemente vestidos seus que transforma em roupa para os filhos mais novos¹⁴⁹ e de D. Mariana Vitória, mãe da futura D. Maria I, dizia-se que “bordava primorosamente”¹⁵⁰.

A educação dos filhos é apontada como outra das responsabilidades transversais às mulheres casadas. Até Alexandre de Gusmão, que no séc. XVII considerara que a educação dos pequenos competia tanto aos pais como às mães, afirmara que a natureza responsabilizara-as mais a elas devido ao maior tempo que passavam com as crianças através da gestação (geração) e amamentação (criação natural) – “a natureza destinou ás

¹⁴⁸ SANCHES, António Ribeiro – *Cartas sobre a educação da mocidade...*, p. 185.

¹⁴⁹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo Nem a Distância...*, p. 252.

¹⁵⁰ MOTA, Isabel Ferreira da - *D. Maria I: a piedosa...*, p. 9.

mãys mais tempo para a geraçam, & creaçam natural dos filhos [...] assim parece lhes tem cometido mais tempo para a creaçam dos costumes”¹⁵¹. Esta educação refere-se ao período inicial das vidas das crianças de ambos os sexos. Quando atingiam os 7 anos, os rapazes eram entregues ao mundo masculino enquanto as raparigas permaneciam sob a guarda das mães. Para estas últimas, a educação continuava com base nos exemplos que recebiam. Ao observar a mãe, aprendiam como um dia haveriam de gerir as suas próprias casas.

Os rapazes, por sua vez, aprendiam também com base nos exemplos masculinos. Mas as tarefas eram diferentes. Gerir a casa, na sua significação enquanto família, passava em parte por desempenhar a já referida tarefa masculina de aumentar a honra da família. A escolha dos destinos dos filhos era uma das tarefas que tinha a potencialidade de aumentar a honra e que estava ligada à gestão da casa, assim como as negociações de casamentos vantajosos para os interesses das duas partes. Um casamento significava uma aliança entre duas famílias e, tendo em conta o complexo sistema de favores e redes clientelares que regia o Antigo Regime, ter boas relações era meio caminho andado para conseguir os cargos e destaque desejados. A título de exemplo, refira-se que é graças às boas relações dos Sousas Coutinhos com a família do Marquês de Pombal que é possível a D. Leonor, enquanto membro dos primeiros, conseguir negociar na corte o título de conde de Vila Real para a família em que ingressara por casamento. Repare-se que só é possível a D. Luís aumentar o prestígio da sua casa graças à família da esposa, que por sua vez tinha laços matrimoniais antigos com os antepassados do influente Sebastião José de Carvalho e Melo. Negociar um casamento era por isso uma tarefa complexa que exigia a análise dos possíveis benefícios de uma aliança com cada uma das famílias pretendentes.

Note-se que todo o esforço do *pater familias* de pouco serviria se os filhos não estivessem dispostos a submeter-se à sua vontade. O risco desta desobediência era tão grave para as filhas como para os filhos, mas as fontes dão a entender que a contestação das decisões dos pais, quando existiu, foi mais significativa por parte dos rapazes¹⁵².

¹⁵¹ GUSMÃO, Alexandre de – *Arte de crear bem os filhos...*, p. 79.

¹⁵² MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos”. In *Historia da Vida Privada em Portugal*. Mattoso, José (dir.) A Idade Moderna. Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), Maia: Temas e Debates, Círculo de Leitores. 2010, p. 140-141.

Não deixa de ser curioso questionar até que ponto a educação não seria a grande responsável por estes diferentes níveis de obediência por parte de filhos e filhas. A expressão que encontramos registada num dos folhetos satíricos da época, que surge numa conversa entre amigas, traduz uma certa naturalidade na forma como a desobediência masculina era encarada - “Eu bem sei que são homens, que ainda que tenham Pai, ou Mai, não querem quem os governe”¹⁵³. Mas ainda que fosse vista como natural a desobediência num homem, isso não significava que esta fosse de alguma forma aconselhada. De facto, a obediência dos filhos era essencial para que estes chefes de família pudessem concretizar os seus planos de engrandecimento da casa e, por isso, os castigos eram vistos como fundamentais e maioritariamente postos em prática pelos pais como forma de educação¹⁵⁴.

Os frutos desta conjugação entre educação para a obediência e uma boa escolha dos destinos resultava em filhos cujas ações engrandeciam a casa, fosse pelo casamento ou pelos cargos eclesiásticos que ocupavam. De facto, mesmo aqueles que seguiam a vida religiosa tendiam a legar em testamento a maioria dos seus bens à casa onde nasceram, aumentando assim o património da família¹⁵⁵. Outros secundogénitos tinham ainda a possibilidade de seguir a vida militar e conseguir os seus próprios sucessos e distinções. Foi o que aconteceu no caso dos dois irmãos do Marquês de Pombal, em que os secundogénitos colaboraram para o aumento da casa através de funções militares e eclesiásticas¹⁵⁶.

A gestão da casa passava ainda por administrar os rendimentos, reencaminhando-os para novos investimentos ou direcionando-os para outras necessidades dos membros da família. Pina e Proença reforça esta necessidade ao lamentar-se sobre a quase inexistência de livros sobre economia doméstica, fundamentais para que “conheça o pay de famílias a receita, e despeza da sua casa”¹⁵⁷. Isto incluía muitas vezes gerir o dinheiro que os filhos recebiam com o próprio trabalho, como o mostra o já referido folheto ao contar a situação de um rapaz que casara

¹⁵³ *Devoção das mulheres da moda na Igreja, e o modo com que nunca ouvem Missa*, Lisboa: Officina da Viúva de Ignacio Nogueira Xifto, 1774, p. 5.

¹⁵⁴ GUSMÃO, Alexandre de – *Arte de criar bem os filhos...*, p. 318.

¹⁵⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Casa, casamento e nome...”, p. 142.

¹⁵⁶ *Idem*, p. 137.

¹⁵⁷ PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de – *Apontamentos para a educação...*, p. 218.

precisamente por se sentir cativo pelo controlo do pai - “elle não via o dinheiro, que ganhava, pois seu Pai he que lho cobrava”¹⁵⁸.

A formação pessoal dos filhos estava também necessariamente ligada à administração feita pelo pai. Afinal, a educação devia ser conforme os destinos que esperavam as crianças no futuro e, se estes eram da sua jurisdição, é de se esperar que o caminho para lá chegarem fosse também traçado pelo chefe de família. Dada a complexidade destas tarefas ligadas à gestão da casa, a iniciação ao mundo dos adultos deveria ser precoce. Afinal, “Quanto mais cedo vos costumardes a tratar vossos filhos, como se fossem homens prudentes, tanto mais cedo começarão a sello”¹⁵⁹. Destaque-se que esta maturidade era estimulada sobretudo nos rapazes. Tais informações são facilmente extraídas da obra de Pina e Proença já que esta possui a vantagem de o título, no singular masculino, deixar claro que se refere exclusivamente aos meninos. A personagem Telémaco, na obra de François Fénelon (1651-1715) destinada a servir de modelo para os mais pequenos, confirma também esta ideia. De facto, a personagem recorda também a forma como as expectativas elevadas que sobre ele recaíam acabaram por estimular o seu crescimento precoce:

“Assim me tratavaõ já como se fosse de grande capacidade, e prudencia: communicavaõ-me muitas vezes os maiores negocios; e me davaõ parte de tudo o que se rezolvia para dispersuadir aquelles dependentes. Muito me alegrava o ver que já de mim faziaõ tanta confiãsa, julgando-me por isto já hum homem consumado; e por naõ desluzir este conceito que de mim formavaõ, procurei naõ ter nunca nem por descuido huma só palavra, que viesse a descobrir o menor segredo.”¹⁶⁰

Apesar de tudo, a gestão das duas casas não era tão autónoma como possa inicialmente parecer. Encontramos diversos indícios nas fontes da época que demonstram que a administração da casa enquanto espaço físico, apesar de geralmente pertencer ao domínio feminino, não é independente do parecer do marido em algumas ocasiões. Da mesma forma que nem todas as decisões ligadas à administração do património da família poderiam ser tomadas sem o consentimento da esposa.

Ao observarmos as cartas trocadas entre D. Leonor e D. Luís, fonte tão frequentemente citada pela riquíssima variedade de temas que aborda, verificamos que

¹⁵⁸ *Devoção das mulheres da moda na Igreja...*, p. 4.

¹⁵⁹ PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de – *Apontamentos para a educação...*, p. 106.

¹⁶⁰ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I, p. 71.

quando a senhora da casa se desentende com uma das suas criadas não a despede definitivamente sem antes receber indicações do marido de forma a confirmar se este aprovava a sua decisão¹⁶¹. Esta necessidade de confirmação da decisão da esposa por parte do marido leva-nos a perguntar até que ponto a administração do lar não era uma tarefa que pertencia a este enquanto cabeça do casal mas que, dada a natureza das tarefas consideradas mais adequadas às mulheres, era delegada à esposa. De facto, esta parece ter sido a prática recorrente na Grécia Antiga¹⁶², período ao qual alguns historiadores atribuem as origens da separação do binómio público/privado associado a masculino/feminino.

Mas também no terreno tipicamente masculino as mulheres têm direito a opinião. De facto, as *Ordenações Filipinas* exigem o consentimento feminino em diversas situações de negócios da família. Ainda que a própria lei reconheça destaque ao marido, apresentando-o como elemento ativo, contudo ele precisa da aprovação da esposa em casos como litigações em tribunal – “Que o marido não possa litigar em Juízo sobre bens de raiz sem outorga de sua mulher” é o preâmbulo do título XLVII – e logo a seguir a igualdade de obrigações neste campo é reposta ao afirmar-se “nem a mulher sem procuração de seu marido”¹⁶³. Destaque-se ainda a salvaguarda do património que cabia por direito à esposa, o que a lei assegurava nos casos em que o marido fiava sem consentimento da mulher¹⁶⁴ ou nas doações, que não fossem esmolas, feitas por aquele¹⁶⁵.

Esta participação mútua era aliás recorrente e incentivada, uma forma de assegurar a harmonia dos casados – “ainda que conforme a direito, os maridos são a cabeça, & a elles pertence a principal parte do governo: com tudo não devem ser as molheres tão excluídas, que fiquem em grao igual com os criados”¹⁶⁶.

Em suma, apesar das educações femininas e masculinas prepararem as crianças para tarefas específicas dentro da organização familiar, nem por isso estes universos se

¹⁶¹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo Nem a Distância...*, p. 284.

¹⁶² PÉREZ MIRÓN, María Dolores– “El gobierno de la casa en Atenas Clásica: Género y poder en el *oikos*”. In *Stud. Hist., Hª antig.* 18, Salamanca, 2000, p. 111.

¹⁶³ *Ordenações Filipinas*, título XLII, livro 3.

¹⁶⁴ *Ordenações Filipinas*, título LX, livro 4.

¹⁶⁵ *Ordenações Filipinas*, título LXIV, livro 4.

¹⁶⁶ ANDRADA, Diogo Payva de – *Casamento Perfeito...*, p. 55.

apresentavam com fronteiras rígidas e impermeáveis às ações do outro membro do casal. Era comum pedirem auxílio mútuo na resolução de certas questões que pudessem ser consideradas mais problemáticas – como o despedimento de uma criada ou certos litígios em tribunal, casos citados anteriormente. Essa cooperação era considerada saudável para o bom funcionamento da família, na sua extensão moderna.

5. Fraqueza e Robustez

Quando falamos em fraqueza e robustez no séc. XVIII, surge-nos de imediato em mente a expressão frequentemente usada quando um autor queria referir-se às mulheres: o “sexo fraco”. Esta fraqueza, ao contrário do que se possa pensar, não se limita a uma questão de força física, geralmente mais reduzida do que a dos companheiros pelo maior desenvolvimento muscular destes. O preconceito da época alonga-se para considerar as mulheres mais fracas também do ponto de vista moral, considerando-as mais propícias a cair nas tentações do pecado do que os homens. No entanto, quando aprofundamos estes pressupostos, apercebemo-nos de que mais do que verdadeiras constatações de uma natureza observável e primordial em todos os homens e mulheres, são antes resultado de esforços sociais para educar meninos de modo a que se encaixem nestes padrões e meninas com o objetivo de contornar os defeitos que lhes estariam supostamente inatos. Não negamos que, como veremos, a ciência médica da época considerasse as mulheres naturalmente mais fracas e os homens mais fortes. Mas não podemos deixar de reparar na forma como estas constatações eram depois reforçadas e aprimoradas através de uma educação distinta para rapazes e raparigas.

Importa desde já esclarecer que procuraremos analisar a questão da força e fraqueza quer a nível físico quer a nível psicológico, dada a associação de ambos os aspetos no caso da força ao género masculino e da sua ausência ao feminino. Para além disto, verifica-se ainda uma íntima ligação entre força física e força psicológica que não pode ser desprezada, sobretudo quando falamos em coragem.

Começamos pela dita ciência médica que, como vimos, servia de sustentáculo para a generalidade dos preconceitos da época sobre este aspeto. Como salienta António Hespanha, a verdade é que todos os preconceitos de então associados às mulheres têm sempre um referente textual de autoridade, como o *Tratado de geração dos animais* de

Aristóteles¹⁶⁷. Segundo este autor, os seres humanos possuíam quatro humores (sangue, fleuma, bílis amarela e bílis negra) assim como quatro qualidades (quente, frio, seco e húmido) que existiam de forma diferente em homens e mulheres. Enquanto o corpo dos homens era quente e seco, qualidades que se acreditava estimularem o uso da razão, o corpo feminino era frio e húmido, ligadas à irracionalidade e ao descontrolo¹⁶⁸. Afirmava Aristóteles que “as fêmeas são naturalmente mais fracas e mais frias do que os machos; pode-se crer que isto é uma espécie de inferioridade de natureza do sexo feminino”¹⁶⁹.

Mas os referentes não se restringiam à Antiguidade Clássica. Se avançarmos temporalmente até aos primeiros tempos do Cristianismo, Santo Agostinho irá também justificar a inferioridade intelectual da mulher à luz dos preceitos cristãos, sob uma perspectiva de interpretação que conciliava a igualdade de dignidades das almas com os antigos preconceitos gregos. Para Santo Agostinho, os indivíduos são formados por um corpo sexuado e uma alma assexuada. A alma, que provinha de Deus, era assexuada e igual em dignidade tanto em homens como em mulheres. No entanto, enquanto o corpo masculino tinha sido feito à imagem do Criador e era por isso perfeitamente compatível com a alma que recebia, permitindo o pleno uso da razão, o mesmo não acontecia com a mulher, cujo corpo se apresentava assim como um obstáculo ao usufruto da racionalidade¹⁷⁰.

Importa destacar que quando se fala num intelecto feminino mais fraco, estamos também a falar de uma maior fraqueza psicológica. Para cumprir com os preceitos morais era necessário resistir ao vício e, para tal, um vigor de ânimo superior. Não surpreende por isso que as mulheres estejam muito mais associadas aos deleites, que advém dos vícios como a preguiça, do que os homens. Veja-se a forma como a figura de Vénus, simbolicamente ligada ao feminino, convida Telémaco para a sua ilha “onde se

¹⁶⁷ HESPANHA, António Manuel – “O estatuto jurídico da mulher na época da expansão”. In *O rosto feminino na expansão portuguesa. Congresso Internacional, 21-24 Nov. 1994. Actas*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, p. 1.

¹⁶⁸ LOPES, Maria Antónia – “Estereótipos de “a mulher” em Portugal...”, p. 31.

¹⁶⁹ HESPANHA, António Manuel – “O estatuto jurídico da mulher...”, p. 5.

¹⁷⁰ DELUMEAU, Jean – *História do medo no Ocidente...*, p. 317.

não encontra mais que o rizo, a alegria, e os deleites; ahi nas minhas aras queimarás teus incensos; e ahi mesmo eu te preparei multiplicados gostos, e delicias”¹⁷¹.

Não surpreende por isso que a submissão, considerada fundamental, dada fraqueza de espírito, fosse uma constante na educação feminina. As mulheres, mais facilmente tentadas pelo pecado, precisavam de uma figura tutelar masculina que as guiasse. Mas este não era o único elemento da educação das meninas que encontrava nos velhos preconceitos de fraqueza de espírito a sustentação para a sua existência. O combate à ociosidade, que será aprofundado em capítulo próprio, afirmava-se como necessário para evitar que a natural inclinação para o mal desencaminhasse as mulheres nas horas vagas. O silêncio assegurava que não desviavam os que a rodeavam para o mal, e afirmava-se como símbolo de submissão ao marido ou ao pai. No fundo, procurava-se manter sob controlo seres que se consideravam ter uma natural tendência para serem descontroladas.

Recorde-se que Eva, segundo as interpretações do Génesis, teria sido a responsável por perturbar a harmonia em que vivia com Adão no Paraíso. A primeira mulher, devido à sua fraqueza para resistir às tentações, teria sido a responsável pelo pecado original que condenara a humanidade. A desocupação facilitara a intervenção da serpente e Eva falara demais ao persuadir Adão a seguir-lhe os passos. Teria sido ela a responsável por passar estes defeitos a todas as mulheres – “Eva, leve em crer a serpente, passou a leveza de juízo a todas as mulheres”¹⁷².

Mas a robustez física e psicológica dos homens, apesar de lhes ter sido delegada por Deus que os teria feito à sua imagem, exigia um constante treino e aperfeiçoamento. Quanto à força da mente, era necessário um ânimo robusto capaz de vencer o vício. E aqueles homens que o conseguiam, eram os verdadeiros merecedores de preceder os demais. Quando se discute a escolha de um novo rei para Creta, sugere-se que “não busqueis pois hum homem que tenha vencido aos outros, mas hum que se tenha vencido a si”¹⁷³, significando neste caso a capacidade que teve de superar as suas próprias vontades e tentações. Este era o estado mais digno que um homem poderia alcançar,

¹⁷¹ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I..., p. 107.

¹⁷² DEZENGANO, Amador do - *Espelho crítico...*, p. 6.

¹⁷³ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I..., p. 162.

graças ao qual poderia usufruir da máxima liberdade – “o homem verdadeiramente livre he aquelle, que izento de todo o receio, e livre de todo o desejo só vive sujeito aos Deozes, e á razaõ”¹⁷⁴.

A coragem, atributo que demonstrava a força psicológica, era essencial para obrar grandes feitos numa batalha, para a qual, por sua vez, já seria necessária a força física. Sendo esta uma característica sobretudo masculina, dada a associação com os genitais já previamente referida, era especialmente recomendada para os homens. Não só como forma de se afirmarem perante os demais, mas também porque a cobardia desvalorizava um homem aos olhos das mulheres – “a Princeza Graciosa, sabendo que Affortunado era hum Principe cobarde, e perfido, de tal sorte pedio a seu pai, que a não fizesse casar com elle”¹⁷⁵. Ensinar as meninas através destes exemplos das histórias acabava por incentivar a que também elas procurassem futuramente estas características nos seus pretendentes. Afinal, sendo que os homens teriam maior força física e psicológica, e considerando que a coragem simbolizava a união entre ambas as forças, o homem cobarde acabava por surgir quase como se tivesse perdido a sua masculinidade.

Importava, portanto, assegurar que tal não acontecia e recorrer para isso a uma educação cuidada. E destaque-se desde já que a mera possibilidade de um homem perder a sua “masculinidade” ao demonstrar ser cobarde comprova que a coragem era muito mais uma questão de género do que uma questão de sexo. Afinal, um homem cobarde não perdia os seus genitais, o seu sexo, mas perdia a sua distinção masculina na sociedade.

Como parte dessa educação cuidada, Pina e Proença recomendava que se pressionassem os filhos ao confronto direto com os próprios medos. Exemplifica o temor do escuro, mas refere que o mesmo método deveria ser usado para outros pequenos receios – “para que não falem ao que devem, por temor de outros mayores”¹⁷⁶. Para este autor, a coragem era fundamental na educação de um rapaz – “O valor, e fortaleza, he a columna, e muro, que sustenta, e defende quasi todas as virtudes moraes; e sem espirito valeroso, he impossível comprir ninguém com a sua obrigação,

¹⁷⁴ *Idem*, p. 150.

¹⁷⁵ BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas, ou dialogos entre huma sabia aia, e suas discípulas de primeira distinção*. Tomo I. Lisboa: Impressao Regia [6ª ed: 1815], p. 125-126.

¹⁷⁶ PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de – *Apontamentos para a educação...*, p. 83.

nem merecer o nome de homem honrado”¹⁷⁷. Mas a coragem não significava correr riscos desnecessários. Sobre isso alertava Mentor a Telêmaco que “antes de se entrar no perigo he preciso que se prevenha, e tema, depois de se achar nelle o homem, só resta desprezallo”¹⁷⁸.

Também a força do corpo era necessária. A educação masculina incluía frequentemente atividades – como a equitação e a esgrima – que procuravam preparar as crianças não só para o papel de súbditos mas também para o papel de homens. Francisco de Mello Franco (1757-1823) dá especial atenção à natação em água fria, “meios efficacissimos de fazer das mais fracas constituições homens de ferro, capazes de suportar a intemperie das estações, sem a menor alteração na saude”¹⁷⁹. Mas também o esgrimir as armas daria uma “força incrível nos músculos” e o “saber andar a cavallo”, que diz ter “lugar em todas as idades”¹⁸⁰.

Martinho de Mendonça vai ainda mais longe nas recomendações. Este autor recomenda “que se lavem com agua fria, trazendo para o persuadir, muitas authoridades, e exemplos, e he certo, que quanto enfraquecem, e affeminão os banhos quentes, tanto fortificaõ, e endurecem os frios”¹⁸¹. Também o sono deveria ser “em cama dura, e pouco delicada, sendo muito melhor, que tenham no leito hum enxergão de palha, que hum colchão de penna viva, não somente para evitar o damno, que faz à saúde o calor demasiado, mas também para que depois nas jornadas, ou Campanhas não estranhem a falta de boa cama”¹⁸². Pequenos prazeres como um banho quente no Inverno ou uma cama confortável onde descansar à noite deveriam segundo este autor ser negados aos pequenos, como forma de garantir que os deleites não os “affeminavam”.

Saliente-se ainda que, tal como as raparigas eram ensinadas a submeter-se à vontade do futuro marido, também os rapazes eram ensinados desde cedo a garantir que as suas ordens eram cumpridas, sendo acusados de fraqueza sempre que tal não

¹⁷⁷ *Idem*, p. 68.

¹⁷⁸ FÉNELON, François – *Aventuras de Telêmaco, filho de Ulysses*. Tomo I... p. 19-20.

¹⁷⁹ FRANCO, Francisco de Mello – *Tratado da educação fysica dos meninos, para uso da nação portugueza*. Lisboa: Oficina da Academia Real das Sciencias, 1790, p. 94.

¹⁸⁰ *Idem*, p. 94.

¹⁸¹ PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de – *Apontamentos para a educação...*, p. 6.

¹⁸² *Idem*, p. 19.

acontecia. Repare-se na forma como o Príncipe Amado, personagem de um dos contos de Bonna, reage perante a rejeição da amada:

“O Collaço receando que o Principe tomasse nova resolução, ajuntou outros tres moços, tão máos como elle, para irem cear com Amado (...) excitárão a sua cólera contra Zellia, e o fizerão envergonhar tanto da sua fraqueza para com ella, que se levantou como hum furioso, jurando que ou ella lhe havia de obedecer, ou a mandaria vender como huma escrava.”¹⁸³

Encontramos assim a busca do reconhecimento entre pares como a principal razão que leva a muitas das demonstrações de dominação masculina. Neste caso concreto, a jovem tinha rejeitado Amado devido à postura arrogante deste, um motivo perfeitamente plausível para a mentalidade da época de apologia à virtude. No entanto, o medo de ser reputado por fraco, leva-o a reforçar ainda mais as atitudes que tinham levado à sua rejeição inicial.

Do lado feminino, também a ideia de que as mulheres são fracas fisicamente encontrava as suas vozes contestatárias. Observem-se as palavras de Francisco Mello Franco a este respeito:

“Huma senhora, que não he delicada, melindrosa, e momenta [sic], não merece tal nome. O tropel de moléstias, principalmente nervosas, que tão familiares lhe são, resultará acaso da sua natural constituição? Não certamente. Verdade he que as mulheres são mais fracas do que os homens; isto porém he o que se observa nas fêmeas de todos os animaes. Mas se as considerarmos em si, tem toda a fortaleza que requerem as funções, para que as destinou a natureza. (...)

as mulheres do campo quaõ differentes não são das senhoras das Cidades? E donde provém esta diferença, senão principalmente do aturado exercício que fazem? Por meio delle chegaõ a conseguir hum temperamento taõ forte, que as faz mil e mil vezes mais felizes na sua mediocridade, e pobreza, do que são aquellas no meio das suas pompas, e riquezas. Com isto não pretendo que todas troquem as Cidades pelo campo, para aqui haverem de fazer o que as mulheres rusticas fazem; porque seria querer hum absurdo: e nem as senhoras das Cidades poderiaõ suportar tal modo de viver, e de exercício, que deve ser proporcionado á primeira educação. Do que fica exposto, unicamente se deduz em breve, que se as senhoras de hoje são débeis, frôxas, e quasi vidrentas; se padecem tantos hystericismos, e tantas moléstias convulsivas, nada disto he devido á geral constituição do bello sexo, mas que tudo tem principalmente por causa a extraordinaria ociosidade em que vivem, sem darem hum só passo dias e dias.”¹⁸⁴

Apesar de reconhecer que as mulheres seriam naturalmente mais fracas que os homens, característica que já não atribuiu à medicina aristotélica mas antes à

¹⁸³ BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas...*, p. 27.

¹⁸⁴ FRANCO, Francisco de Mello – *Tratado da educação fysica dos meninos...*, p. 96-98.

observação do que acontece no mundo animal, não deixa de considerar que a fraqueza socialmente atribuída às mulheres deve-se mais ao seu estilo de vida e à educação que recebem do que à sua condição feminina. Estamos perante uma fraqueza criada, não inata.

Em suma, a robustez masculina e a fraqueza feminina são muito mais resultados de uma educação diferenciada do que de uma verdadeira criação da natureza. Era naturalmente de se esperar que os rapazes dos grupos sociais mais destacados, que recebiam uma formação altamente focada no exercício físico, vissem os seus corpos muito mais preparados para resistir às adversidades do que os das meninas. Estas, criadas no recolhimento dos seus lares com raro contacto com o ar puro, viam os seus corpos muito mais frágeis e suscetíveis às doenças do que os dos irmãos. Francisco Mello Franco, ao apresentar o exemplo das lavradoras, demonstra aqui que também neste aspeto os grupos sociais mais desfavorecidos vivenciavam diferenças de género menos acentuadas entre rapazes e raparigas, dada a educação física que eles e elas recebiam desde a infância.

6. Emotividade

O historiador surge sempre inserido no seu próprio tempo. Assim, nas suas investigações, é impossível não se sentir tentado a partir dos problemas do presente para os analisar sob uma perspetiva temporal alargada de evoluções e/ou retrocessos de certas práticas atuais. Noutras ocasiões, é o contacto com as fontes do passado que o confrontam com realidades bastante diversas daquelas a que está habituado, levando assim a uma problematização sobre a atualidade a partir da análise desse tempo pretérito. Este subcapítulo surge na sequência de um episódio do segundo tipo.

Em muitas famílias, a ideia de que “um homem não chora” é ainda transmitida aos mais pequenos desde a mais tenra idade. Este é um problema cada vez mais debatido, sobretudo pelas suas ligações às altas taxas de suicídio entre a população masculina coeva que, pelos padrões sociais que estigmatizam os homens que de alguma forma expressam o sofrimento que sentem, tendem a não pedir ajuda a tempo.

A situação era diferente no séc. XVIII. Pelo menos assim nos leva a crer a personagem Telémaco, o herói que Fénelon reinventou para educar os mais pequenos.

Esta figura possui todos os atributos que associamos aos heróis: a coragem para enfrentar os inimigos, a persistência nos seus objetivos de encontrar o pai, a lealdade para com os amigos e a força no campo de batalha. Mas Telémaco chora, e chora com frequência. Os motivos são diversos, mas estão maioritariamente ligados à tristeza que sente sempre que recorda o pai Ulisses¹⁸⁵, quando é feito prisioneiro¹⁸⁶ ou quando se vê desesperado na iminência da morte¹⁸⁷. Percebemos que a emotividade do herói não era censurada quando este nunca é repreendido por chorar. Telémaco é advertido pelos motivos que levam ao choro, como a falta de paciência e ânimo para resistir às adversidades, mas nunca pelas lágrimas em si. Mas nem todos os motivos eram considerados válidos.

No conto do Príncipe Amado somos informados sobre as consequências da educação que este recebera e que o transformara num adulto cruel e tirano. Diz-se sobre a sua infância:

“Tinha elle sido educado por huma nescia ama, que o tinha arruinado, sendo ainda pequeno. Esta, se elle cobiçava qualquer cousa, vendo-o chorar, enraivar-se, e bater o pé, se a não conseguia, logo lha dava, e veio deste modo a fazer-se teimoso. Dizia lhe ella tambem a cada instante, que havia de vir a ser Rei, e que os Reis vivião muito felices, porque todos lhe devião obedecer, e respeitar, e que ninguem os podia impedir de fazerem o que quisessem.”¹⁸⁸

Vemos assim que nem todas as lágrimas eram legítimas de passar sem repreensão. Este é, aliás, um conselho transversal a Pina e Proença, que reconhece que “As lagrimas, que nascem da pertinacia, e desobediencia das crianças servem só de lhe conservar, e lisongear os appetites”¹⁸⁹ e que, como tal, não deveriam passar impunes.

Porém, este autor reconhece a importância das lágrimas das crianças que, quando não podem falar, “choraõ pelo mal, que padessem”¹⁹⁰. Nestes casos devia-se prestar prontamente o socorro necessário, “mas não de sorte, que possão julgar mayor do que he o mal, de que padessem; e que se lhe faça hum genio demasiadamente sensível e delicado, antes he justo, que logo se costumem ao sofrimento, e ao

¹⁸⁵ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I..., p. 12.

¹⁸⁶ *Idem*, p. 43.

¹⁸⁷ *Idem*, p. 34.

¹⁸⁸ BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas...*, p. 22.

¹⁸⁹ PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de – *Apontamentos para a educação...*, p. 41.

¹⁹⁰ *Idem*, p. 42.

trabalho”¹⁹¹. Surge aqui uma diferença significativa em relação ao que nos é dito nas *Aventuras de Telêmaco*.

A primeira hipótese de resposta a esta contradição poderia ser afirmar que a obra de Fénelon, francesa, poderia transmitir uma mensagem que não seria bem recebida pelo público português, para o qual escreveu Pina e Proença. Tal hipótese é desmentida quando sabemos que:

“o livro mais remetido para o Rio de Janeiro, entre 1769 e 1826, considerando-se todos os pedidos submetidos aos vários organismos responsáveis pela censura à circulação de livros, era um romance: *Aventuras de Telêmaco*, escrito pelo francês François de Salignac de la Mothe-Fénelon. Publicado em 1699, o livro realizou o sonho impossível do escritor contemporâneo: manter-se no topo da lista dos *best-sellers* por mais de 100 anos, não só em seu próprio país, mas até mesmo em terras longínquas, como o Brasil. Seu sucesso, tanto em Portugal quanto em suas colônias, pode ser atestado pela existência de seis traduções distintas no século XVIII”¹⁹²

Porém, ainda que tenha sido tão bem recebida, não podemos deixar de ter em consideração que a obra foi escrita num contexto diferente do que se vivia em Portugal. Denise de Sant’Anna sugere-nos sobre este assunto os trabalhos de Sophie Wahnich, que aprofundam a questão das emoções e exploram a criação do “homem sensível” no séc. XVIII, associado ao contexto revolucionário que se vivia em França¹⁹³. Esta sensibilidade de Telêmaco surgiria portanto num contexto específico onde a mesma era incentivada, dependendo sempre dos motivos que a sustentavam. Para além deste contexto vivido em França, a inspiração clássica que Fénelon colheu na *Ilíada* e na *Odisseia* terá também desempenhado o seu papel na construção psicológica das personagens. No artigo *Relendo Homero*, Maria Helena Prieto enumera diversas situações em que heróis como Aquiles, Agamémnon e o próprio Ulisses choram, chamando assim a atenção para esta naturalidade das lágrimas entre os heróis guerreiros da Antiguidade¹⁹⁴.

¹⁹¹ *Idem*, p. 43-44.

¹⁹² ABREU, Márcia; VASCONCELOS, Sandra; VILLALTA, Luiz Carlos; SCHAPOCHNIK, Nelson – “Caminhos do romance no Brasil: séculos XVIII e XIX”, 2005 [Disponível em <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/caminhos.pdf>], p. 16.

¹⁹³ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de – “Entre o peso do corpo e o pesar da alma: notas para uma história das emoções tristes na época contemporânea”. In *História: Questões & Debates*, n. 59, jul./dez., Curitiba: Editora UFPR, 2013, p. 108.

¹⁹⁴ PRIETO, Maria Helena Ureña – “Relendo Homero...”. In *Hymanitas*, vol. XLVI, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1994.

Mas a emotividade, em contexto português e ocidental de uma forma mais ou menos geral, continuava a ser associada sobretudo ao feminino. Não deixa de ser surpreendente a forma como nos nove anos de separação em que D. Luís esteve no Brasil, a saudade da esposa seja reforçada com lágrimas em quase todas as cartas – “nunca pego na pena sem lágrimas”¹⁹⁵, “porque se a saudade é trabalhosa o cuidado não é menos entre lágrimas”¹⁹⁶, “e tantas as minhas lágrimas como são testemunhas os meus olhos”¹⁹⁷ – em contraste com a inexistência de qualquer emoção nas cartas do marido. É certo que sobreviveram menos cartas deste do que da sua esposa, mas ainda assim a amostra de 11 cartas apenas falam em saudades, sem que estas sejam exteriorizadas através do choro. Se D. Luís o fez, não achou digno revelá-lo a D. Leonor. A esposa, por outro lado, fossem estas lágrimas verdadeiras em todos os momentos ou mera convenção social que a obrigava ao papel de mulher sofredora e dedicada, fazia questão de as reforçar nas suas cartas.

Independentemente do seu peso real neste caso específico, as convenções sociais desempenhariam também o seu papel na emotividade feminina. Na história da Bela e a Fera, contada por Bonna às suas discípulas com a mesma naturalidade com que o mesmo conto é ainda hoje repetido, diz-se que as irmãs da heroína “para fingirem lágrimas na partida de Bella, e seu pai, esfregarão os olhos com cebolla”¹⁹⁸. As lágrimas seriam portanto não só aceitáveis como necessárias em certas ocasiões como forma de exteriorizar o pesar. Neste contexto, não deixa de ser curioso que os irmãos e o pai da personagem, por oposição às irmãs, chorassem “com ansia”. Surge assim neste caso a emotividade como aceitável para homens e mulheres mas apenas verdadeira no caso dos rapazes – as mulheres chorariam não só por tristeza mas também em outras ocasiões.

De facto estas “outras ocasiões” eram, segundo os dizeres populares, bastante frequentes. Esse seria um dos motivos pelos quais os homens deveriam dar pouca importância ao choro feminino, mas não seria o único. É que as lágrimas femininas eram mais um dos artifícios usados para persuadir e, ao fazê-lo, inverter uma “ordem natural” de dominação masculina. Todos os cuidados eram poucos perante essa ameaça.

¹⁹⁵ BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo Nem a Distância...*, p. 236.

¹⁹⁶ *Idem*, p. 244.

¹⁹⁷ *Idem*, p. 252.

¹⁹⁸ BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas...*, p. 80.

Analisemos duas personagens femininas do mundo das *Aventuras de Telémaco*: Astarbé e a própria Vénus. Ambas usam as lágrimas como forma de persuadirem homens a agirem de modo a fazerem as suas vontades e, no caso de Vénus, as suas lágrimas movem os próprios deuses. De facto, quando se dirige ao deus dos mares para pedir que este afunde o navio onde segue Telémaco que recusara cultuá-la nos seus altares, diz-se que esta “para melhor alcançar quanto dezeja, chora, e suspira na prezença de Neptuno; e dando com suas lagrimas maior lustre á sua formozura, e maior forsa ás suas palavras”¹⁹⁹. E a estratégia funciona. Repare-se nas palavras do deus dos deuses, Júpiter, depois de Vénus usar com ele o mesmo plano: “Querida filha, que pena he a vossa? Não posso deixar de enternecer-me vendo chorar-vos; dizei-me sem receio vossos males, contai-me sem temor vossos pezares, bem conheceis minha ternura, e a minha promptidão para condescender com vosso gosto.”²⁰⁰.

Astarbé, amante do rei Pygmaliam, usa as lágrimas em duas ocasiões: numa é semelhante às irmãs de Bela quando estas choram por fingimento e numa outra chora como forma de persuadir o filho do amante a que tivesse dela piedade. Mas contextualizemos estes dois cenários. A primeira ocasião dá-se quando Astarbé decide matar Pygmaliam para tentar colocar um segundo amante no trono. Depois de envenenar o rei,

“que o conhecia capaz de a matar á mais leve suspeita que della tivesse, entrou em alto pranto a lamentar-se, a romper seus vestidos, e arrancar seus cabellos, e lansando-se sobre o Rey já quazi de todo desfalecido, banhando-o em lagrimas, estreitamente o aperta entre os braços, pois para tudo lhe prestava artificios a sua maldade”²⁰¹

Mas os artifícios não param por aqui. Note-se que para ter sucesso no seu plano, tivera de se certificar que o filho mais velho do rei não reivindicaria o trono. Para isso, tratou de convencer o pai, naturalmente desconfiado, de que o filho estaria a planear assassiná-lo para usurpar o poder e, para resolver o problema, fez com que Pygmaliam ordenasse a morte do jovem. Os seus planos não saem no entanto bem-sucedidos e o herdeiro acaba por refugiar-se numa ilha próxima até à morte do rei. Quando regressa, Astarbé tenta persuadi-lo da sua inocência: “e depois representando-lhe quanto Pygmaliam o havia amado, lhe pedio em respeito das suas cinzas tivesse della piedade,

¹⁹⁹ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I..., p. 175.

²⁰⁰ *Idem*, p. 254.

²⁰¹ *Idem*, p. 221.

e invocando aos Deozes, como se os tivesse sinceramente amado, e derramando infinitas lagrimas se lansou aos pés do novo Rey”²⁰². Mas de nada adianta o pranto. É que este novo rei, ao contrário do pai, é retratado como um monarca bom e justo que logo trata de castigar a malvada Astarbé.

Mas importa salientar que nem todas as mulheres são falsas e manipuladoras no universo das histórias para as crianças. As heroínas dos contos de Bonna choram com frequência por tristeza ou por felicidade, demonstrando que também as mulheres podiam chorar por motivos considerados válidos.

O que era verdadeiramente censurado não era o choro, mas antes os motivos pelos quais se chorava. Chorar para manipular era, como vimos, desaconselhado por Pina e Proença e considerava o autor que estes casos “devemse tratar com severidade”²⁰³. Eram comuns nas mulheres mas também podiam ser encontrados nos homens, ainda que fossem mais frequentes na infância. Veja-se o caso do Príncipe Afortunado:

“Derão Mestre a Affortunado para ensinallo a lêr, e lhe recommendarão que o não fizesse chorar. O Principe, que ouvio isto, todas as vezes que tomava o livro, chorava, de sorte que em cinco annos não conheceo as letras, ao mesmo tempo que Fatal lia perfeitamente, e escrevia.”²⁰⁴

Apesar da condenação a este comportamento das crianças ser transversal a portugueses e franceses, não podemos ainda assim deixar de salientar que a questão da legitimidade do choro podia ser controversa. Para autores como Fénelon e Leprince, o choro seria perfeitamente normal tanto em adultos como em crianças de ambos os géneros em situações de tristeza, sofrimento ou mágoa. Mas não para Pina e Proença. Este autor português defendia que se auxiliassem prontamente os meninos quando estes choravam por dor, mas:

“não de sorte, que possaõ julgar mayor do que he o mal, que padessem; e que se lhe faça hum genio demasiadamente sensível, e delicado, antes he justo, que logo se costumem ao sofrimento, e ao trabalho; os vários accidentes a que estamos sogeitos saõ tantos, e taes, que he razaõ, que a imaginação, ou costume não acrescente os pequenos males,

²⁰² *Idem*, p. 225-226.

²⁰³ *Idem*, p. 45.

²⁰⁴ BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas...*, p. 115.

que cada instante sucedem; o melhor escudo, que se póde opor aos que offendem o corpo, he huma heroica fortaleza, e virtuosa insensibilidade da alma”²⁰⁵

Martinho de Mendonça estava assim mais próximo dos preconceitos da atualidade relativos à sensibilidade masculina do que os seus contemporâneos franceses. Tendo em consideração que a sua obra era dedicada à formação dos rapazes, podemos ver nela os traços dos primeiros indícios de uma masculinidade que rejeitava integrar aspetos considerados socialmente como femininos. Construía-se um ideal de robustez psicológica baseada em prerrogativas que, verificamos hoje, limitavam-se a descer um véu de aparências sobre realidades psicológicas ocultadas, mas não inexistentes.

7. Formosura

A vaidade, enquanto incansável busca pela formosura física, é talvez dos defeitos mais recorrentemente atribuídos às mulheres nas fontes da época. Da mais rica e desejosa de “vestidos, toucados, e toda a sorte de infeites”²⁰⁶ à mais pobre que, ainda que não tivesse posses para esses luxos, “nem por isso deixa de lavar o rosto com demasiada curiosidade, e affectação”²⁰⁷.

Era este um defeito tão tipicamente feminino que os casos masculinos acusados deste tipo de deleites com a própria aparência são especialmente criticados. Veja-se o caso de Telémaco que, pelo simples facto de ficar feliz com o vestuário que lhe é cedido pela deusa Calipso, é severamente repreendido pelo Mentor – “O mancebo que estima os vaidozos enfeites, e adornos só propios de huma mulher, faz-se indigno de gloria. Esta só he própria de hum coração generozo, que sabe soffrer com constancia as desgraças, e desprezar com animo varonil os deleites”²⁰⁸. Note-se a associação da vaidade aos deleites, e destes à feminilidade. A descrição de Malachon, um jovem que vivia na ilha de Tyro, vem confirmar isto mesmo: “Havia em Tyro hum mancebo Lyciano, chamado Malachon, de prezensa gentil, e agradável, porém mole, afeminado, e muito inclinado ás dilicias, occupando-se em pentear seus cabellos, em perfumar seus vestidos, em buscar exquizitas affectaçõens”²⁰⁹. De entre todas as características

²⁰⁵ PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de – *Apontamentos para a educação* ..., p. 43-44.

²⁰⁶ BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas*..., p. 71.

²⁰⁷ DEZENGANO, Amador do - *Espelho crítico*..., p. 11.

²⁰⁸ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I..., p. 10.

²⁰⁹ *Idem*, p. 94.

analisadas, esta é uma das que definitivamente é mais criticada quando se encontra nos homens, dada a natureza que faz dela uma característica especialmente feminina.

Mas a condescendência de se considerar os enfeites “só próprios de huma mulher” era só isso mesmo. Tolerava-se, mas não se incentivava. As críticas que surgem atribuídas neste sentido fazem parte da lista de preconceitos que se tinham como intrinsecamente ligados ao sexo feminino, comum a todas as mulheres. E os exemplos sucedem-se. Na *Segunda parte da pregação de João Coelho* as mulheres surgem representadas por um singular feminino que procura representar todas elas. Esta mulher “Sendo tão estremecida/Por parecer formosaça,/Que os dias, e noites passa/A besuntar a viseira”²¹⁰. Mas possui ainda um problema adicional neste seu comportamento. Afinal, mais grave do que a própria vaidade, é que esta “sendo cuidadosa/Para si até não mais,/Traga os filhos taes, e quaes,/Com escândalo fatal”²¹¹. Não podemos esquecer a importância que é atribuída às mães na educação dos filhos e, portanto, o quão nefastas poderiam ser as influências que estas tinham nos mais pequenos. Neste sentido da vaidade, o pai intervinha por vezes como forma de moderar as más inclinações dos filhos e filhas. É o que acontece na preparação das mulheres da família para a missa no folheto *Devoção das mulheres da moda na Igreja*, quando a filha pergunta à mãe se pode levar o espartilho das flores e esta responde “teu Pai, que não quer”²¹².

A *Malícia das Mulheres*, por sua vez, salienta a penosa situação tanto dos maridos que casaram com mulheres belas como daqueles que casaram com mulheres feias. No caso dos primeiros, “He cousa muy perigosa/Guardar joya tao prezada,/porque a mulher casada,/Mayormente se he fermosa,/He de muitos desejada”²¹³, enquanto que para os segundos “Se he fea, está sabido,/Que tem vida muy penosa;/Porque pede ao marido/Cada dia hum vestido,/Porque pareça fermosa”²¹⁴.

Mas também o *Espelho Crítico* inclui considerações sobre este aspeto, especialmente relevantes quando o autor apenas apontou três defeitos: a ignorância, a

²¹⁰ PINTO, Pantaleão Pato Pires – *Segunda parte da pregação de João Coelho, feita às senhoras mulheres da moda para consolação dos coitados dos maridos*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1787, p. 6.

²¹¹ *Idem*, p. 10.

²¹² *Devoção das mulheres da moda na Igreja...*, p. 2.

²¹³ DIAS, Balthazar – *Malicia das Mulheres...*, p. 2.

²¹⁴ *Idem*, p. 2.

instabilidade e a formosura. À primeira vista pode parecer estranho que a formosura seja incluída neste folheto como um defeito tão grave, descrita aliás pelo autor como sendo “hum péssimo, sendo em si bom”²¹⁵. Impõe-se por isso a pergunta que se vai afirmando desde o início deste ponto: Porquê? Porque era vista a formosura feminina como um defeito?

A explicação para esta censura reside não na formosura em si, visto que o próprio autor do *Espelho Crítico* o define como um defeito “sendo em si bom”, mas antes nos efeitos que esta pode desencadear. Um dos motivos pode ser encontrado nas palavras de Baltasar Dias, já previamente citadas – “se he fermosa,/He de muitos desejada”. Uma esposa formosa era por isso uma preocupação constante para o marido, devido à concorrência de outros homens que a cobiçavam. Mas este não seria o maior dos males. Diogo Paiva d’Andrada sugere uma clausura ainda mais restrita nestes casos – “he necessario para hua só fermosa mayor cabedal de recolhimento que para todas as outras que o não forem”²¹⁶. Se este fosse o maior perigo, o problema ficaria resolvido ao resguardar a esposa no lar. Mas não era.

A verdade é que quando o autor do *Casamento Perfeito* dedica a este tema não só um capítulo inteiro como também faz dele um dos mais extensos da obra, com 19 páginas, apercebemo-nos que não considerava secundária a questão da formosura. E é ele que esclarece aquele que se revela talvez o principal motivo pelo qual a formosura feminina era perigosa: “Este he a natural soberba & vaidade que de ordinário costumão ter as que se prezão de fermosas: com que estão mui perto de desprezar a seus maridos se a virtude as não faz humildes, ou a prudencia reportadas”²¹⁷. O perigo da inversão de papéis impõe-se, quando a mulher que reconhece o seu poder acaba por impô-lo para dominar os homens. Veja-se o caso de Vénus e a forma como é descrita quando chega à presença dos demais deuses, com o objetivo de pedir o seu auxílio para a sua vingança:

“Hia ella cingida com aquelle famozo cinto em que estam retratadas as graças, levava estendidos os cabellos pelas costas, e só em cima prezos com huma trancinha de ouro. Assim pois appareceo a Deoza Venus na prezensa de Jupiter, e dos mais Deozes, deixando a todos admirados com a sua formozura, como se elles nunca a tivessem visto, ficando cegos largo espaço assim como ficam os mortaes quando depois da escuridaõ da

²¹⁵ DEZENGANO, Amador do - *Espelho critico...*, p. 3.

²¹⁶ ANDRADA, Diogo Payva de - *Casamento Perfeito...*, p. 97.

²¹⁷ *Idem*, p. 105.

noite, chegam de repente a ver a claridade do Sol. Olhavaõ huns para outros, e todos elles terminavaõ suas vistas em Venus quando elles perceberaõ que os olhos desta Deoza estavaõ banhados em lagrimas, indicios evidentes de alguma pena occulta que sentia...”²¹⁸

Note-se que não se limita a ir especialmente formosa mas também sabe aliar as lágrimas à beleza como forma de persuadir e convencer. Mas na eventualidade de exemplos da ficção criada por Fénelon não convencerem, realce-se o exemplo histórico dado pelo autor do *Espelho Crítico*: “perguntemos, quem foy a desolação, e ruina de Julio Cesar, depois de se ver triunfante em Italia, França, Hespanha, Alemanha, Inglaterra, Thesalia, Armenia, e Egypto? E ouviremos dizer, que a formosura de Cleopatra”²¹⁹.

No entanto, não deixa de ser curioso ressaltar neste ponto que, ao falar sobre “O parecer do rosto que os homens devem escolher nas mulheres com que casarem”²²⁰, o autor não dedique igual atenção aos conselhos no sentido oposto – deveriam as mulheres ter especiais cuidados com a beleza dos futuros maridos? Não. Para as mulheres, como veremos adiante, as preocupações deveriam ser outras. Neste ponto saliente-se antes a forma como os homens deveriam não só não escolher uma mulher demasiado formosa, pelos problemas que como vimos poderiam daí advir, mas também não deveriam escolher uma mulher cuja ausência de beleza física os enfastiasse de forma que fossem levados a cometer adultério. Nestes casos havia uma certa compreensão por parte do autor para com aqueles que fossem tentados a trair – “a nossa natureza he muito amiga de novidades, & muito mais quando com ellas se melhora de gostos”²²¹. A compreensão servia no entanto para reforçar a necessidade de procurar um meio termo entre o excesso e a escassez de beleza física. Mas não deixa de ser relevante questionar se a mesma compreensão que o autor tem para com os maridos adúlteros não seria também devida às mulheres que, tendo homens feios, se tornassem adúlteras. Ou seria o adultério feminino atribuído tão cegamente à exclusiva falta de satisfação sexual feminina no leito matrimonial que estas questões não fossem sequer colocadas?

²¹⁸ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I..., p. 253.

²¹⁹ DEZENGANO, Amador do - *Espelho crítico...*, p. 10.

²²⁰ *Idem*, p. 95.

²²¹ ANDRADA, Diogo Payva de – *Casamento Perfeito...*, p. 110.

Certa era a necessidade de cultivar não a beleza física mas as virtudes da alma, uma beleza psicológica que deveria exceder a física ou, na ausência desta, compensá-la de alguma forma – “Nenhuma de nós se deve desgostar por ser feia, antes deve vir a ser tão boa, que se possa esquecer o nosso rosto pela bondade de nosso coração”²²². E acrescenta mais adiante Bonna às suas pequenas discípulas que “Ninguém nos estima, senão pela nossa virtude, e não por causa das nossas riquezas, vestidos, ou títulos; façamos pois por ser virtuosas, minhas filhas; pois que só disto temos necessidade, tanto nesta vida, como na outra”²²³. Note-se que apesar da atenção dada à beleza física no *Casamento Perfeito*, esta surge também na sequência de um constante reforço da primazia dada à virtude. Os conselhos em relação a essa beleza secundária do corpo seriam apenas para “os homens que não tiverem tanto do Céu que saibão amar as fermosuras interiores”²²⁴.

Reforce-se neste ponto que a secundarização da vaidade pelos enfeites na educação das meninas, que como já vimos estava ligada ao risco da inversão de papéis de dominação num futuro casamento, surge sempre aliada a uma educação para a submissão. O problema da beleza é o poder que ela dá às mulheres sobre os homens. Era importante garantir desde cedo que estas pequenas não corriam o risco de um dia vir a pôr em causa a autoridade do marido.

E quanto aos maridos? Seria a beleza física importante?

Como verificámos anteriormente, o entusiasmo masculino com os enfeites era absolutamente desapropriado a um homem e severamente repreendido pela sociedade. No entanto, seguindo a lógica das relações de dominação e submissão, se a beleza era poder então a beleza masculina poderia reforçar o seu papel no casamento e na sociedade. Sim, mas não seguindo os mesmos conceitos que se aplicavam às mulheres. A beleza masculina surge numa estreita ligação entre uma robustez física e psicológica, uma coragem que se traduz em atitudes valorosas, um físico que transmite as qualidades socialmente esperadas de um homem. Veja-se a admiração com que os habitantes de uma das cidades por onde Telémaco passa nas suas aventuras o observam: “O moço tem

²²² BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas...*, p. 98.

²²³ *Idem*, p. 171.

²²⁴ ANDRADA, Diogo Payva de – *Casamento Perfeito...*, p. 95.

naõ sei que de estimavel, pois possuindo todas as graças da belleza, nada tem de affeminado, o ociozo, antes se mostra forte, robusto, vigorozo, e costumado ao trabalho”²²⁵. A força advém não só do valor em combate mas também do trabalho, tão valorizado na sociedade de então. Este surge como uma forma de fortalecer os membros mas também de evitar a ociosidade, um estado que poderia tentar para uma vida de deleites, considerada tipicamente feminina.

Mas não só. Como se disse, a beleza interior era também particularmente importante nos homens. Neste sentido, e para esclarecer a questão sobre se as mulheres deveriam procurar a beleza física nos companheiros, a história da Bela e a Fera – hoje conhecida no português de Portugal como a Bela e o Monstro – assume uma particular relevância, dada a mensagem que transmite. É que depois de Bela se ver diariamente confrontada com a constatação de que “He pena que elle seja tão feio, sendo tão bom”²²⁶, a heroína apercebe-se que essa característica não é a mais importante. Os maridos das irmãs, apesar de belos, não as faziam felizes. É neste momento que conclui que “Nem a formosura, nem o espirito de hum marido he o que faz a huma mulher satisfeita; mas sim a bondade de seu genio, a virtude, a complacencia, cujas qualidades tem o bruto”²²⁷. É então que, ao aceitar casar-se com o monstro, ele se transforma de repente num belo príncipe. Retirando a magia do conto, não estaremos perante uma transformação metafórica em que as belezas do espírito se materializam nas belezas do corpo, numa íntima ligação das duas realidades?

Também no conto do Príncipe Amado se reforça que não são a beleza e as riquezas que fazem um homem belo. Quando Amado, um jovem rico e belo mas profundamente arrogante, se apaixona por Zélia, esta responde-lhe “eu vos acho, como sois na realidade, isto he, bem parecido; mas de que me serviria essa belleza, os vossos thesouros, os ricos vestidos, os coches magnificos, que vós me dareis, se as más acções, que vos visse obrar todos os dias, me obrigassem a desprezar-vos, e a aborrecervos?”²²⁸.

Concluimos assim que a formosura masculina estava sobretudo nas virtudes da alma que se traduziam na beleza física segundo padrões próprios, sempre isentos de

²²⁵ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I..., p. 268.

²²⁶ BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas...*, p. 86.

²²⁷ *Idem*, p. 92.

²²⁸ *Idem*, p. 24.

enfeites considerados típicos das mulheres. A feminina, apesar de também ligada simultaneamente às belezas física e psicológica, era no entanto mais controversa. As mulheres feias viam a sociedade desculpar os seus maridos quando estes cometiam adultério e eram incentivadas a adornar a alma para que a beleza desta compensasse de alguma forma a falta de beleza física. As mulheres belas, por outro lado, viam os tratados sobre o casamento recomendarem os maridos a mantê-las sob especial vigilância e reclusão. E acima de tudo, apesar de a virtude ser constantemente recomendada como preferível, viam ainda assim desde crianças as jovens das suas histórias descritas como formosas, como se esta fosse uma característica especialmente importante. Como incentivar as meninas a desprezarem os enfeites quando todas as suas heroínas são descritas como belas princesas? Perante as acusações ligadas à formosura, não deixa de ser relevante recordar as reflexões de Gertrudes Margarida de Jesus em 1761 a respeito das acusações que surgem no *Espelho Crítico*. Para esta mulher, a formosura não é fonte de toda a maldade que o “Amador do Desengano” lhe atribui e muito menos incompatível com as virtudes da alma. É que a formosura não é a causa das desgraças em si “mas sim a malícia dos homens que, abusando dela, fazem com que seja mau o mesmo que em si é bom”²²⁹.

8. Gula

Em 1647, no já citado folheto *Malícia das Mulheres*, Baltasar Dias contava a história de duas comadres que assumiam o papel de personagens-tipo para representar todo o género feminino. A gula apresentava-se como um dos vários defeitos das duas:

“Duas comadres daninhas
Moravão em certos lugares,
Tão amigas de folgares,
Como de comer galinhas,
E outros gostosos manjares.
(...)
Varios manjares comião
De cousas muy curiosas,
E as comadres famosas
A cada passo bebião,
Porque estavam sequiosas.”²³⁰

²²⁹ Citado a partir de RUIZ, Betina dos Santos – *A retórica da mulher em polémicas de folhetos de cordel do século XVIII*. Tese de Mestrado. Universidade do Porto, 2009, p. 92.

²³⁰ DIAS, Balthazar – *Malícia das Mulheres...*, p. 3.

Mais de um século depois, em 1773, também D. Leonor de Portugal desabafava com o marido sobre o comportamento desapropriado de D. Teresa, filha natural deste. Depois de um longo período de ausência que a senhora da casa passara em Lisboa, a conduta de D. Teresa ter-se-ia modificado neste aspeto – “muito presumida, não quer do comer senão galinha e frango e doce, que enjoa vaca e bacalhau, único peixe que aqui aborda [sic]”²³¹. O requinte e a seletividade nos gostos gastronómicos não pareciam particularmente bem vistos aos olhos de D. Leonor. Menos ainda quando, sendo convidadas na casa do Reitor de Vale Nogueiras, a jovem ousara recusar-se a comer vaca e fizera com que lhe trouxessem propositadamente carnes de aves para a agradar²³².

Regressando aos folhetos, encontramos em 1787 mais uma vez a insistência na gula feminina, desta vez nas palavras de Pantaleão Pinto:

“Que haja mulher tão gullosa,
Que quantos vinténs alcança,
Tudo emprega para a pança
Em côdea fina, e gostosa:
Vivendo tão cuidadosa,
No que repeita ao comer,
Que he capaz de se vender
Para não ter nisso falha?”²³³

Perante estas acusações, surgem de imediato algumas questões: e a gula masculina? Seriam os homens igualmente acusados de gulodice? E porque seria esta uma falha tão grande nas mulheres?

A gula poderá ser incluída não só na lista de excessos que colidem com os ideais de moderação incentivados ao longo do séc. XVIII como com os ideais de autocontrolo das paixões humanas. Esta seria um “inimigo interno a ser combatido”, uma vez que “só poderás sujeitar os inimigos de fora quando tiveres morto aos que nascem de ti mesmo”²³⁴. O excesso poderia conduzir não só a problemas de saúde como, no caso das camadas sociais mais desfavorecidas, poderia colocar a subsistência do resto da família

²³¹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo Nem a Distância...*, p. 395.

²³² *Idem*, p. 395.

²³³ PINTO, Pantaleão Pato Pires – *Segunda parte da pregação de João Coelho...*, p. 12.

²³⁴ Citado a partir de FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro – “Os sete pecados capitais e os processos de culpabilização em manuais de devoção do século XVIII”. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X014027004>, p. 20.

em risco. Mas não só: os manjares surgem nas fontes com naturalidade quando são fruto do trabalho e dos esforços prévios daqueles que trabalharam de alguma forma para poderem cear depois.

Vejamos o caso dos pastores que Telémaco encontra quando é feito escravo no Egito. Na narração em que conta à deusa Calipso as suas aventuras, recorda o herói que:

“Depois do sacrificio faziamos hum grande festim publicamente no campo, segundo as ceremonias dos pastores. Os nossos melhores manjares eraõ o leite das cabras, e das ovelhas, que tinhamos cuidado de ordenhar, como tambem os viçozos frutos, que por nossas mãos colhiamos, taes como as tamaras, figos, e uvas...”²³⁵ [sublinhados meus]

Num dos contos que Madame Leprince (1711-1780) coloca nas palavras de Bonna para as suas discípulas, conta-se que uma jovem agricultora “Não possuia muito dinheiro; mas também não tinha delle necessidade, colhendo nas suas terras pão, vinho, e azeite. Seus rebanhos lhes davão leite, de que fazia queijos, e manteiga”²³⁶.

O problema não estava por isso nas refeições abundantes, que aliás eram um símbolo de boa hospitalidade por parte de quem recebia. Vemos exemplos disso nos banquetes oferecidos pelo capitão Adoam a Telémaco²³⁷ ou quando se conta a forma de Abraão oferecer estadia e conforto aos viajantes²³⁸. O problema estava em desejar comer em abundância e, para além disto, querer seleccionar os manjares mais deleitosos para os sentidos sem que para isso se tenha trabalhado arduamente. Nunca há nenhuma referência ao trabalho quando se critica uma atitude neste sentido, o que leva a crer que o problema não estava nos grandes manjares e sim no que se trabalhou – ou não – para os conquistar assim como nas delícias e prazer que deles se retirava.

Os homens não estariam isentos do risco de cair em tentação. No entanto, sendo o combate contra as próprias paixões uma questão de robustez psicológica, a qual como vimos era mais fraca nas mulheres, entendia-se que estas estavam mais propícias a cair nestas e noutras tentações. E a verdade é que, nas fontes analisadas, os homens são raramente acusados deste excessivo apetite. É certo que participam nos banquetes e inclusivamente são eles que os ordenam como forma de bem receber. Mas, em relação

²³⁵ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I..., p. 54.

²³⁶ BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas...*, p. 196.

²³⁷ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I..., p. 231.

²³⁸ BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas...*, p. 176.

às personagens masculinas, elas tendem a ser apresentadas sob a perspectiva do bom exemplo a seguir – trabalhadoras e esforçadas que apenas colhem o fruto do seu trabalho.

Esta ideia do trabalho necessário para ganhar o pão surge no Génesis, como o castigo que Deus teria dado a Adão por este ter desobedecido a Deus por incentivo de Eva. A atitude desta, por sua vez, é interpretada pelas discípulas de Bonna como um resultado da sua gulodice:

“CARLOTTA.

Quando quizer ser golosa, ou desobediente, lembrar-me-hei que a serpente está ao meu lado, e que me aconselha estas cousas; e então lhe direi: Vai te, maligna, eu quero antes obedecer a Deos, do que a ti.

ESPIRITUOSA.

Eu julgo que Eva era soberba, querendo saber tanto como Deos: tambem era muito golosa, o que selhe poderia perdoar, senão tivesse que comer; mas tendo tanta variedade de cousas, não tem desculpa; e parece-me que se estivesse em seu lugar, me não lembrarião esses despreziveis pomos.”²³⁹

Eva, a primeira mulher, é apresentada nesta interpretação como a primeira gulosa e este pecado como a intervenção direta da serpente nas decisões tomadas no dia a dia. Uma permanência, portanto, do pecado original nas tentações do presente.

Finalmente, cite-se a opinião dos habitantes da Bética que, quando confrontados com algumas das maravilhas da civilização e o luxo dos povos ocidentais, entre os quais os “manjares deliciosos”, afirmam “Ó quanto sam infelizes esses povos em terem empregado tanto trabalho, e industria para se corromperem a si mesmos. Esse superfluo, afroxa, affemina, e atormenta...”²⁴⁰. Não deixa de ser relevante destacar aqui a forma como “affemina” surge ligado a “afroxa”, remetendo para uma ideia de fraqueza. Mas verdadeiramente fundamental é ressaltar a forma como se afirma que os luxos, entre os quais os faustosos manjares, são considerados tipicamente femininos. Não será surpreendente se considerarmos que a resistência às paixões exigia uma racionalidade e autocontrolo mais facilmente encontrados nos homens, pela natureza que lhes estava associada e que já explicámos previamente. Por consequência, as mulheres sucumbiriam mais facilmente às paixões e, portanto, estariam mais facilmente a elas ligadas.

²³⁹ *Idem*, p. 54.

²⁴⁰ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I..., p. 239.

O vinho, igualmente associado à gula, era também ele desaconselhado quando em excesso. Quando Minerva, sob o disfarce de Mentor, aconselha o Rei Idomeneo sobre como orientar corretamente uma cidade, dá especial relevância a este ponto:

“Outra coiza deveis tambem attender, que he o evitardes que não venha a ser o vinho commum no vosso Reino. Se se plantarem demaziadas vinhas, fazei com que se arranquem. O vinho he a origem dos maiores males entre os povos. Elle he cauza das enfermidades, das contendas, das dissensoens, da ociozidade, do desprezo do trabalho, e das desordens das familias. Conserve-se pois o vinho, como huma especie de remedio, ou como hum licor rarissimo, que só sirva para os sacrificios, e algumas festas solemnes.”²⁴¹

No entanto, esta particularidade da gula não é tão recorrentemente atribuída às mulheres. Aliás, Bonna adverte as suas discípulas de que não haveria “nome mais injurioso, que se dê a huma Senhora, do que dizer-lhe que bebe muito vinho, ponche, e outros licores fortes”. As bebidas alcoólicas não estariam proibidas às senhoras, mas a moderação e o recato seriam essenciais – “Podeis beber vinho, quando vo-lo derem, suppondo que nunca vo-lo darão; mas será estranho pedillo, ou bebello sem licença”²⁴².

Concluimos assim que a gula, enquanto “um desordenado desejo de comer e beber”²⁴³, era um dos defeitos apontados pela mentalidade da época em estudo às mulheres, apesar de não serem elas as únicas capazes de o cometer. Surge como uma das falhas que, nas histórias destinadas a educar as crianças, os homens tendem a não possuir e a aparecer como bons exemplos a ser seguidos. Finalmente, surge como uma das motivações que teria levado ao próprio pecado original.

9. Ociosidade e Trabalho

Quando falamos em ociosidade e trabalho estamos perante duas formas opostas de lidar com a vida, sejam de cariz temporário ou permanente. Enquanto a primeira surge como um vício grave, o segundo revela-se uma virtude largamente elogiada nos escritos da época. E a verdade é que, sendo o trabalho encarado como fundamental às sociedades, é adequado tanto a homens como a mulheres. No entanto, a incidência das

²⁴¹ *Idem*, p. 359-60.

²⁴² BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas...*, p. 141-143.

²⁴³ Citado a partir de FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro – “Os sete pecados capitais e os processos de culpabilização...”, p. 20.

críticas à falta de vontade de trabalhar – a ociosidade –, surgem com diferentes consequências consoante o género do acusado.

Vejamos, por exemplo, o que Diogo Paiva d’Andrada diz no *Casamento Perfeito* a este respeito, num capítulo inteiramente dedicado à questão:

“como bem aponta hum discreto Phylosopho. Qu. di. O mesmo he estar ocioso que ser ruim. E outro disse que o estar sem fazer nada era fazer muyto ruim cousa: & que seja a ociosidade mãy dos vícios, nunca ouve pessoa que o duvidasse nem autor que o não escrevesse: & para as molheres, & principalmente as que são casadas; são mais prejudiciaes, & perigosas as dependencias deste vicio, pois como não podem ser ociosas pella via que o são os homens, que he andarem atravessando ruas, provocando brigas, espreitando faltas, murmurando pelas praças, namorando pellas esquinas, a primeira cousa com que lhe entende hê com o recolhimento, & honestidade: porque hua mulher que anda ociosa por sua casa, poucas vezes se pode ter que não chegue á janella, huas sem mais occasião, que de querer andar variando, pois ninguém varia mais que os ociosos. Outras por qualquer rumor, ou movimento que sentem na rua: que quem não se occupa em nada, dá fé de tudo, & quem costuma não tratar de si, he muy curioso de saber dos outros: & os perigos das que continuão muyto a estar na janella são muy achados pella rezão, & muy conhecidos pella experiencia. Alem disto he cousa certa nas ociosas gastar o tempo em variar galas, toucados, & trajos: & posto que na tenção não aja defeito, não deixa de o aver ás vezes na obra: porque tambem nesta isca se pode tomar fogo, de que se levantem perigosos incendios. Terceiramente a ociosidade he hua porta muyto aberta pera pensamentos mal ordenados; & como a nossa natureza sempre se inclina pera o peor, & o demonio tem mais entrada onde acha menores cautelas, he necessario que aja hua virtude tão constante que possa resistir a tam poderosos adversários, & sendo a ociosidade, como todos sabemos, mãy dos vícios, bem claro está que há de ser contraria da virtude para a não consentir em sua companhia donde se infere que fica posta em manifesto perigo hua molher casada, desemparada deste socorro, & assalteada de tal inimigo, & por isso os encontros, que o demonio com mais astucia lhe poem diante, são os em que pode padecer a honestidade, pois como elle não só nos procura a perdição das almas, senão também das honras, & vidas, com esta tentação particularmente costuma fazer guerra ás molheres casadas: & a ociosidade lhe dá occasião de serem tentadas, & facilidade & ficarem vencidas”²⁴⁴.

A extensão do excerto justifica-se pela larga variedade de informações que dele podemos extrair. O autor começa por constatar o perigo que a ociosidade representa quer para homens quer para mulheres, sem discriminações de género. Surge assim uma condenação geral a este defeito, que se apresenta simultaneamente em associação direta à maldade e como mãe de todos os vícios – afirmação que é aprofundada mais à frente. Mas rapidamente aparecem as primeiras diferenciações entre a ociosidade masculina e feminina. É que os homens ociosos tendem a ter como consequências distúrbios para a vida pública, e não para a vida íntima e familiar. Não deixa no entanto de ser curioso

²⁴⁴ ANDRADA, Diogo Payva de – *Casamento Perfeito...*, p. 174-176.

salientar que a forma como os homens andam “namorando pelas esquinas” não é apresentada como um problema que mereça reflexão além da mera constatação da sua existência. Estamos perante uma fonte que procura dar conselhos para garantir um casamento harmonioso, mas o espírito leviano masculino não surge como entrave a essa harmonia. O mesmo não acontece com o feminino.

Note-se que vários são os problemas que advêm de uma mulher estar ociosa: ela vai mais frequentemente à janela em busca de novidades, atitude com consequências nefastas “muito conhecidas pela experiência”; passa mais tempo a arranjar-se, ocupando-se de trajes e ornamentos com os quais busca a formosura; está mais propensa a pensamentos “mal ordenados”, sobretudo porque geralmente carecem da “virtude tão constante” necessária para resistir às tentações. No fundo, a ociosidade é a mãe de todos os vícios porque quando alguém está desocupado tende a estar mais propício às tentações do demónio e conseqüentemente a obrar consoante os conselhos desvirtuosos que este costuma dar aos mais fracos de espírito. Ora a fraqueza de espírito, como vimos em capítulo próprio, estava frequentemente associada ao universo feminino. E esta necessidade de manter as mulheres ocupadas não era uma recomendação exclusiva de Diogo Paiva d’Andrada e muito menos uma novidade da época. De facto, já nos inícios do séc. XV Bernardino de Siena dava conselhos neste sentido:

“É preciso varrer a casa? – Sim. – Sim. Faze-a varrê-la. É preciso lavar de novo as tigelas? Faze-a lavá-las. É preciso peneirar? Faze-a peneirar, faze-a então peneirar. É preciso lavar a roupa? Faze-a lavá-la em casa. – Mas há a criada! – Que haja a criada. Deixa fazer a ela (a esposa), não por necessidade de que seja ela que o faça, mas para dar-lhe exercício. Faze-a vigiar as crianças, lavar os cueiros e tudo. Se tu não a habituas a fazer tudo, ela se tornará um bom pedacinho de carne. Não lhe deixes comodidades, eu te digo. Enquanto a mantiveres atenta, ela não permanecerá à janela, e não lhe passará pela cabeça ora uma coisa, ora outra.”²⁴⁵

A grande solução para ocupar o tempo daquelas que, tendo criadas e um estatuto social mais destacados, se recusavam a fazer este tipo de trabalhos servis eram os trabalhos de mãos. Bordar, fiar e coser eram atividades transversais a todas as mulheres, independentemente do grupo social a que pertenciam. Tendo em consideração que eram soluções para ocupar o tempo, não surpreende por isso que fizessem parte de todos os programas de ensino feminino quando estes começaram a surgir. Mesmo antes do ensino se tornar público, já Paiva d’Andrada recordava que era costume “muy ordinário

²⁴⁵ Citado a partir de DELUMEAU, Jean – *História do medo no Ocidente...*, p. 320.

entre os Reys, & Principes bem considerados, mandar ensinar este mesmo exercício a todas suas filhas, como circuntancia tam importante pera se conservar o recolhimento”²⁴⁶. Recorde-se afinal que, mais do que a perdição feminina, estava em causa a possibilidade implícita de traições pela fuga ao recolhimento, que colocariam a honra masculina em perigo.

Quanto aos homens, apesar de estarem também eles sujeitos aos perigos da ociosidade, o trabalho está-lhes naturalmente associado desde o castigo pelo pecado original. Para além disso, o camponês afirma-se como o trabalhador que sustenta a sociedade, quer na realidade prática quer nos discursos moralistas, que por vezes se limitam a tentar fechar as mulheres no lar doméstico ignorando as tarefas que estas desempenhavam na realidade exterior. E a verdade é que se o camponês é a base fundamental da sociedade, é devido ao seu trabalho. Por consequência, é o trabalho que assegura a manutenção das sociedades.

Esta relevância do trabalho não passa despercebida aos autores da época. Sempre que a personagem Telémaco chega a um novo destino nas suas aventuras, Fénelon deixa sempre uma referência ao trabalho na caracterização dos povos. Locais como o Chipre, adorador das delícias de Vénus, têm habitantes entregues à ociosidade em harmonia com os demais vícios associados. Já a ilha de Creta surge com habitantes laboriosos e dedicados que exploram as riquezas que a terra tem a oferecer. A riqueza de um povo depende daqueles que trabalham o solo “porque a terra já mais nega os seus frutos, a quem a cultiva; e no paiz onde ha mais homens sendo elles laboriozos, e vigilantes, ha maior fartura, e abundancia. A terra como boa mãy multiplica os seus frutos segundo o numero de seus filhos, que se fazem dignos de seus beneficios pelo seu trabalho”²⁴⁷.

Mas também Ribeiro Sanches sabe reconhecer o valor do trabalho e o perigo que representaria para a sociedade o êxodo rural. É aliás esse o motivo pelo qual considera altamente desaconselhável ensinar as letras aos plebeus – “O rapaz de doze ou quinze anos que chegou a saber escrever uma carta não quererá ganhar a sua vida a trazer uma

²⁴⁶ ANDRADA, Diogo Payva de – *Casamento Perfeito...*, p. 182.

²⁴⁷ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I..., p. 130.

ovelha cansada às costas, a roçar de pela manhã até à noite, nem a cavar”²⁴⁸. O problema só surgiria mais tarde, quando pela experiência que tem de França se verifica que “depois de cento e trinta anos se despovoam os campos, e que todos buscam as cidades ou se expatriam a buscar fortuna em outros climas: a causa é a infinidade de escolas de ler e escrever”²⁴⁹.

A solução de garantir que os filhos seguissem as ocupações dos pais deveria ser assegurada por estímulos. Estes serviriam não só para os próprios aprendizes que se sentiriam mais motivados a aprender, como para os pais que, pela qualidade de vida que adquiriam, iriam querer garantir que também os filhos a teriam um dia. Veja-se o exemplo de Tyro, cuja grandeza no mar só seria possível graças a estes prémios:

“Quando a industria, e perfeição das artes he bem premiada, logo não faltam homens que se apliquem a elevallas ao maior gráo; porque aquelles que tem mais sabedoria, e talento, não deixam de se applicarem ás artes, se elles vem que os progressos que nellas houver sam bem recompensados. Aqui trata-se com estimação, e honra todos aquelles, que sam peritos nas suas artes, e sciencias uteis para a navegação. (...) Ainda os mesmos remeiros sam recompensados á proporsão do seu serviço, sustentam-se com fartura, assistese-lhes na molestia, e socorre-se a suas mulheres, e filhos na sua auzencia, se morrem em algum naufrágio, nem por isso a sua família fica exposta ao desamparo: Assim nada falta de quanto se dezeja, tudo se acha prompto quando se quer. O pay satisfaz-se em que o filho siga a mesma occupação, e logo desde a mais tenra mocidade se anticipa a ensinar-lhe a manear o remo, a estender as cordas, e a não temer as borrascas.”²⁵⁰.

Note-se como a diferente forma de ensinar meninos e meninas neste caso reflete também os diferentes caminhos possíveis que poderiam percorrer na sua vida. Para convencer os pais da necessidade de ensinar aos rapazes as artes fundamentais que eles praticam, são necessários incentivos que tragam vantagens para esse futuro. O mesmo não acontece com as raparigas. Estas deveriam aprender a realizar trabalhos de costura como forma de ocuparem o tempo e manterem-se honestas e recolhidas. Não há incentivos que tornem estas artes atrativas. Mas se pensarmos nos futuros profissionais possíveis para as mulheres, que alternativas tinham? O grande atrativo destes conhecimentos seria a fama de honestas e recolhidas que lhes poderia facilitar um casamento e, no caso das camadas sociais mais desfavorecidas, poderiam servir de último recurso de sobrevivência familiar.

²⁴⁸ SANCHES, António Ribeiro – *Cartas sobre a educação da mocidade...*, p. 127.

²⁴⁹ *Idem*, p. 128.

²⁵⁰ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I..., p. 88-89.

Mas não eram só os homens que trabalhavam nos campos, como já foi sucessivamente repetido. Apesar de algumas fontes descreverem um modelo apologista da mulher que fica em casa a cuidar de tarefas domésticas enquanto o homem sai para trabalhar a terra, estas normalmente descrevem modelos e não realidades. Em contraponto, existem também aquelas que se limitam a descrever o que é efetivamente observável. É o caso de Francisco de Mello Franco que se refere à robustez das mulheres do campo, que decorre “do aturado exercício que fazem”, como forma de argumentar que as mulheres só se fazem fracas pelo pouco exercício físico²⁵¹. No entanto, o trabalho a que as mulheres do campo estão sujeitas como forma de resistir à ociosidade não é aplicável às senhoras mais destacadas socialmente.

Mas não poderemos seguir a mesma lógica relativamente ao trabalho dos homens do campo e da alta sociedade? Não seria a ociosidade masculina nestes casos igualmente prejudicial? Em parte, sim. Mas em primeiro lugar, a sociedade não esperava que estes homens trabalhassem a terra como os demais. Em segundo lugar, ao contrário do que acontecia com as esposas, a ociosidade masculina não punha a honra em risco. Mesmo quando estes homens andavam “a namorar pelas esquinas”, não estamos perante um problema significativo. Tendo tudo isto em consideração, e visto que a ociosidade era ainda assim desaconselhada para todos, como deveriam estes homens ocupar o tempo? Telémaco dá-nos uma pista pelas suas ações quando é feito cativo:

“Para melhor supportar os rigores do cativo, e a tristeza da solidão, busquei alguns livros para divertir minha tristeza, pois esta se aumentava por falta de instrução que cultivasse ao mesmo tempo o juízo, e sustentasse o animo. (...) Venturozos! Os que acham o seu divertimento na instrução, a sua alegria nas sciencias! (...) Venturozos os que neste nobre exercício se ocupam, e não os que tem vivido como eu na ociozidade!”²⁵².

Em suma, verificamos que a ociosidade era um defeito grave tanto para homens como para mulheres. No entanto, os preconceitos ligados à fraqueza de ânimo feminino levavam a que estas fossem consideradas especialmente propensas a cair nas tentações do demónio quando ociosas. Para solucionar o problema recomendava-se que, independentemente do seu estatuto, aprendessem a costurar, fiar e bordar para ocuparem

²⁵¹ FRANCO, Francisco de Mello – *Tratado da educação fysica dos meninos...*, p. 97.

²⁵² FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I..., p. 46.

o tempo livre. Os homens, apesar de igualmente sujeitos aos perigos da ociosidade, estavam naturalmente associados ao trabalho. Este era fundamental para manter a sociedade em funcionamento e, por isso, incentivava-se a que os príncipes garantissem regalias aos trabalhadores como forma de assegurar que estes motivavam os filhos a seguir as mesmas profissões.

10. Verdade e Mentira

A respeito da importância da verdade e da perfídia da mentira, afirma Martinho de Mendonça de Pina e Proença:

“O principal cuidado, que deve haver, quando as crianças começam a fallar, he que em tudo falem verdade, pois seria melhor não ter uso a língua, que abusar della para hum fim tão contrario, ao que lhe destinou o Creador, que concedeo aos homens voz articulada para explicarem os conceitos, que tem no entendimento; e quem se explica, dizendo o contrario do que intende, fica inferior aos brutos, que ao menos não podem mentir.”²⁵³

Acrescenta de seguida que o segredo para o sucesso da boa educação neste sentido estaria não só em “não mentir, nem consentir, que se minta em sua presença”²⁵⁴ mas também em diminuir a severidade dos castigos sempre que as crianças admitissem as próprias falhas²⁵⁵. Os bons exemplos assumem portanto um papel fundamental neste contexto.

No entanto, os maus e os bons exemplos não surgem nas histórias e na literatura popular igualmente representados por homens e mulheres. Tal como se sucede em relação à gula, as mulheres tendem a ser acusadas mais frequentemente deste tipo de falhas. Analisemos de seguida alguns desses exemplos.

Nos folhetos *Malícia das Mulheres* e *Segunda Parte da Pregação de João Coelho feita às senhoras da moda*, são os maridos os principais lesados deste terrível vício feminino. No primeiro caso, encontramos na mentira o início de toda a história em que duas mulheres combinam enganar os respetivos maridos:

“E que há de ser com tal partido,
Que havemos de enganar
Cada huma a seu marido;
E quem melhor o zombar,

²⁵³ PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de – *Apontamentos para a educação ...*, p. 92-93.

²⁵⁴ *Idem*, p. 93.

²⁵⁵ *Idem*, p. 95.

Ganhe sem mais arruido.

A outra foy muy contente,
Porque para enganar,
Outra não podia achar
Para isto mais diligente
Em todo aquelle lugar”²⁵⁶.

Mas para além da mentira por mero entretenimento destas duas personagens, surge no mesmo folheto a referência ao engano aliado ao vício da gula e, portanto, uma mentira usada para proveito próprio de uma forma mais direta. Depois de comerem o jantar da família com as amigas, encontram engenhosas estratégias para saírem ilesas de culpa:

“E quando vem o marido,
Ou da roça, ou do mato;
Ou d’outro qualquer partido,
Por escusar arruído,
Diz que o comeo o gato.”²⁵⁷.

Para além da gravidade da mentira, repare-se ainda na imagem contrastante do marido que enquanto homem esforçado e dedicado regressa do trabalho – que como vimos legitimava não só os banquetes como a comida no geral – e não tem refeição pronta para cear enquanto a mulher, que passara o dia a conversar com as amigas, comera os alimentos que apenas existiam graças aos esforços do pobre marido e ainda se atrevera a mentir-lhe. Mencione-se ainda a agravante de não cumprir com a sua função, enquanto mulher, de confeccionar a refeição para a família. Surge, portanto, como um cenário que densifica uma imagem particularmente sombria da personagem feminina, não só pela mentira e pela gula mas ainda pela ousadia de não cumprir com sua função.

Na *Segunda Parte da Pregação de João Coelho feita às senhoras da moda* os maridos são também as vítimas das mentiras das esposas, mas desta vez são particularmente mais graves. Trata-se de mentiras que estão associadas a comportamentos adúlteros e por isso perigosos para a integridade da honra masculina:

“Que haja mulher tão ladina,
Que recebendo do amante,
Anel custoso, e brilhante,

²⁵⁶ DIAS, Balthazar – *Malicia das Mulheres...*, p. 3.

²⁵⁷ *Idem*, p. 7.

Ou fivela diamantina,
Se valha logo da fina
De impingir a seu marido,
Que o traste presente há sido,
Que lhe deo hum seu irmão?”²⁵⁸

Para além de mentirem sobre a proveniência dos presentes que recebiam, também estavam prontas para mentir caso os maridos acordassem durante a noite e vissem que se tinham levantado para se irem pôr à janela “Para dar taramella/ Com quem a traz a reboque”²⁵⁹. Veja-se o exemplo:

“Mas se he certo, que ella tem
Huma mentirinha á mão,
Em caso de acorção,
Em quanto se ella entretem?
Se he certo, que sabe bem
Fingir, que foi atacada
Da sua dor costumada,
No caso de haver remoque?”²⁶⁰

Torna-se ainda particularmente relevante notar que esta fonte recorre frequentemente à culpabilização das mães pelas falhas das filhas. O exemplo assume-se como um elemento fundamental.

O que verificamos é que a mulher mentirosa, sobretudo quando a mentira se dá nas conversações com o marido, poderia acabar por pôr a autoridade deste em risco e inverter uma “ordem natural” que se procurava assegurar. A mulher que mente é afinal insubmissa, e pode obrar como bem entende se depois tiver a ousadia de ocultar as suas ações sob o véu da mentira. No entanto, verificamos que os maus exemplos femininos não se limitam a mentir aos maridos.

Calipso, a deusa que acolhe inicialmente Ulisses e depois Telémaco na sua ilha, tenta persuadir ambos a permanecerem na sua companhia. No caso de Telémaco, a estratégia usada passa por mentir ao herói sobre o destino do pai, afirmando que este se encontrava já morto e que a busca era em vão. No entanto, o jovem reconhece a perfídia da deusa graças aos sábios conselhos do mestre²⁶¹.

²⁵⁸ PINTO, Pantaleão Pato Pires – *Segunda parte da pregação de João Coelho...*, p. 3.

²⁵⁹ *Idem*, p. 8.

²⁶⁰ *Idem*, p. 9.

²⁶¹ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I..., p. 15.

Mesmo nas figuras exemplares do cristianismo, algumas mulheres são caracterizadas como mentirosas. É o caso de Sara que, quando dois anjos anunciam ao marido que esta lhe dará um filho mesmo sendo de idade avançada, ri e tenta depois negá-lo quando é confrontada com a sua incredulidade em relação ao poder de Deus²⁶².

Note-se, no entanto, que as fontes da época não estão isentas de homens mentirosos. Estes casos, sempre que são mais severamente criticados, estão ligados à lisonja. Os reis eram as principais vítimas destes homens, cujos interesses particulares levavam a aconselhar os soberanos não consoante a razão e o bom senso, mas antes repetindo os louvores que os monarcas desejavam ouvir.

“Oh! quanto infeliz he o homem que sendo por providencia dos Deozes superior em auctoridade aos outros, nem sempre póde ver com seus olhos a verdade! Ás vezes lhe he necessario fiar-se dos que estam a seu lado, que de ordinario os enganam; porque nesse mesmo engano consiste ás vezes o seus interesse particular, e encobrando com capa de zelo a ambição, mostram que amam o Rey, quando só amam as riquezas, que elle dá, e he taõ certo não o amarem, que para alcansarem seus favores o lizonjeam, e enganam.”²⁶³.

Note-se a este respeito que a natureza da obra de Fénelon, destinada a educar o Duque de Borgonha, neto de Luís XIV e pretendente ao trono, acaba por justificar estes esforços em alertar um futuro rei dos perigos da lisonja. Saliente-se ainda que também neste contexto a mentira masculina, tal como a feminina, corria o risco de comprometer autoridades. As esposas enganavam os maridos como forma de contornar as suas obrigações de submissão para conseguirem agir consoante os seus próprios interesses. O mesmo acontecia com os homens (e também algumas mulheres) lisonjeiras que, através das mentiras que contavam aos monarcas, acabavam por manipulá-los a agir consoante as suas vontades.

No entanto, apesar das consequências perniciosas que poderiam advir da mentira, independentemente do género do mentiroso, não deixa de ser visível uma evidente preferência por dar aos homens o papel de bons exemplos nas histórias. A verdade era uma virtude extremamente importante para a integridade de carácter. Telémaco chega mesmo a afirmar que “Qualquer que he capaz de mentir he indigno de

²⁶² BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas...*, p. 177.

²⁶³ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I..., p. 57.

ser admittido entre os homens”²⁶⁴, indo assim ao encontro do que é dito por Pina e Proença a respeito da inferioridade dos mentirosos em relação aos animais, que pelo menos não podiam mentir.

Mas passemos aos exemplos. Quando Narbal propõe a Telémaco que este minta sobre a sua proveniência para escapar às loucuras de Pygmaliam, o herói recusa-se a fazê-lo – “falta-me o animo para mentir (...) Os Deozes, que conhecem a minha sinceridade, conservarám, se quizerem por sua alta providencia, a minha vida, que eu mais quero perdella, que possuilla violando a fé, ou faltando á verdade”²⁶⁵. Vai ainda mais longe ao afirmar que aquele que mente “offende aos Deozes, e offende-se a si, porque falla contra a sua propria consciência”²⁶⁶.

Também Fatal, personagem de um dos contos de Bonna, prefere perder a própria vida a mentir. Depois de ser admitido ao serviço de um lavrador para apascentar os seus rebanhos, o jovem surge por oposição à esposa do camponês que o procura convencer a mentir ao marido – “Deixa-me tirar hum carneiro, e dize lhe que o lobo o comeo. Senhora, lhe respondeo Fatal, desejaria muito servir-vos nisso; mas eu quero antes morrer, do que mentir, e ser hum ladrão”²⁶⁷. Quando a mulher insiste que ninguém iria descobrir mas o rapaz defende que mentir iria contra os preceitos de Deus, esta muda radicalmente de atitude:

“Apenas a lavradora ouvio estas palavras, se lançou sobre elle, encheo-o de bofetadas, e arrancou-lhe os cabellos. Chorou Fatal, e ouvindo-o o Lavrador, perguntou a sua mulher, porque lhe dava? Porque he hum goloso, diz ella; vi-o esta manhã estar comendo hum pucaro de nata, que queria levar á feira.”²⁶⁸

Soa-nos a injustiça ver que o pobre rapaz era castigado apesar de insistir em dizer a verdade. No entanto, importa explicar que esta personagem surge como forma de argumentar que são as infelicidades da vida que nos fortalecem o espírito. Estas adversidades surgem portanto como um reforço do cruel destino do rapaz que aos 25 anos veria o fim da sua maldição e a sua sorte mudar, para passar a receber então todas as recompensas que merecia pelas boas obras. Note-se a este respeito, no seguimento do

²⁶⁴ *Idem*, p. 70.

²⁶⁵ *Idem*, p. 92.

²⁶⁶ *Idem*, p. 93.

²⁶⁷ BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas...*, p. 119.

²⁶⁸ *Idem*, p. 120.

episódio citado, que o facto de o lavrador preferir acreditar numa mulher do que nele surge claramente como um reforço da infelicidade do pobre rapaz.

Finalmente, visto que já percebemos que as mulheres que mentiam aos homens eram particularmente censuradas, resta-nos perguntar se o mesmo aconteceria no sentido oposto: seria legítimo que um homem mentisse a uma mulher? A resposta dependerá de diversos fatores. Se estivermos perante uma Rainha, aplicaremos certamente os mesmos critérios que aplicámos à censura da lisonja enquanto mentira usada para manipular os monarcas. Estas mulheres em posições de comando teriam nas suas mãos os destinos dos seus reinos e, portanto, mentir-lhes iria muito além de uma relação homem-mulher para pôr em causa o destino de centenas ou milhares de outras pessoas. No entanto, em certas situações, um homem que mentisse a uma mulher não só não punha em causa a sua integridade moral como seria ainda visto como um castigo merecido para a mulher que nele acreditava.

De facto, quando Bonna conta a história de Teseu e do Minotauro às suas discípulas, transmite uma mensagem de tolerância e absoluta compreensão pela mentira masculina. Sumariamente, conta-se que este herói grego apenas fora capaz de sair do labirinto do Minotauro após matar a criatura graças à colaboração de Ariadne, filha de Minos, que aceitara ajudar o herói pela promessa deste a levar consigo de volta a Atenas. No entanto, Teseu não cumpre com o prometido. Quando desembarcam numa ilha ainda longe de Atenas, deixa Ariadne aí isolada e parte com a tripulação enquanto a jovem ainda dorme. A injustiça do destino da princesa revolta as pequenas discípulas – “Este Theseo, Senhora Bonna, era hum homem cruel, tendo animo para desemparar assim huma triste Princeza, que lhe tinha salvado a vida”²⁶⁹. Bonna explica então este comportamento do herói:

“He verdade, menina; mas se elle a não desamparasse, ver-se-hia obrigado a deposalla, e ficava-lhe mal desposar huma mulher, que se atreve a acompanhar hum homem. Em quanto elle dependeo della, fez-lhe as mais encarecidas promessas, sendo próprio nos homens não se julgarem obrigados a guardar as promessas, que fazem ás mulheres; pois que elles gostão de enganallas para as escarnecerem, e dizerem depois a outros: Vêde F. que he tão nescia que me dêo crédito, por lhe dizer que era formosa, e que a amava.”²⁷⁰

²⁶⁹ *Idem*, p. 220.

²⁷⁰ *Idem*, p. 220-221.

Mas a este respeito das promessas de casamento, os homens estariam obrigados à verdade para com algumas mulheres. Em certos casos, a ausência de uma figura masculina fazia das mulheres as chefes de família. É o caso da mãe adotiva de Aurora, mais uma personagem das histórias de Bonna. Quando a jovem recebe a declaração de um pretendente que desejava desposá-la, afirma que só aceitará se este obtivesse a aprovação da sua mãe. O jovem rapaz segue então para falar com a mãe de Aurora e obtém dela a aprovação para casar com a filha²⁷¹. Neste caso, Aurora estava numa posição semelhante à de Ariadne e das mulheres virgens conquistadas por D. Juan. Estando sob tutela de outrem, os pretendentes não estavam obrigados a dizer-lhes a verdade. Quando faz o pretendente pedir autorização à mãe, coloca-o numa posição que passa a obrigá-lo à verdade. A rapariga que se deixa levar pelas promessas de um rapaz está a pôr em causa a sua própria honra e a da família, da qual é responsável. No entanto, até falar com os chefes de família, o rapaz em questão não está obrigado a respeitá-los. Tendo isto em consideração, Bonna recomenda às suas discípulas que estas se aproveitem desta obrigação à verdade a que os homens ficam sujeitos para se certificarem que o amor é verdadeiro:

“Supponde que sois já de maior idade, e que hum Cavalheiro se namora de vós; se isso for para bem, não vos dirá que vos ama, mas irá ter com vosso pai, e mãe, e lhes dirá: Eu amo vossa filha; se quizerdes dar-ma por mulher, terei nisso muito gosto. Se pelo contrario este homem quizer zombar de vós, dir-vos ha em particular que vos ama, e vos pedirá que não digais isso a vosso pai.”²⁷².

No fundo, estamos novamente perante uma questão de obediência e submissão. A mulher que desobedece à autoridade para fugir com um homem mostra pelas suas atitudes uma perfídia inaceitável no perfil feminino da época. O homem que a engana, para além de retirar deste engano o reconhecimento entre pares das suas capacidades de conquistador, apercebe-se de que a mulher enganada é insubmissa e, portanto, possui um perfil desadequado para vir a ser sua esposa. A mentira masculina nestas situações é socialmente aceite, uma vez que serve não só de afirmação pessoal para o homem, que segue um modelo masculino conquistador dos amores femininos, como de castigo para as mulheres insubmissas, com personalidades incompatíveis com o modelo de feminilidade que lhes era socialmente atribuído.

²⁷¹ BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas...*, p. 303-304.

²⁷² *Idem*, p. 221-222.

Em conclusão, a verdade era uma virtude fundamental para a manutenção das relações de poder da época. A mentira punha-as em causa e era assim uma ameaça para a sociedade. Verificamos que apesar de as personagens masculinas também poderem desempenhar o papel de mentirosos, as mulheres eram frequentemente as vilãs acusadas deste defeito. Em termos de relações entre géneros, verificamos que as mentiras das mulheres que eram reprovadas provinham sobretudo de interesses pessoais em enganar os maridos. A mulher que mente ao homem era, assim, frequentemente recriminada socialmente. Já os homens não estavam sempre obrigados à verdade para com as mulheres. Por vezes, a afirmação da masculinidade passava pela humilhação do género feminino através da mentira e do engano e, em muitos destes casos, esta servia de castigo para as mulheres insubmissas aos seus tutores. Estamos assim perante relações desiguais que se transmitiam através das histórias infantis e que acabavam por garantir uma manutenção geracional dos preconceitos de género.

Capítulo III – Papéis de Género e Educação Infantil

Apesar de termos já exposto ao longo do capítulo II diversos episódios que comprovam que os papéis de género atribuídos a homens e mulheres se começavam a formar na infância, resta-nos ainda abordar importantes particularidades da educação diferenciada para meninos e meninas. Reservámos este último capítulo para tratar especificamente a educação dos mais pequenos, tendo já em mente os pressupostos previamente apresentados que, como vimos, estavam profundamente enraizados nas mentalidades da época.

De facto, só nos é possível compreender as razões pelas quais a formação pessoal e intelectual era diferente para os rapazes e para as raparigas se tivermos em consideração que a sociedade não só os considerava naturalmente diferentes, devido a pressupostos baseados em premissas que recuavam até à Antiguidade, como fomentava essa diferença através dessa educação. É sobretudo este esforço em firmar uma diferença supostamente natural que nos leva a defender que a sociedade moderna punha em prática medidas que punham em causa os preceitos que defendia como certos e irrefutáveis. Começaremos este terceiro momento de análise com a continuidade do que foi tratado até ao momento, dando especial destaque à formação prática a nível pessoal e intelectual das crianças.

Seguir-se-á uma reflexão sobre as principais figuras modelares das personalidades das crianças, focada naquelas com as quais tinham mais contacto. Apesar da exceção no caso de alguns filhos da aristocracia, criados nos palácios de famílias amigas como forma de reforçar as redes clientelares dos pais e melhorar as expectativas de futuro dos pequenos, a verdade é que os pais eram para a esmagadora maioria uma influência significativa desde o berço que se prolongava por vezes até para lá da adolescência. Os vínculos dos rapazes com os pais e das raparigas com as mães, muitas vezes estendidos até depois dos casamentos dos filhos, não podem ser ignorados enquanto elementos formadores da personalidade. Analisaremos estas relações tendo sempre por base o enquadramento nos papéis de género tradicionais a que os pequenos estavam expostos.

Mas os pais não eram os únicos modelos com os quais os filhos tinham contato. Para muitos, como se disse, a ligação cortava-se desde cedo e ficavam suscetíveis a outras influências. As crianças ficavam então a cargo de profissionais incumbidos de as educar segundo os modelos da época. Falamos dos mestres, aios e outros profissionais ligados à educação. Não deixa de ser interessante analisar não só os programas de ensino a cargo de homens e de mulheres, mas também a forma como se relacionavam com meninos e meninas de forma diferenciada consoante o seu próprio género.

Passaremos então à análise de outras influências recebidas pelas crianças, aglomerando neste terceiro ponto várias figuras – tais como outras crianças e os criados da casa. As companhias que se tinham por preferíveis para meninos e meninas garantiam que os esforços em manter uma educação distinta não eram em vão, assegurando que as meninas brincavam com outras meninas que tinham recebido igual formação e que o mesmo acontecia com os meninos.

Finalmente, analisaremos brevemente a vida em alguns colégios e faremos por comparar a educação que se recebia nas instituições femininas e nas suas congéneres masculinas. Apesar do reduzido número de escolas destinadas às raparigas na época, a amostra que possuímos permite-nos uma aproximação não exaustiva sobre este ponto, com recurso a instituições portuguesas e brasileiras onde se educava a mocidade feminina.

Mas comecemos pelo início e analisemos a formação pessoal e intelectual que destinava às crianças da época.

1. Formação Pessoal e Intelectual

Ao longo dos capítulos anteriores foram já apontadas algumas das ideias pré-concebidas que sustentavam um ensino diferenciado para meninas e meninos. Procuraremos, de seguida, não só organizá-las como completá-las de modo a garantir que ao aprofundar estas questões nos capítulos seguintes temos em mente os pressupostos ideológicos da época.

Como ficou explícito, acreditava-se que a natureza feminina era naturalmente inferior à masculina do ponto de vista racional. O corpo “animalesco” dificultava não só

a receção da alma ainda durante a gestação²⁷³, mas também o pleno usufruto das capacidades intelectuais²⁷⁴. A educação das meninas, para aqueles que a defendiam, passava inicialmente sobretudo por ensinamentos práticos para a vida, sem grande destaque para a vertente intelectual. Importa salientar que consideramos que a educação religiosa, enquanto ensinamentos transversais a homens e mulheres e considerados fundamentais para todas as crianças independentemente do grupo social, era nesta época sobretudo uma questão de formação pessoal enquanto indivíduos pertencentes a um Estado católico.

Curiosamente, a sociedade que vedava às mulheres uma educação intelectual mais aprofundada era a mesma que as criticava pela ignorância. Mas assumindo, como se assumia na época, que era a própria natureza feminina que supostamente impediria o pleno usufruto da razão, faria sentido culpabilizar as mulheres por isso? Não seria antes responsabilidade do próprio Criador? E se decisão de Deus, não deveriam os homens limitar-se a aceitá-la? A verdade é que as críticas à ignorância feminina surgem sobretudo como reflexo de um ego masculino que se procura afirmar como superior em todas as circunstâncias, assim como de puro criticismo e preconceito gratuitos dirigidos às mulheres. Veja-se um exemplo claro no *Espelho Crítico* que assume contornos anedóticos e grosseiros e que procura, acima de tudo, entreter o público masculino:

“Perguntado em certa occasiã hum Cavalheiro Portuguez, a que poderia chegar o juízo de huma mulher; respondeo, que a arrumar hum baul de roupa: e succedendo em huma tarde ter huma politica conversação com huma Senhora, a quem as mais veneravão por Oraculo da eloquencia, finda a conversa, perguntou-lhe a dita Senhora com vangloria, e jactancia: Ora diga-me Vossa Senhoria, que conceito he o que tem feito do meu juízo, pois me consta dizer Vossa Senhoria, que o mais a que póde chegar huma mulher de muita discrição, he a arrumar bem hum baul de roupa? Assim he, Senhora, (respondeo o Cavalheiro) que he ao que pode chegar o juízo de qualquer mulher, que não for o vosso; porém o vosso he tal, que pode seguramente arrumar dous baús de roupa. Este era o conceito, que este nobre, e discreto Cavalheiro fazia do juízo da mais discreta mulher; que, por ser feito em outro tempo diverso do prezente, estou seguro que agora nem a tanto já podem chegar; que se atarem bem hum cargo de roupa, não fazem pouco.”²⁷⁵.

Ainda a este respeito não podemos deixar de citar um fragmento da resposta de Gertrudes Margarida de Jesus ao *Espelho Crítico*, em relação às acusações do autor sobre a ignorância das mulheres:

²⁷³ DELUMEAU, Jean – *História do medo no Ocidente...*, p. 332.

²⁷⁴ *Idem*, p. 317.

²⁷⁵ DEZENGANO, Amador do - *Espelho critico...*, p. 6.

“Não quero (Caríssimo Irmaõ) lembrar a V. C. a nenhuma frequencia, que as mulheres tem das Cortes, das Aulas, e das Universidades, que he aonde se avultaõ as letras, e apuraõ, os engenhos, cousa que sendo aos homens taõ frequente, he raríssimo aquelle que admira. De mil, que frequentaõ as Aulas, e as Universidades apenas se encontra hum, ou outro, que faça admiração aos mais; quando certamente me persuado, que se ás mulheres fosse permittida essa liberdade, seria a mayor parte dellas sapientíssimas; pois vemos terem havido muitas de taõ alta comprehençãõ, e engenho, que ainda sem Mestres, e sem exercicio, tem feito admiráveis progressos, assim nas letras, como nas manufacturas. E para que senaõ duvide deste acerto, eu exponho algumas, entre as muitas, que podem abonar esta verdade.”²⁷⁶.

Ao excerto transcrito segue-se, no documento original, a enumeração de seis mulheres distintas pelos seus feitos. De facto, as acusações constantes levam-nos a perguntar como reagiam os homens sempre que eram confrontados com as inegáveis e distintas capacidades intelectuais de uma mulher. Apresentamos as opiniões de vários deles – Cristóvão de Almeida (1620-1679) elogia D. Inácia da Silva nos seguintes termos “Era flor na discrição, era flor na formosura, era flor na nobreza e era flor na virtude (...) huma alma de hum varão, que informava o corpo de huma mulher”²⁷⁷; Almeida Garrett (1799-1854) afirma que a mulher, que abandona a “domesticidade e o recato”, “deixa de ser mãe, para que a natureza a formou; é erudita, é autora, é estadista, é tudo menos *mulher*”²⁷⁸; para Carl Gustav Jung (1875-1961), “A mulher é incapaz de superioridade moral, ou a mulher culta o é porque adquiriu caracteres masculinos”²⁷⁹. Considerava-se que a distinção pela cultura apenas era possível aos homens e, portanto, se uma mulher se destacasse neste campo estaríamos perante uma “alma de varão”. Note-se que a cultura e o saber eram formas de poder. A mulher culta é consciente e portanto mais facilmente poderá contestar a sua situação de submissão. Veja-se, a este respeito, as considerações de Annelise Maugue:

“Raciocinando a partir do seu modelo próprio e da sua experiência própria, os homens parecem nunca dissociar a afirmação do eu do domínio do outro. Se a mulher resolve não continuar a suportar o poder, então, necessariamente, é porque aspira a exercê-lo. Quando, em *Credores*, Tekla, em lugar de se limitar a ouvir com devoção as lições de gramática do seu cônjuge, se aproveita delas para escrever melhor e acrescentar o seu talento de romancista, o marido, indica-o Strindberg ingenuamente, esquece a gramática: a partilha do saber é impossível, porque é impossível a partilha do poder que

²⁷⁶ JESUS, Gertrudes Margarida de – *Primeira carta apologetica, em favor, e defesa das mulheres*. Lisboa: Officina de Francisco Borges de Sousa, 1761, p. 8.

²⁷⁷ Citado a partir de LOPES, Maria Antónia – “Estereótipos de “a mulher” em Portugal...”, p. 36.

²⁷⁸ Citado a partir de LOPES, Maria Antónia – “Estereótipos de “a mulher” em Portugal...”, p. 44.

²⁷⁹ Citado a partir de PEIXOTO, José Carlos Gonçalves – “A Educação feminina em D. Frei Caetano Brandão”. In *Itinerarium, Revista Quadrimestral de Cultura*, ano XXXVIII, nº 143-144, maio-dezembro, Lisboa: Franciscanos de Portugal, 1992, p. 308.

ele confere. E que acontece quando a nova Eva, levando o seu «canibalismo» ao extremo, consegue efectivamente dominar em um qualquer campo? Ela torna-se um homem, respondem os nossos escritores, confirmando assim com uma grande candura que o poder constitui realmente a essência da masculinidade.”²⁸⁰.

Em termos intelectuais temos portanto em simultâneo no séc. XVIII preconceitos que datam de um passado mais recuado acerca das incapacidades naturais femininas, devido à sua natureza, mas também uma consciência crescente que associa a cultura ao poder e, portanto, como uma potencial ameaça ao sistema patriarcal dominante. Apercebemo-nos assim que os autores antigos eram evocados para sustentar que o ensino universitário, por exemplo, estivesse vedado às mulheres porque estas seriam incapazes de aprender, mas na realidade os motivos que verdadeiramente ditavam estas proibições estavam ligados à ameaça que a mulher culta poderia representar para as relações de poder existentes. No entanto, as ciências foram-se afirmando nos programas de ensino das meninas com o avançar do século XVIII. O *Thesouro de meninas* de Madame Leprince, a título de exemplo, possui já lições de Geografia, História Sagrada e Profana, Física, entre outras.

A educação feminina deveria então passar sobretudo por uma formação pessoal, com a função prática de educação dos filhos. Assim defendiam os pensadores portugueses que advogavam uma formação mais cuidada das raparigas, como são os casos dos já referidos Luís António Verney e António Ribeiro Sanches.

Para os rapazes, sobretudo os que pertenciam aos grupos sociais mais destacadas, a formação intelectual era fundamental. A associação entre cultura e masculinidade é tal que D. Luís de Sousa Botelho Mourão, ao elogiar os progressos na educação do filho, afirma que “um homem ignorante é o mesmo que um homem morto, o que não existe”²⁸¹. É no entanto importante referir que, apesar de a cultura estar associada à masculinidade, nem todos lhes tinham igual acesso. Assim, quando falamos em formação intelectual, esta recai apenas naqueles cuja situação económica lhes permitia a aplicação às letras. Este seria aliás o propósito de uma literatura emergente que, segundo Rómulo de Carvalho,

²⁸⁰ MAUGUE, Annelise – “A nova Eva e o velho Adão: identidades sexuais em crise”. In *História das Mulheres*. DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.) Vol. 4: O Século XIX. FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (coord.), Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 594-595.

²⁸¹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo Nem a Distância...*, p. 127.

“procurava entusiasma-la [a nobreza] a enveredar pelo caminho da aplicação ao estudo, convencendo-a que era a ela, e não a qualquer outra classe de homens, que competia essa aplicação. Seria seu dever (assim se procurava sugerir) distinguirem-se os nobres pela cultura do espírito pois já para isso Deus lhes proporcionara o desafogo económico.”²⁸².

Saliente-se ainda que, da mesma forma que se temia que a mulher culta pudesse usurpar o poder masculino, era também necessário garantir que os homens possuíam a cultura que o garantia. Assume assim uma dupla função de afirmar a masculinidade mas também de garantir o domínio e o poder que lhe estão associados.

A educação dos mais pobres passaria assim sobretudo por uma formação pessoal, sem destaque para a vertente intelectual. Neste aspeto podemos considerar que as diferenças de género eram menos acentuadas entre os grupos sociais mais carenciados, tal como acontecia noutros campos. As diferenças surgiam nas tarefas exclusivamente desempenhadas por mulheres, como a costura, os bordados e a limpeza. Poderá estar aqui a origem do estigma social que durante séculos recaiu com especial força sobre os homens que desempenhavam estas tarefas? Afinal, apercebemo-nos que apesar do conteúdo de muitos textos da época apontar para um cenário que coloca a mulher em casa e o homem no campo, as mulheres desempenharam desde sempre tarefas no exterior. Na prática, quem vivia estas realidades diariamente, estava habituado a ver as mulheres desempenharem papéis considerados masculinos pelos autores setecentistas. Mas a vida privada escondia dos olhos públicos as tarefas desempenhadas portas adentro, o que impedia esse “hábito” baseado na experiência empírica. Da mesma forma que a realidade prática nos mostra cenários bastante distintos dos descritos pelos moralistas na vida pública, podemos perguntar até que ponto os homens não desempenhariam tarefas “femininas” na vida privada. A conotação que estava atribuída a estas tarefas levaria certamente a que desempenhá-las não fosse motivo de orgulho entre pares e que se procurasse mantê-las em segredo. Ora o secretismo aliado ao difícil acesso à vida privada leva a que todas estas hipóteses não passem de especulações, até ao momento sem sustentação de fontes. Não impede no entanto que possamos questionar se este secretismo em torno das “atividades femininas”, tipicamente domésticas, possa ter levado à criação de estereótipos que excluem delas os homens – ainda que estes as possam ter desempenhado longe dos

²⁸² CARVALHO, Rómulo – *História da Fundação do Colégio Real dos Nobres...*, p. 23.

olhares recriminatórios do público, o que impediu que este se habituasse a encarar estas tarefas com naturalidade.

Em suma, a formação intelectual estava sobretudo associada aos rapazes dos estratos sociais mais elevados, sendo esta encarada como uma forma de poder e domínio. As raparigas dos mesmos estratos apenas tinham acesso à cultura caso os pais optassem por contratar mestres especializados ou, em alternativa, aprenderem por auto recreação. A formação pessoal passava por ensinamentos fundamentais a indivíduos capazes de desempenhar o seu papel na sociedade, garantindo a boa convivência entre todos. A honestidade e moderação, assim como a devoção a Deus, eram qualidades transversais a géneros e grupos sociais. Outras características da formação pessoal eram mais específicas, como a aprendizagem de um ofício herdado do pai para os rapazes ou aprender a costurar para todas as raparigas. Concluímos que a formação das crianças tem não só uma vertente prática como reproduz também preconceitos antigos, garantindo a reprodução de relações de poder previamente estabelecidas.

2. Influências

Em determinado passo das *Aventuras*, Telémaco desabafa exasperado “Ó infelicidade! ó Deozes! para que permittis que os homens passem por esta idade, em que tudo he desordem, e loucura!”²⁸³. De facto, estas são idades de inexperiência em que o contato com figuras modelares se torna particularmente importante na formação individual. Exploraremos, de seguida, algumas delas.

a) Pais e Mães

De entre todos os contactos e influências que a criança irá receber ao longo da sua vida, a relação primordial com a mãe faz desta um elemento chave na existência da larga maioria dos mais pequenos. Num mundo que procurava acentuar a divisão de espaços e papéis entre homens e mulheres, a maternidade era considerada um domínio que pertencia ao feminino desde a origem dos tempos, relação determinada pela própria natureza. O séc. XVIII, com a valorização da criança enquanto individualidade distinta do adulto, viria a reforçar esta associação da maternidade às mulheres.

²⁸³ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I..., p. 115.

O contacto inicial com a progenitora poderia ser no entanto de duração distinta, consoante diversos fatores que determinavam o destino da criança em função, por exemplo, do grupo social em que nascia. Isto porque a amamentação, prática que naturalmente se deveria seguir à gestação mas que as mentalidades da época não encaravam com o mesmo à-vontade com que associavam a maternidade às funções femininas, não era praticada em todos os estratos sociais. Se as camponesas amamentavam os seus filhos, o mesmo não acontecia com as mulheres que tendo algumas posses, preferiam abdicar desta função. Os motivos que justificavam a prática eram diversos. Inicialmente estava ligada ao desejo de recuperar a fertilidade mais rapidamente entre as camadas nobres mas, ao ser praticada sobretudo entre as elites, acabou por ganhar também uma conotação social que levava outros estratos sociais em processo de ascensão a replicar estes comportamentos. Nos grupos populares urbanos, era o trabalho das mulheres que as obrigava a entregar os filhos a criar a quem, naturalmente, pagavam menos do que aquilo que elas próprias auferiam. Note-se, no entanto, que ao longo do séc. XVIII vários foram os autores que procuraram argumentar a favor de serem as próprias mães a amamentar os filhos. Mesmo num assunto tão intrinsecamente feminino pela sua natureza, vários homens das mais diversas áreas de estudo – visto que este assunto foi discutido muito além do meio médico – procuravam convencer as senhoras sobre o melhor método de criar os filhos. Um domínio masculino que se procurava impor muito além do espaço doméstico.

A verdade é que é neste ponto da amamentação que se iniciam desde logo as influências que as crianças recebiam da progenitora ou da mulher que as amamentava. O leite, essencial à nutrição dos pequenos, transmitiria segundo a mentalidade da época não apenas o sustento do corpo mas também o sustento da alma. Dizia Alexandre de Gusmão que “nam he menos poderoso o leite do peito para mudar a natureza” e acrescenta que “imitarám as qualidades do leite das amas mais que o sangue das mãys”²⁸⁴. Apesar deste ser o argumento frequentemente usado por aqueles que defendiam a necessidade das mães amamentarem os próprios filhos, mesmo aqueles que optavam por encarregar uma ama da tarefa tinham sobre este aspeto especial cuidado. Antes do nascimento do primogénito, D. Leonor de Portugal encarregou-se ela própria de procurar uma ama cujas características correspondessem às necessidades do estatuto

²⁸⁴ GUSMÃO, Alexandre de – *Arte de crear bem os filhos...*, p. 181.

do seu filho. Quando não consegue encontrar no Porto nenhuma mulher apta para a tarefa, recorda ao marido algumas recomendações quando este fica encarregado de continuar a busca – “não se esqueça da ama que não tenha nada nem de judia nem de mulata que é muito preciso estas circunstâncias e desculpe tudo isto lembrando-se do rifão das velhas: quem não quer ser lobo não traz à vista o pêlo”²⁸⁵.

É certo que estas questões relativas ao leite não se traduziam em distinções consoante a criança fosse menino ou menina. Esperava-se que, independentemente do género, começasse desde logo a receber influências positivas para o futuro. Mas também é certo que esta associação entre amamentação e transmissão de “boas inclinações” para os pequenos seria uma questão sobretudo feminina. Os homens não amamentavam e, por isso, não tinham de se preocupar com as influências que o seu procedimento poderia transmitir logo desde a primeira infância às crianças através do seu sustento. Não que os pais não desempenhassem um papel absolutamente fundamental na educação, mas estas preocupações estavam sobretudo ligadas aos exemplos de comportamento, e não a uma questão biológica. O que não deixa, aliás, de ser curioso.

Até aos finais do séc. XVIII, a ciência aristotélica dominante atribuía ao homem o papel ativo na geração e à mulher a mera função de recetáculo²⁸⁶. Não deixa por isso de ser surpreendente que o papel do pai, supostamente o único elemento com verdadeira intervenção direta na natureza do filho, tenha um papel secundário enquanto influência na sua natureza. Os pedagogos encarregam-nos dos exemplos pelo bom procedimento, mas não de uma verdadeira influência no sangue. Estas teorias acerca da geração começariam a ser mais abertamente contestadas no séc. XVIII, com o surgimento de outras que sugeriam exatamente o contrário em termos de papéis desempenhados na fecundação. Francisco Mello Franco refere que Bonnet teria sugerido que “o feto já preexiste ou no ovo, ou nos ovários da mãe, e que só espera a fecundação do macho, para se desenvolverem as suas partes”²⁸⁷. Na realidade, Bonnet não terá sido o pioneiro desta teoria, mas sim um dos seus defensores. Nos inícios do séc. XVII já William Harvey, mais famoso pela descoberta da circulação sanguínea, formulara duas hipóteses

²⁸⁵ BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo Nem a Distância...*, p. 67.

²⁸⁶ DELUMEAU, Jean – *História do medo no Ocidente...*, p. 317.

²⁸⁷ FRANCO, Francisco de Mello – *Tratado da educação física dos meninos...*, p. 2.

explicativas para a formação do feto – ou o ser já pré-existiria no ovo plenamente formado e a fecundação seria responsável simplesmente por fazê-lo crescer ou, existindo previamente amorfo, o espermatozoide seria o responsável por dar-lhe forma. No entanto, Harvey reconhecia que a observação empírica que permitira a demonstração científica da circulação não lhe poderia valer para comprovar alguma das suas hipóteses neste campo, pelo que se mostrava aberto à possibilidade das suas teorias virem a ser rejeitadas futuramente²⁸⁸. A partir das duas hipóteses, Bonnet surge como um dos que defendiam a teoria da pré-formação no ovo. Mas esta era ainda uma teoria que não tinha suficiente sustentação científica e porque contrariava as formulações de Aristóteles que até então tinham sido aceites como certas, era ainda encarada com relutância pelos cientistas de então. Entre eles conta-se o próprio Francisco de Mello Franco, que se mostrava hesitante em aceitar “que o sémen prolífico do macho só sirva de estímulo ao feto já delineado”²⁸⁹. É certo que a falta de sustentação científica era apontada como a principal razão para a rejeição desta teoria, mas não podemos deixar de nos questionar até que ponto esta comunidade científica, ainda muito vinculada a conceitos antigos, não estaria também relutante em aceitar que o macho representaria afinal um papel secundário na reprodução, ao contrário do que fora indiscutível até então.

Mas regressemos às mães e às influências do universo feminino na formação dos pequenos. Como vimos, nem todas as mães amamentavam e, por isso, nem sempre eram as únicas a contactar com os filhos. Algumas das que contratavam amas para desempenharem essa tarefa de sustento dos pequenos tinham a possibilidade de as alojar em suas casas e, portanto, podiam manter o contato com as crianças. Outras, por outro lado, enviavam os filhos para casa das amas que os criavam como se fossem seus até à idade da independência neste aspeto. Atentemos exclusivamente nos primeiros casos, em que a mãe ou amamentava ela própria ou tinha condições de manter contacto diário com os filhos em casa.

Era este primeiro contacto constante das crianças com o mundo feminino, independentemente do género, que dava às mães uma importância fundamental na educação dos filhos. Segundo Gusmão, “os filhos, em quanto sam mininos tomam

²⁸⁸ DONALDSON, IML – “William Harvey’s other book: *Exercitationes de generatione animalium*”. In *J R Coll Physicians Edinb*, Edimburgo: Royal College of Physicians of Edinburgh, 2009, p. 188.

²⁸⁹ FRANCO, Francisco de Mello – *Tratado da educação fysica dos meninos...*, p. 2.

melhor, & tem por Evangelho as palavras de suas mãys” e, por isso, na “tenra idade estão dispostos os ânimos dos mininos como a terra virgem para quanto as mãys lhes plantarem”²⁹⁰. Daí que muitos dos defensores da necessidade de educar as mulheres argumentassem precisamente com recurso a este papel primordial da mãe enquanto influência para os filhos – “as mães e o sexo feminino são os primeiros mestres do nosso”²⁹¹, recordava Ribeiro Sanches aos seus leitores.

Apesar das influências fundamentais das mães na educação das meninas, a possível “afeminação” era um medo constante dos pedagogos em relação aos rapazes. Pina e Proença é um dos que está especialmente preocupado com essa possibilidade, daí a sua recomendação de retirar os pequenos o mais cedo possível da influência da família feminina, não só de sangue mas também das criadas, segundo o conceito alargado da época²⁹². No entanto, as influências perniciosas também podiam ser devidas à ignorância das amas e das próprias mães, caso não fossem educadas – “Aqueles ideias que nos dão as amas são destrutivas de tudo o que devemos crer e obrar: ficam aquelas crianças expostas ao ensino de mulheres ignorantes, supersticiosas”²⁹³.

O pai surgia então como modelo de autoridade, com um papel mais ligado à correção do que o da mãe. Assim o afirma Alexandre de Gusmão, ao defender que “depois de chegarem á idade juvenil, mais necessitam da disciplina, & correçam do pay, a qual será muito suave, se na puerícia forem bem dispostos pelas mãys”²⁹⁴. Num capítulo dedicado à necessidade dos castigos o autor reforça esta responsabilidade, dada a natureza de um amor “mais tenro” das mães que fazia com que lhes fosse mais fácil perdoarem os filhos e, assim, correr o risco de deixar as más ações passarem sem repreensão. D. Luís de Sousa Botelho Mourão, mesmo distante do filho, tenta desempenhar a sua função através das cartas que escreve à mãe do pequeno José Maria – “Estimo muito as notícias do menino, mas não dê que faça essas maldades – velhaco – se lá estivera açoitava-o, dar em uma senhora. Diga-lhe que o Pai o manda repreender muito, mas que lhe lanço a minha bênção”²⁹⁵. Este modelo de autoridade diferenciado

²⁹⁰ GUSMÃO, Alexandre de – *Arte de crear bem os filhos...*, p. 80.

²⁹¹ SANCHES, António Ribeiro – *Cartas sobre a educação da mocidade...*, p. 190.

²⁹² PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de – *Apontamentos para a educação...*, p. 202.

²⁹³ SANCHES, António Ribeiro – *Cartas sobre a educação da mocidade...*, p. 190.

²⁹⁴ GUSMÃO, Alexandre de – *Arte de crear bem os filhos...*, p. 81.

²⁹⁵ BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo Nem a Distância...*, p. 139.

nas funções educativas da mãe e do pai acabava por transmitir aos pequenos uma divisão de papéis dentro da família que se estenderia depois ao mundo exterior. A figura feminina, mais tolerante e compreensiva, contrastaria com a autoridade máxima da masculina, que impunha por vezes com violência a sua vontade.

Em relação a esta questão da violência nos castigos refiram-se os resultados do trabalho de António Ferreira Gomes²⁹⁶, que procurou comparar três tratados relativos à educação datados dos finais do séc. XVII: *A Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* de Alexandre de Gusmão (1685), *De l'éducation des filles* de François Fénelon (1687) e *Some thoughts concerning education* de John Locke (1693). Provenientes de distintos países e contextos, a verdade é que traduzem uma progressiva suavização dos castigos, com o objetivo de diminuir a vertente física para privilegiarem um apelo à razão e ao reconhecimento dos próprios erros de forma consciente e reflexiva. Um sinal da mudança dos tempos e de um avanço no sentido de um maior reconhecimento da dignidade e das capacidades da pessoa humana.

Para além da função de corrigir os comportamentos, os pais tinham ainda a responsabilidade de dar bons exemplos, sobretudo para os filhos rapazes. Para estes, a presença do pai revelava-se fundamental para que também eles soubessem desempenhar o papel de homens de valor na vida pública. Não surpreendem, portanto, os constantes apelos de D. Leonor de Portugal para que o marido regresse a Portugal – “olho para os nossos filhos e os vejo grandes e por isso necessitados de um Pai”²⁹⁷; “já me não atrevo a viver sem a sua companhia e vejo que também a necessita José que tem catorze anos ainda que não tem mostrado [...]. Sempre é já um homem, e necessita do respeito do Pai”²⁹⁸.

Na continuidade destas atitudes exemplares por parte dos pais como modelos a seguir pelos filhos, refira-se ainda o caso de Telémaco e a forma como este herói tem permanentemente a imagem do pai em mente como incentivo para as suas ações valerosas. Esta recordação da necessidade de obrar segundo os exemplos do pai era,

²⁹⁶ FERREIRA, António Gomes – “Três propostas pedagógicas de finais de seiscentos: Gusmão, Fénelon e Locke”. In *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano XXII, Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 1988, pp. 267-292.

²⁹⁷ BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo Nem a Distância...*, p. 323.

²⁹⁸ *Idem*, p. 344.

aliás, parte das funções do seu mestre, que o incentiva constantemente a esta emulação das ações do herói da *Odisseia* – “Filho do sabio Ulysses, he preciso, para que sejas tão grande como elle, que o imites na paciencia”²⁹⁹.

Em suma, concluímos que tanto os pais como as mães tinham certas obrigações que eram transversais para com filhos e filhas, independentemente do género, mas que a formação distinta de homens e mulheres obrigava a que certas funções fossem exclusivas dos pais para com os rapazes e das mães para com as raparigas. Concluímos ainda que a transmissão das qualidades morais através do leite e a influência primordial das mães sobre os filhos eram das justificações mais frequentemente apresentadas para sustentar a necessidade de uma formação cuidada das mulheres.

b) Mestres e Mestras

Apesar da reconhecida importância dos pais na educação dos filhos, estes não eram os únicos intervenientes relevantes na formação dos espíritos. Analisemos de seguida alguns aspetos relativos a mestres, aios e outros profissionais com responsabilidades imediatas na formação dos mais pequenos.

Ainda que dedique a maior parte da sua obra aos conselhos direcionados aos pais sobre a educação dos filhos, Alexandre de Gusmão reconhece relativamente aos mestres que

“he licito, & por muitas razoes entregalos a outros mestres, para que os criem com o leite da doutrina. Este he estilo de todas as naçoens, & que totalmente se deve seguir; o que importa he a boa escolha do mestre, que os haja de ensinar; porque assim como na boa eleição da ama está grande parte da boa creação do filho, em quanto á vida do corpo; assim na boa escolha de mestre, em quanto à vida do espirito, está grande parte da boa educação dos mininos”³⁰⁰.

Isto porque o papel destas figuras se revela crucial na formação dos ânimos dos discípulos. Após ser eleito o mais apto para reinar em Creta e de recusar a honra, Telémaco sugere que Mentor ocupe o seu lugar, referindo-se a este nos seguintes termos – “Conheço (lhe respondi eu logo) hum homem, ao qual devo tudo o que achais em mim de estimavel”³⁰¹. Mas também Sensata, a mais distinta das discípulas de Bonna, diz

²⁹⁹ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I..., p. 44.

³⁰⁰ GUSMÃO, Alexandre de – *Arte de crear bem os filhos...*, p. 294.

³⁰¹ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I..., p. 163.

dever-lhe todo o seu bom procedimento – “eu só creio que se sou comedida, o devo á minha aia”³⁰².

Reconhecida a importância destas figuras, centremos a nossa atenção nas questões de género neste contexto. Seriam os ensinamentos transmitidos pelas mulheres e pelos homens distintos? Podiam os homens ensinar as meninas? E poderiam os meninos ter também mestras ou estariam apenas restringidos aos mestres?

Verificamos uma maior especialização da parte dos mestres, que tanto podiam desempenhar funções educativas mais generalistas – como é o caso do mestre William Beligg, que se responsabilizava por acolher em Lisboa os meninos das famílias distintas e aos quais ensinava matérias diversas³⁰³ - como poderiam ser mais especializados, como é o caso dos que ensinavam no Colégio dos Nobres de Lisboa, onde cada um possuía a sua área de especialidade. As mestras e aias tendiam a ser mais generalistas, ensinando desde as tarefas ligadas à feminilidade como coser e bordar a, nos finais do séc. XVIII, conhecimentos de História Natural e Sagrada, Física, Geografia, entre outras matérias científicas.

Diferentes eram também os alunos destes profissionais. Em relação aos aios, note-se que ao defender uma separação entre filhos e mães aos 4 anos, Pina e Proença recomenda que o menino “tome Ayo”³⁰⁴ e não aia. Bonna, que ensina as meninas no livro de Madame Leprince, é aia de Sensata. Há, portanto, uma separação de género quando se trata de aios e aias quando estamos perante uma menina ou um menino. E quanto aos mestres?

Verificamos que os meninos tendem a ser ensinados por homens e as meninas por mulheres. Mas há exceções. Sobretudo a partir da segunda metade do séc. XVIII, quando a educação feminina já é vista como recomendável e necessária, os mestres generalistas e especializados começam a desempenhar um papel na formação das filhas dos aristocratas. É o caso da pequena Babiolla que, frustrada com as lições, reclama do Mestre de Geografia porque a “aborrece por morte”³⁰⁵.

³⁰² BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas...*, p. 11.

³⁰³ BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo Nem a Distância...*, p. 351.

³⁰⁴ PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de – *Apontamentos para a educação...*, p. 201.

³⁰⁵ BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas...*, p. 3.

A mesma naturalidade não existia quando falamos de mulheres que ensinam rapazes. Era considerado indecente que uma mulher ensinasse um homem, independentemente da idade deste. Os motivos vamos encontra-los em proibições de S. Paulo e no próprio direito canónico. Quanto ao primeiro, diz o autor “Não permito que a mulher ensine ou domine o homem”³⁰⁶ e, no segundo caso, “qualquer mulher, ainda que douta, não deve ensinar em reunião de homens”³⁰⁷. Não surpreende por isso que seja raríssimo encontrar uma mulher que ensina um rapaz, apesar de não ser impossível.

Vejamos o caso já tão citado de Telémaco e a figura do Mentor, grande exemplo a ser seguido pelo jovem. Mas a verdade é que por baixo da “pobreza, e simplicidade de seus vestidos, da sua modesta continencia, do seu silencio quazi continuo, e de seu modo severo, e retirado”³⁰⁸ encontramos nada mais nada menos que a própria Minerva, deusa da sabedoria. De facto, esta deusa pagã reunia características louváveis para a formação de um jovem herdeiro do trono de Ítaca. Não só é fonte de sabedoria como é também a deusa da guerra justa, que pede o diálogo antes de qualquer impulso guerreiro desenfreado que coloque a busca de glória à frente da prudência. Uma mulher sábia, justa e guerreira surpreenderia certamente as mentalidades da época, que construíram a imagem do feminino em torno de características bastante distintas destas. Mas quando Fénelon escreveu a sua obra situando-a num contexto da Antiguidade, as características de Minerva e a sua associação à história de Ulisses não passou despercebida. Ela era uma figura perfeita para servir de modelo à formação de Telémaco... mas era uma mulher. E ainda que fosse uma divindade, a sua natureza feminina não combinava com o perfil de tutoria que se tinha por aconselhável no séc. XVIII. A metamorfose da deusa numa figura masculina e idosa correspondia assim às necessidades do autor e da época.

A verdade é que mesmo nos momentos em que Minerva surge sem o disfarce de Mentor, assume características não só coincidentes com o modelo exemplar feminino da época, como também algumas que são já traços do modelo masculino. Como se o autor quisesse justificar a opção de dar a uma mulher, ainda que disfarçada, a responsabilidade de educar um herói, salienta ainda as diferenças entre Minerva e

³⁰⁶ Citado a partir de HESPANHA, António Manuel – “O estatuto jurídico da mulher...”, p. 7.

³⁰⁷ Citado a partir de HESPANHA, António Manuel – “O estatuto jurídico da mulher...”, p. 8.

³⁰⁸ FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomo I..., p. 163-164.

Vénus que, como vimos em capítulos anteriores, surge a representar a natureza feminina com frequência:

“quando de repente appareceo Minerva a amparar-me com o seu escudo, do penetrante golpe. Não tinha o rosto desta Deoza aquella belleza afeminada, e aquelle amorozo desdem que eu tinha observado no semblante de Venus. Era pelo contrario de huma belleza simplez, modesta, e sem adorno; toda era grave, vigorosa, nobre, e cheia de forsa, e magestade.”³⁰⁹.

Mas Fénelon não foi o único que se viu perante o dilema de ter uma figura feminina que desempenharia o papel perfeito na sua história mas que tinha também a limitação de género como um entrave. Na história do Príncipe Amado, uma mágica surge concedendo desejos a uma Rainha que acabara de ter um filho. A associação da mulher à magia e à feitiçaria leva a que todas as “mágicas” das histórias de Bonna sejam mulheres. Só que neste caso, a Rainha pede à mágica que o filho seja virtuoso e, perante a explicação de que a virtude não pode ser concedida nem por magia se o indivíduo não quiser obrar bem por si próprio, a mágica propõe orientar o pequeno ao longo da vida no caminho do bem. Só que não o faz por si própria. Oferece-lhe antes um anel que teria a função de lhe picar o dedo sempre que obrasse mal, na esperança de o corrigir³¹⁰. Estamos perante uma situação em que, podendo uma mágica ser a própria mestra do jovem príncipe, considera-se preferível de uma forma subentendida que este seja antes educado por um objeto do que por uma mulher.

Em suma, as relações entre mestres e discípulos variavam consoante o género como forma de garantir que os preconceitos sociais se mantinham mesmo na formação pessoal e intelectual dos jovens. As relações de dominação entre homem e mulher poderiam prolongar-se sob a forma de mestre e discípulas, mas uma mulher não deveria ocupar uma posição de domínio nem mesmo se os homens envolvidos fossem ainda rapazes e a mulher fosse efetivamente mais douta que estes. Quão significativas não seriam estas mensagens de dominação e controlo para a formação destes meninos desde a mais tenra idade?

³⁰⁹ *Idem*, p. 107-108.

³¹⁰ BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas...*, p. 16-42.

c) Outros

Para além das influências de pais e educadores, as crianças estavam ainda sujeitas ao contacto com uma série de outras personalidades cuja enumeração exaustiva não seria possível num trabalho desta natureza. Optámos, por isso, por restringir esta análise adicional às outras crianças que rodeavam os pequenos e aos criados, reproduzindo o conceito alargado de família moderna.

As crianças, no seu desenvolvimento pessoal e cognitivo, necessitam de brincar com outras crianças. Esta conclusão, hoje largamente aceite, era também uma necessidade reconhecida pelos pais e educadores do séc. XVIII. Os colégios tinham preocupações nesse sentido, ao destinarem períodos do dia específicos para as brincadeiras e o lazer. No entanto, os esforços empreendidos na boa educação dos pequenos poderiam revelar-se em vão caso estas companhias se revelassem perniciosas. D. Luís de Sousa Botelho Mourão sabia reconhecer o perigo das convivências na formação do seu filho, o que o leva a exclamar com alívio – “ele já vai acompanhando mais com os primos, e deixando de parte os tais bandalhos de que sempre gostou muito”³¹¹.

As preocupações com as escolhas das companhias surgem como precauções transversais aos diversos pedagogos. Martinho de Mendonça reconhece a importância da convivência e do estímulo à competitividade saudável que esta tinha nos pequenos rapazes e por isso recomenda que se convidem filhos de pais “limpos e virtuosos” para companhia das crianças – “servirão de divertimento a seus filhos, que na competência, e desejo de se avantajarem, encontrarão fortes impulsos, e naturaes incentivos para a aplicação, e estudo”³¹². Também Bonna, cujas lições eram destinadas a um grupo de meninas, deixa as mesmas recomendações – “Deveis pois, meninas, buscar a amizade das Senhoras vossas iguaes, que forem boas, caritativas, obedientes, e fugir, como de hum perigo, da companhia daquellas, que vos derem máo exemplo”³¹³.

Mas centremos a nossa atenção nas diferenças de género, deixando por agora os pontos comuns a meninos e meninas. A verdade é que mesmo em ambientes cuja

³¹¹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo Nem a Distância...*, p. 417.

³¹² PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de – *Apontamentos para a educação...*, p. 141.

³¹³ BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas...*, p. 175-176.

separação de género não se impunha pela natureza das instituições, como é o caso dos colégios da época, ainda assim existia uma separação entre rapazes e raparigas nos ambientes domésticos, onde em princípio se esperaria poder haver um maior contacto indiferenciado.

O profundo orgulho que D. Leonor de Portugal sentia pelo filho mais velho torna-se ainda mais evidente quando o pequeno recebe um reconhecimento especial, que a senhora de Mateus tem o cuidado de explicar por carta ao marido – “José tem a fortuna de ser aceite com mais seis para ir divertir o Príncipe, isso só a madrinha lhe podia dar porque o mundo não pode o ver melhor dito, brilha nesta ideia como em todas o juízo do Senhor Conde, uns meninos criados com o seu príncipe além da obrigação de vê-la lá darão mil vidas se as tiverem pelo seu príncipe que dizem é galantíssimo”³¹⁴. Alguns meses depois reforça a importância e exclusividade do privilégio do filho – “são só nove os que o vão divertir, há dias em que são quatro mas o certo são dois, também me disse ontem que agora só dois iam”³¹⁵. Um conjunto de meninos provenientes das famílias mais destacadas do reino eram aqueles que tinham a honra de brincar com o Príncipe da Beira que teria à época cerca de 7 anos, dois anos mais novo que o próprio José Maria. Aluno aplicado do Colégio dos Nobres e aprendiz atento dos melhores mestres lisboetas, o herdeiro do morgado de Mateus seria certamente uma companhia exemplar para o príncipe, juntamente com outros rapazes.

Mas também as princesas se rodeavam de outras meninas. No seu *Dialogo de Joam de Barros com dous filhos, seus, sobre preceptos moraes, em modo de jogo*, João de Barros (1496-1570) afirma que a filha deverá prestar especial atenção às suas palavras, dada a sua função de entreter a infanta:

“A qual arte e jogo, tu Caterina ás de apresentar á iffante dona Maria nossa senhora: pera que quando for desocupada da verdadeira filosofia Christãa perque estuda, que sam os autos e obras da Raynha sua madre, como por passatempo mande ante si jugar este jogo. E esta é e causa porque disse que a ti convinha andar bem destra nelle: pois as de dar razam assi da theorica como da pratica.”³¹⁶

³¹⁴ BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo Nem a Distância...*, p. 300.

³¹⁵ *Idem*, p. 320.

³¹⁶ BARROS, João de - *Dialogo de Joam de Barros com dous filhos, seus, sobre preceptos moraes, em modo de jogo*. Lisboa: Lodovicum Rotorigium Typographum, 1540, p. 5.

Estamos possivelmente perante uma das companheiras de brincadeiras de D. Maria Manuela de Portugal, filha de D. João III, que teria à data da publicação da obra cerca de 13 anos. Apesar da distância temporal entre o período em estudo e as recomendações deste pai, o círculo de amigos das meninas mais destacadas socialmente pouco se teria modificado.

Sabemos que o espaço em que Bonna dá as suas aulas é um ambiente doméstico, em casa de Sensata. As sete meninas, com idades entre os 5 e os 13 anos, reuniam-se em casa da amiga para brincar e para aprender com a aia desta. A natureza destas brincadeiras, apesar de pouco focadas, remetem para o universo feminino. No início da obra, as meninas discutem se será digno que continuem a brincar com bonecas, tendo a possibilidade de ocupar o tempo com os estudos. Sensata explica então que apesar de preferir estudar, mantinha as bonecas “para desenfadar as amigas”³¹⁷. Um grupo que, pela sua exclusividade de elementos femininos, transmitia a normalidade da separação de género na aprendizagem.

No que diz respeito aos criados, há que destacar que se inserem aqui as conclusões relativas à preferência por aias para as meninas e aios para os meninos, como concluímos no subcapítulo anterior. Afinal, estes profissionais faziam parte dos criados domésticos das casas para as quais trabalhavam. Mas não seriam os únicos. Ribeiro Sanches apresenta uma sequência cronológica dos primeiros indivíduos que influenciam a formação das crianças:

“Aquelas ideias que nos dão as amas são destrutivas de tudo o que devemos crer e obrar: ficam aquelas crianças expostas ao ensino de mulheres ignorantes, supersticiosas; são os primeiros mestres da língua, dos desejos, dos apetites e das paixões depravadas. Chegou o menino a falar? Já está cercado de duas ou três mulheres, mais ignorantes, mais supersticiosas do que a ama; porque estas são mais velhas, e sabem mais destruir aquela primeira inteligência do menino. Chega a idade de caminhar? Já tem o seu mocinho, ordinariamente escravo; e como foram pelas mães criados por tais amas e velhas, são os terceiros mestres até a idade de seis ou sete anos. E se o mau exemplo do pai e da mãe põe o selo a esta educação, fica o menino embebido nestes detestáveis princípios, que mui dificilmente os melhores mestres podem arrancar aqueles vícios pelo discurso da idade pueril.”³¹⁸

É bastante visível uma predominância de figuras femininas nesta formação desadequada aos mais pequenos, com a ignorância destas a afigurar-se um problema

³¹⁷ BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas...*, p. 8.

³¹⁸ SANCHES, António Ribeiro – *Cartas sobre a educação da mocidade...*, p. 190.

para os ânimos infantis. Não deixa de ser contraditório que a maioria destas mulheres ignorantes, oriundas de grupos sociais fora da aristocracia, fossem também aquelas para as quais o mesmo autor não considerava relevante qualquer tipo de ensino intelectual³¹⁹. Como combater a ignorância quando se nega a estas mulheres a instrução? Destaca-se ainda, para além destes preconceitos de género, os preconceitos ligados aos grupos sociais mais desfavorecidos:

Mas a preocupação em manter os meninos longe das influências femininas iria além das acusações de ignorância das criadas. A partir dos sete anos dava-se a separação dos meninos do universo feminino e surgia a necessidade de garantir que a criança não insistia no contato que mantivera com as mulheres que a criaram até aí. É o caso do já citado Príncipe da Beira, cujos episódios de rebeldia se deviam sobretudo “a sua viveza natural e o hábito, em que se acha de altercar razões e sustentar porfias com as criadas dos quartos, aonde até agora assistia”³²⁰. Se o problema neste caso fosse a ignorância destas mulheres, certamente que o pequeno não teria sido criado por elas. D. José não teria seguramente dificuldade em procurar pelo reino mulheres virtuosas que criassem devidamente o neto que chegou a tencionar nomear como herdeiro direto. O problema destes episódios de rebeldia, além da própria rebeldia em si, estaria ligado sobretudo às influências de um universo feminino do qual o pequeno se deveria desligar para crescer como um homem. Saliente-se ainda que este documento analisado por Maria Beatriz Nizza da Silva data de 7 de dezembro de 1768, poucos meses depois da primeira referência de D. Leonor de Portugal ao privilégio que o filho adquirira de ser admitido entre os poucos que iam divertir o Príncipe. Ao mesmo tempo que se cortavam os laços com a feminilidade, reforçavam-se as influências masculinas na educação do pequeno D. José.

Em suma, privilegiavam-se as companhias femininas para as meninas e companheiros de brincadeiras masculinos para os meninos. Estas influências acabariam por revelar-se uma garantia de que crianças que tinham sido educadas segundo um mesmo modelo de género o reproduziam nas brincadeiras, assegurando uma

³¹⁹ *Idem*, p. 129-132.

³²⁰ Citado a partir de SILVA, Maria Beatriz Nizza da – “A educação de um príncipe no período pombalino”. In *Revista de História das Ideias*, Vol. 4 – Tomo 1, Coimbra: Instituto de História das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1982, p. 382.

continuidade da formação pessoal diferenciada também nos momentos de lazer. Já quanto aos criados, verificamos a prevalência de velhos estigmas. Estes dizem respeito não só a questões de género, que associam a mulher à ignorância, mas também a preconceitos ligados aos grupos sociais mais desfavorecidos, cujo trato se considerava naturalmente rude e indigno de convivência com as crianças dos grupos sociais mais destacados.

3. Colégios e escolas

Idealmente um estudo relacional exigiria dados em igual abundância de ambas as partes que são usadas para comparação. Porém, quando falamos em escolas públicas, a quase absoluta ausência de estabelecimentos femininas torna-se evidente. Poderíamos optar por não referir de todo estas instituições enquanto elementos de formação das crianças em termos de género. No entanto, acreditamos que seja ainda assim relevante referi-los por diversos fatores. Em primeiro lugar, porque há ausências que nos dizem muito. Afinal, o investimento nos estudos menores masculinos na segunda metade do séc. XVIII contrasta com a quase inexistência de escolas públicas femininas por alguma razão. Depois, porque a ausência de escolas ou instituições de ensino feminino não é absoluta, pelo que não deixa de merecer que se teçam algumas considerações acerca das poucas de que dispomos informações. Apesar de tudo, importa salientar desde logo que estes entraves naturais a um estudo comparativo limitam à partida a extensão e profundidade de análise do presente subcapítulo.

A quase inexistência de escolas femininas em Portugal no período em estudo será, em grande parte, consequência das controvérsias acerca da relevância do ensino feminino. Como previamente explicitado em capítulo próprio, demorou algum tempo até que as opiniões favoráveis ao ensino das meninas se impusessem às daqueles que consideravam irrelevantes os esforços empreendidos neste campo. Pelo menos para as crianças cujos pais tinham menos recursos. Evidentemente que entre as famílias mais abastadas bastaria que os pais assim o desejassem para que as meninas recebessem formação em casa por parte de mestres qualificados, ainda que o ensino doméstico – enquanto espaço de aprendizagens e enquanto tipo de ensinamentos, ligados à gestão do lar – tenha prevalecido na maior parte dos casos. As filhas de D. Leonor de Portugal, Maria e Francisca, são educadas em casa da família em Mateus e em casa da avó em

Lisboa, por oposição aos irmãos José Maria e António que passam por três estabelecimentos de ensino diferentes antes de completarem vinte anos.

Igualmente significativas para a demora na implementação das primeiras escolas públicas terão sido as vozes que defendiam uma educação doméstica por oposição a estabelecimentos de ensino coletivo para as meninas. Enquanto autores como Ribeiro Sanches temiam em 1754 que as meninas adquirissem “os mesmos vícios e modo rasteiro de pensar, de obrar das suas amas, que de ordinário são gentes de comum e alguma coisa pior”³²¹ e por isso defendiam um ensino coletivo especializado, outros autores consideravam que “o melhor conselho que neste ponto se pode dar a uma boa Mãe é de conservar as filhas na sua companhia, de as tratar bem, de as aplicar principalmente com o seu exemplo, ao trabalho e assistência na casa”³²². Estas controvérsias, que refletiam as dúvidas e os preconceitos da época, foram, sem dúvida, responsáveis pelo atraso na implementação de escolas públicas no país.

De facto, quando em 1772 a reforma pombalina traz um maior investimento na rede de escolas elementares masculinas, o documento englobava escolas femininas. Mas já se reconhecia a importância destas, pelo que se propunha que o excedente de verbas que não fosse usado com as escolas masculinas fosse aplicado a congéneres femininas³²³. Não deixa de ser significativo que se tenha reconhecido a necessidade de investir mais na formação das raparigas, mas o facto de o financiamento deste projeto depender dos excedentes do projeto masculino deixa claro que é secundário, que surge na sombra da principal preocupação. Além disto, apesar de em 1772 já se ter discutido vagamente a questão, é apenas em 1790 que se apresenta um projeto concreto de contratação de 18 mestras³²⁴ e só em 1815 é que é posto efetivamente em prática³²⁵, numa data que ultrapassa já os limites cronológicos da presente investigação. Onde aprendiam então as meninas até essa época?

Nem todos os portugueses secundarizavam o ensino feminino como o Estado. Como se viu, as discussões sobre a pertinência do ensino coletivo das raparigas ocupou

³²¹ Citado a partir de ADÃO, Áurea – “A necessidade de um ensino público para as meninas, no início de oitocentos: das decisões políticas à instalação das primeiras escolas”. In *Interações*, nº 28, 2014, p. 57

³²² Citado a partir de ADÃO, Áurea – “A necessidade de um ensino público para as meninas...”, p. 57.

³²³ *Idem*, p. 57.

³²⁴ *Idem*, p. 58.

³²⁵ *Idem*, p. 59.

os debates de várias personalidades da época. Alguns, mais influentes, puseram em prática projetos que tinham por objetivo a educação feminina. D. Frei Caetano Brandão (1740-1805), arcebispo de Braga, foi um desses propulsores do ensino feminino, tendo instalado em 1798 cerca de 20 escolas para meninas pobres da zona Norte do país³²⁶. Tinha por objetivo “educar Meninas pobres, e órfãs, ou ainda aquelas, que seus Pais quiserem, para sahirem dalli instruídas nas verdades da Religião, e em tudo o que póde servir de ornamento a huma boa Mãe de Família”³²⁷ mas também garantir que estas jovens carenciadas não caíam em perdição – “Corta-me o coração ver tantas Meninas pobres sacrificadas à prostituição e à desgraça eterna por falta de ensino”³²⁸. Na maioria destas escolas as jovens recebiam “instruções próprias do sexo” tais como “ler, escrever e contar” e ainda “obras de renda, costura e bordados”³²⁹.

Há uma das instituições fundadas por Frei Caetano que merece especial destaque. Falamos do Conservatório das Órfãs do Menino Deus, fundado em 1791. Nesta instituição, segundo José Carlos Peixoto, o ensino deveria ser semelhante ao que era ministrado aos meninos. Incluiria “Português, Matemática, Desenho Geométrico, Desenho Industrial, Debuxo, Pintura, Música e ofícios adequados à sua condição, onde desenvolviam as técnicas de linho e seda, bordados em ouro e prata, tecelagem em seda, costura, economia doméstica e culinária”³³⁰. Defensor do ensino feminino, acreditava nas iguais capacidades das mulheres. Apenas precisavam de uma formação técnica para que também elas pudessem desempenhar um ofício adequado à sua condição social.

Mas os estabelecimentos de D. Frei Caetano não eram os únicos em território nacional com a função de educar meninas. As Ursulinas, ordem religiosa proveniente de França, possuía em Portugal duas instituições onde também ensinavam as meninas pobres. Localizadas na vila de Pereira e em Viana do Castelo, acolhiam as meninas dos grupos sociais mais destacados e ensinavam aquelas que eram provenientes dos meios

³²⁶ PEIXOTO, José Carlos Gonçalves – “A Educação feminina em D. Frei Caetano Brandão”. In *Itinerarium, Revista Quadrimestral de Cultura*, ano XXXVIII, nº 143-144, maio-dezembro, Lisboa: Franciscanos de Portugal, 1992, p. 303.

³²⁷ Citado a partir PEIXOTO, José Carlos Gonçalves – “A Educação feminina em D. Frei Caetano...”, p. 300.

³²⁸ Citado a partir PEIXOTO, José Carlos Gonçalves – “A Educação feminina em D. Frei Caetano...”, p. 301.

³²⁹ Citado a partir PEIXOTO, José Carlos Gonçalves – “A Educação feminina em D. Frei Caetano...”, p. 302.

³³⁰ *Idem*, p. 305.

sociais carenciados das localidades onde os conventos estavam inseridos³³¹. A partir de 1780 passam a receber apoio financeiro por parte do Estado e passamos a ter então duas instituições de ensino feminino “pagas pelo Erário público embora sob a administração da Igreja”³³².

Os trabalhos de Áurea Adão e José Carlos Peixoto dão-nos ainda conta das diferenças salariais entre mestres do ensino masculino e mestras do ensino feminino. De facto, as mestras que vêm a ser contratadas em 1815 receberiam anualmente cerca de 72\$000 réis, 80% do total pago aos mestres que ensinavam na cidade³³³. O salário recebido pelas professoras nas escolas criadas no Norte do país, por sua vez, era de 30\$000 réis, em 1798³³⁴. Apesar da diferença temporal que os separa, verifica-se ainda assim uma diferença salarial significativa.

Além destas instituições particulares contavam-se ainda os Recolhimentos e os Colégios de Órfãos em território nacional. No caso dos primeiros, instituições destinadas a acolher mulheres das mais diversas idades, contavam com duas distinções de tipologia: os destinados a mulheres “honestas” e os destinados às “arrepentidas”. No caso do Recolhimento da Misericórdia de Coimbra – uma instituição dedicada a mulheres honestas – encontramos jovens de idades entre os 14 e 20 anos, período da adolescência em que os perigos do mundo mais se faziam sentir, que aí viviam recolhidas para no final desse período conseguirem mais facilmente encontrar marido, “acenando com a virtude garantida pela clausura”³³⁵. Para além de aprenderem a viver segundo estes ideais de recolhimento, estavam ainda sujeitas a regras apertadas semelhantes às de um convento. De facto, ainda que não fossem efetivamente instituições religiosas por não proferirem votos, os recolhimentos teriam mesmo chegado a ser uma estratégia usada pelos colonos no Brasil para de alguma forma compensar o interdito que impedia a fundação de conventos, dadas as semelhanças de modo de vida experienciado em ambos os casos³³⁶.

³³¹ ADÃO, Áurea – “A necessidade de um ensino público para as meninas...”, p. 58.

³³² *Idem*, p. 58.

³³³ *Idem*, p. 60.

³³⁴ PEIXOTO, José Carlos Gonçalves – “A Educação feminina em D. Frei Caetano...”, p. 303.

³³⁵ LOPES, Maria Antónia – *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 104.

³³⁶ *Idem*, p. 103.

Os Colégios de Órfãos, modalidade assistencial que poderia estar sob tutela régia, particular, episcopal ou inaciana³³⁷, assumem-se como mais um tipo de instituição destinada a acolher crianças e a educá-las para desempenharem o seu papel na sociedade, consoante o seu estatuto de nascimento. Note-se que este tipo de instituições escasseava no país, em grande parte devido aos gastos elevados envolvidos na manutenção de tais estabelecimentos porque asseguravam “alojamento, vestuário, alimentação, educação e ensino profissional”³³⁸ das crianças que aí habitavam por longos períodos. Em termos de distinção de género, saliente-se desde logo que a aprendizagem de um ofício estava sobretudo associada aos rapazes, enquanto as raparigas encontrariam nas casas de recolhimento, que muitas vezes lhes disponibilizavam dotes para casamento, a solução para o seu desamparo. Estas estariam numa situação particularmente perigosa para os conceitos da época já que não tendo pai – única ausência necessária para que fossem consideradas órfãs³³⁹ – não tinham uma figura tutelar que ficasse por elas responsável, para garantir que não seguiam caminhos desviantes. Num Recolhimento aprenderiam a desempenhar as tarefas que se esperavam de uma dona de casa, mas sem grandes preocupações com a formação intelectual. De facto, Maria Antónia Lopes salienta que entre as queixas que se apontavam à mestra do Recolhimento da Misericórdia de Coimbra está o facto de não saber ler ou escrever³⁴⁰. Estamos portanto perante uma clara demonstração da secundarização das letras na formação destas raparigas no período em estudo.

Quando falamos das instituições masculinas, passamos da escassez de dados à abundância. Sucede, no entanto, que não se traduzem num aglomerado homogéneo de informações, antes pelo contrário. As instituições de ensino masculino eram de diversa natureza, dividindo-se não só em diferentes níveis académicos – desde as primeiras letras até ao ensino universitário – mas também em diferentes tipos de formação em diversas áreas de especialização, pelas quais não passavam todos os estudantes. A diversidade de instituições impossibilita uma análise aprofundada sobre as particularidades de cada uma num trabalho que não está exclusivamente dedicado a este

³³⁷ *Idem*, p. 87.

³³⁸ *Idem*, p. 90.

³³⁹ *Idem*, p. 87.

³⁴⁰ LOPES, Maria Antónia – “Repressão de comportamentos femininos numa comunidade de mulheres-uma luta perdida no Recolhimento da Misericórdia de Coimbra (1702-1743)”. In *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVII, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2005, p. 199.

tema. Ainda assim, tecemos algumas considerações acerca das matérias mais ou menos transversais a todos estes estabelecimentos de ensino. Deixamos no entanto desde já o alerta de que será uma análise muito superficial, que procura sobretudo chamar a atenção para a importância de um estudo comparativo mais aprofundado que tenha em consideração as questões de género nestas instituições.

Em primeiro lugar, destaque-se que o principal elemento reforçado na educação feminina, a submissão, também está presente na educação masculina. Uma sociedade hierarquizada assim o exigia, mas com algumas diferenças entre os géneros. Os rapazes eram ensinados a obedecer cegamente à vontade do monarca, com especial destaque neste ponto para o período absolutista, mas também à de outros superiores hierárquicos. Daqui advinha, necessariamente, que a educação de um plebeu era diferente da de um membro da alta nobreza. Mas porque a submissão ao monarca, por exemplo, não tem o mesmo peso na educação feminina e masculina? Não estariam as mulheres portuguesas sujeitas à vontade do rei como os maridos?

Acontece que ao ensinar uma menina a submeter-se à vontade do futuro marido estava a responsabilizar-se este pelo comportamento da esposa. Sendo as mulheres encaradas como crianças que durante toda a vida precisavam da tutela de uma figura masculina, era necessário garantir que os homens soubessem desempenhar esse papel. Para além de o contacto dos rapazes com o mundo público ser mais frequente e de terem habitualmente responsabilidades mais diretas para com o monarca, quando se garantia que um rapaz se sabia comportar no mundo exterior esperava-se que ele soubesse transmitir os ensinamentos necessários à esposa para que esta fizesse o mesmo. No fundo, as meninas adquiriam as competências mais fundamentais na escola ou em casa com a mãe e continuavam a formação com o marido, depois do casamento.

Mas as diferenças não se devem apenas ao facto de a submissão aos superiores ditar que um plebeu deve obediência a um número de pessoas bastante maior do que um nobre. Os homens tinham diferentes opções de carreiras profissionais, o que ditava necessariamente formações distintas dentro do género masculino. Um homem podia ser agricultor, escrivão, diplomata, governador, general, eclesiástico, entre tantas outras opções. As diferentes escolas refletiam esta diversidade de carreiras, oferecendo formações distintas consoante o estatuto social e as perspetivas de futuro de cada um.

Esta variedade de opções contrasta claramente com o currículo comum das meninas. Podemos considerar que o ensino feminino reflete os preconceitos da época que apontavam uma essência feminina comum a todas as mulheres, focada num papel social específico de submissão à vontade masculina e à maternidade.

Note-se ainda que, em termos de objetivos, escolas masculinas e femininas tinham os mesmos: formar cidadãos úteis ao Estado. A diferença estava na forma que essa utilidade era posta em prática. A utilidade feminina passava por educar as futuras gerações e proporcionar um ambiente familiar agradável para garantirem o bem-estar dos maridos e dos filhos. Boas mães e boas esposas, portanto. Já os meninos deveriam receber na escola uma formação adequada para desempenharem papéis diversos na vida pública, fosse enquanto militares ou enquanto artesãos. Tendo em conta os destinos diferentes das crianças, esperava-se que também os locais onde aprendiam fossem diferentes, assim como os conteúdos lecionados.

Em suma, as inovações do mundo moderno que se ia afirmando levavam à necessidade de adaptar a população, formando os homens de amanhã com as artes necessárias para se adequarem aos novos contextos profissionais. Para as mulheres, era como se o mundo permanecesse imutável e, por isso, para muitos, a educação que tinham recebido até então era suficiente. Mas os novos apologistas da educação não permitiriam que as mulheres fossem excluídas deste novo espírito científico. Com progressos lentos, as ciências foram entrando na formação das meninas. E deram-se assim os primeiros passos, lentos e discretos, na direção de um ensino igualitário, que só se concretizaria definitivamente vários séculos depois.

Considerações finais

Chegamos assim ao nosso presente, no qual tanto podemos encontrar avanços nestas matérias como permanências quase inalteradas de antigos estereótipos de género. É tempo de fazer um balanço final acerca das conclusões retiradas ao longo da investigação e refletir sobre o que elas nos recomendam para o futuro.

Os historiadores surgem como indivíduos inseridos no seu tempo. As pressões de adequação aos padrões chegam-lhes, assim, de uma forma muito direta. No entanto, as ferramentas que têm ao seu dispor permitem-lhes questionar as origens dessas normas sociais e, ao percebê-las e expô-las aos seus concidadãos, interrogar a sociedade em que estão inseridos se, no tempo presente, essas normas e padrões continuarão a fazer sentido. A História teve desde sempre a função especial de recordar as lições do passado como forma de nos alertar para a importância de não as repetir no presente. O papel do historiador atento aos problemas que o rodeiam e comprometido com as necessidades do seu tempo passa por investigar a sua evolução histórica para trazer à luz os ensinamentos que podemos extrair desse passado. A presente investigação procurou fazer isso mesmo: deixar a descoberto as relações de desigualdade que se iniciavam na infância e se perpetuavam na vida dos adultos do séc. XVIII. Não estaremos a repetir os mesmos erros na educação de hoje?

Em primeiro lugar, devemos refletir sobre quais os objetivos que traçamos para o Portugal de amanhã. Queremos um país progressista, direcionado para um futuro justo e igualitário onde o género não determine percursos de vida pessoais e profissionais? Ou pretendemos manter velhos estigmas, baseados em estereótipos injustos e irreais que limitavam as vidas de rapazes e raparigas desde o berço até ao final das suas existências? Qual das opções representa um verdadeiro avanço civilizacional?

Para ajudar a dar resposta a estas questões, começámos por tentar desconstruir conceitos como “sexo” e “género” para clarificar que a fisionomia dos corpos não é a verdadeira e única responsável pelas desigualdades nas relações de poder. De facto, estudos sobre o papel social desempenhado por eunucos, homens com limitações ao nível do desempenho sexual, e por homens que mantinham relações homossexuais deixam claro que as relações de poder estavam muito para lá da mera diferença

biológica. Afinal, se estes complexos sistemas sociais fossem determinados apenas pela posse de uma anatomia feminina ou masculina, então o homem sodomizado teria uma estima e um papel social igual à do homem heterossexual. Para além disto, verificamos ainda que em alguns casos de indivíduos intersexuais, cujos genitais não apresentavam uma fisionomia claramente tida como masculina ou feminina, podiam desempenhar diferentes papéis de género ao longo da vida. Assim, a anatomia surgia como o fator que ditava uma socialização distinta desde a infância mas não era necessariamente determinista – os comportamentos dos indivíduos poderiam resultar na adoção de diferentes papéis sociais no decorrer das suas existências. Percebemos, ainda, que as construções sociais ligadas à masculinidade e à feminilidade não se traduziam num binário claro e distinto. Afinal, homens que não correspondiam às expectativas sociais e que se aproximavam de alguma forma das mulheres – como os eunucos, pela sua aparência e pela incapacidade de desempenharem um papel ativo na relação sexual – não assumiam um papel social nem claramente masculino nem claramente feminino. A ideia de género apresenta-se-nos assim como um espectro e não como duas realidades duais e intransponíveis. São estas considerações iniciais que sustentam estudos sobre as relações de poder ligadas a questões de género. Afinal, se assumirmos que as diferenças sociais entre homens e mulheres derivam exclusivamente da biologia, então estas teriam permanecido iguais ao longo da História. Teríamos de aceitar, se assim fosse, que a desigualdade social era uma imposição incontornável da natureza. Não é o caso.

Os estereótipos e preconceitos, formados ao longo de centenas de anos com base em escritos da Antiguidade, assumem especial relevância na construção dos papéis de género. São eles os principais responsáveis pelos retratos femininos profundamente negativos que nos são transmitidos pelas fontes da Época Moderna. Naturalmente fracas, devido à suposta incompatibilidade entre uma alma insuflada por Deus e um corpo “animalesco” que impedia o pleno usufruto da razão, as mulheres estariam mais propícias do que os homens a cair nas tentações do demónio. O controlo e domínio masculino encontravam assim legitimação nestes preconceitos, expressos inicialmente por figuras da Antiguidade, como Aristóteles e depois reforçadas pelos doutores da Igreja – figuras de autoridade que tornavam estas ideias incontestáveis. A sociedade patriarcal encontrava assim a sustentação para a sua organização na ciência de um tempo em que a teoria prevalecia em relação à prática, baseada muito mais em

raciocínios meramente teóricos do que na observação e experimentação. Mas a valorização do método científico no séc. XVIII e os progressos da Medicina no séc. XIX viriam apenas mudar as figuras de autoridade que produziam discursos misóginos – os teólogos deram lugar aos médicos entre os principais teóricos da desigualdade. A incompatibilidade entre a alma e o corpo como entrave ao pleno usufruto da razão deu lugar ao útero como um ser vivo que habitava no interior das mulheres e que as tornava descontroladas e por isso dependentes da tutela masculina. Os interesses por detrás da ciência, nomeadamente os de manter o *status quo* da desigualdade de poderes, tinham ainda uma força muito significativa.

Explorámos alguns desses preconceitos no século XVIII. Em primeiro lugar focámo-nos na ideia largamente difundida que colocava as mulheres no espaço doméstico, recolhidas do mundo, enquanto os homens permaneciam no espaço público. A verdade é que a realidade económica do Antigo Regime exigia que todos os elementos dos agregados familiares mais carenciados trabalhassem, incluindo as mulheres. O resultado era uma ocupação feminina significativa nos locais públicos de comércio nas cidades mas também no espaço exterior rural, onde trabalhavam com os maridos e os filhos para o sustento da família. As raparigas seguiam desde cedo as mães e com elas aprendiam estas atividades que na larga maioria das vezes viriam também elas a seguir. No entanto, encontramos ainda assim os escritos moralísticos da época a terem uma influência significativa nas perceções que as mulheres tinham de si próprias e das outras, consoante trabalhassem no interior ou no exterior de suas casas.

Quanto aos homens, verificámos que estes ocupavam tanto o espaço privado quanto o espaço público. Poderiam circular livremente sem que sobre eles recaíssem censuras sociais. Afinal, os senhores dos grupos mais destacados tinham frequentemente de tratar de burocracias associadas à gestão da casa, atividade desenvolvida sobretudo no espaço doméstico. Concluímos ainda que o grupo social era determinante no que toca ao tempo que homens e mulheres passavam em casa – as famílias mais modestas tendiam a passar menos tempo no espaço doméstico e mais tempo no exterior por oposição às famílias mais destacadas, nas quais tanto homens como mulheres passavam mais horas nas suas casas.

Seguiu-se uma breve análise às ideias de honra que predominavam no séc. XVIII. Esta, entendida enquanto reconhecimento social do valor do indivíduo, sofreu alterações ao longo da Idade Moderna para os homens portugueses. A honra deixou de estar exclusivamente ligada ao destaque familiar e aos valores guerreiros em batalha para passar a valorizar também a formação intelectual enquanto símbolo de masculinidade. Os homens surgiam como membros das respetivas famílias e tinham o papel de aumentar a honra destas através dos feitos valorosos e das suas próprias conquistas pessoais. As mulheres, por outro lado, surgiam como indivíduos cuja honra lhes era confiada pela família mas eram incapazes de aumentá-la. Porém, a desonra era uma ameaça constante para elas e estava sobretudo ligada não só ao comportamento sexual mas também ao cumprimento dos seus deveres como mãe e esposa. A honra, enquanto juízo que os que nos rodeiam fazem do nosso próprio valor pessoal, surge como um mecanismo de controlo eficaz na medida em que reforça a voz da consciência enquanto autopolicimento. As diferentes expectativas sociais relativas à honra feminina e masculina realçam assim conceitos de valor pessoal distintos consoante o indivíduo fosse homem ou mulher.

Quando aprofundamos as questões ligadas à sexualidade, ao casamento e ao adultério, procuramos sobretudo compreender as origens que sustentam relações de poder, as quais, ainda que se venham a efetivar apenas na vida adulta, têm já os primeiros ecos durante a infância. A verdade é que as posições sexuais onde o homem surge como elemento ativo e a mulher como passiva sugerem que esta seria uma das origens que ditava a submissão feminina. No entanto, verificamos que a preocupação das autoridades da época com a possibilidade de inversão de papéis sexuais mostra que este argumento está repleto de fragilidades, permanentemente ameaçado por uma simples troca de posições. Compreendemos também neste capítulo as razões pelas quais o adultério feminino era encarado com diferentes valorações sociais em relação ao adultério masculino. A sexualidade era absolutamente fundamental para afirmar a masculinidade. Os cargos públicos só eram acessíveis para os homens casados e, para o serem, necessitavam de ser capazes de consumir o casamento. A responsabilidade prolongava-se devida ao débito conjugal e obrigava-os a satisfazerem as necessidades carnis da esposa. O adultério feminino surgiria, segundo a mentalidade da época, sempre que o marido era incapaz de desempenhar o seu papel no leito conjugal. O

homem traído via o estigma social cair sobre si e tinha a sua masculinidade, enquanto poder e autoridade, posta em risco. O adultério feminino afirmava-se assim como uma ameaça direta não só porque era uma afronta ao estatuto masculino mas também porque punha em causa a paternidade dos seus filhos. A obediência e a submissão eram fundamentais para contê-lo. Enquanto isso, o adultério masculino era como que uma afirmação pessoal enquanto homem – estes indivíduos mostravam ser capazes não só de manter a esposa fiel como também satisfazer várias amantes sexualmente. Ainda que a Igreja tenha sempre imposto a fidelidade conjugal a ambos os cônjuges, a verdade é que fechou os olhos a estes desvios masculinos, elogiados pelos conceitos de honra pública.

A gestão das casas mostra que homens e mulheres tinham responsabilidades diferentes. Enquanto elas eram responsáveis por tarefas como a limpeza (fosse feita pelas próprias ou por criadas que vigiavam), cuidar dos filhos e trabalhos de mãos como bordados e costura, a eles competia negociar casamentos e futuros para os filhos e outros familiares que lhes estivessem subordinados e administrar os rendimentos da casa. No entanto, não eram universos separados e intransponíveis: autores de tratados que davam conselhos para um casamento harmonioso recomendavam a participação mútua dos dois membros do casal, através de opiniões, mesmo nas tarefas que pertenceriam ao outro.

Quando falamos em fraqueza e robustez demos início a uma série de reflexões, que se prolongam nos capítulos seguintes, em relação à ideia pré-concebida de que as mulheres eram naturalmente mais irracionais e propícias a cair em tentações. Fracas do ponto de vista físico e psicológico, deviam à sua condição feminina esta dupla inferioridade. No entanto, verificámos que a regra admite exceções. Alguns dos autores da época, mais conscientes da realidade prática, notam que a constituição física das mulheres do povo e da nobreza são bastante distintas. A educação assume um papel fundamental neste ponto, enquanto responsável pela diferente robustez destas mulheres. Mas também do ponto de vista psicológico há um esforço especial em ensinar desde cedo as meninas à contenção, como forma de contornar os “defeitos do sexo”. Se os pedagogos assumiam esta possibilidade, então a leveza de espírito não seria transversal a todas as mulheres – aquelas que se autocontrolariam continuariam a ter a sua essência feminina, mas não teriam os defeitos associados ao sexo.

Quanto aos rapazes, considerados naturalmente mais fortes do ponto de vista físico e psicológico, tinham na coragem a manifestação da união entre a força moral e a força física. Mas não era um dado adquirido, comprovam-no os escritos dos moralistas que recomendavam uma educação que privilegiasse o exercício físico e combatesse os medos. Se existia a necessidade de inculcar estes valores nos pequenos, até que ponto não seriam também imposições sociais e não características próprias da natureza?

A questão da emotividade masculina no séc. XVIII revela particularidades geográficas. De facto, enquanto as obras francesas não têm problemas em colocar personagens masculinas a chorar, em parte influenciadas pelas obras clássicas da Antiguidade, os moralistas portugueses olham com suspeita as lágrimas dos meninos. Chorar era uma emoção tipicamente feminina e, ainda que pudesse ser permitida aos homens, não era um gesto abertamente divulgado por parte destes. No entanto, as lágrimas usadas para persuadir são transversalmente proibidas, tanto a homens como a mulheres. São um perigo para as relações de poder e devem por isso ser estritamente controladas.

A formosura enquanto vaidade era uma característica considerada tipicamente feminina. Os enfeites eram condenados nos homens, cuja beleza deveria passar por qualidades morais e não físicas. Os homens eram belos quando corporizavam virtudes como o trabalho e a coragem – a musculatura evidenciava essas qualidades. As mulheres, por outro lado, eram colocadas perante um dilema: ao mesmo tempo que a sociedade valorizava as qualidades psicológicas e desprezava os enfeites, as princesas das histórias infantis eram sempre apresentadas como belas como modelos a seguir. E as princesas reais esforçavam-se por o ser. Este ideal de formosura feminina acabava por assumir a dupla função de agradar os olhares masculinos mas também de causar nos homens o temor pelo poder da beleza – persuasiva e manipuladora, capaz de inverter as relações de poder entre os géneros.

A gula, por sua vez, assume-se como mais um vício que advém simultaneamente da falta de capacidade para resistir às tentações e da maior predisposição para se entregar às delícias. Colide, portanto, com os ideais de moderação da época. Para além disto, surge em harmonia com o trabalho. Sempre que há um empenho prévio em

cultivar a terra ou noutras atividades que permitam colher os frutos do esforço, os grandes manjares surgem como prémio justo e merecido.

Isto porque o trabalho assume-se como sustentáculo fundamental da sociedade. Por oposição ao ócio, condenável em homens e mulheres e tido como “mãe de todos os vícios”, surge como elemento essencial para a sociedade. Daí que os príncipes devessem investir esforços em garantir que os pais ensinavam os seus ofícios aos filhos, ao incentivar o desempenho de certas tarefas com benefícios sociais. Ao verificarmos que as mulheres, tidas como mais propícias à ociosidade, não recebem nenhum tipo de incentivo para prosseguirem a aprendizagem dos seus bordados, percebemos a ligação com os futuros profissionais distintos – os rapazes tinham outras opções para além do ofício dos pais, mas as raparigas tinham no casamento o seu principal destino. Era com vista a esse destino, transversal a todas que não ingressassem na vida religiosa, que deveriam aprender os “lavors de mulheres”. Graças a eles, conseguiriam assim mostrar aos maridos que, por estarem ocupadas, era menos provável virem a desviar-se dos padrões de recato e moderação. Inspirariam assim maior confiança ao futuro esposo e contribuiriam para um casamento estável e honesto.

Finalmente, a última das características analisadas diz respeito à ideia de verdade. O problema da mentira é transversal a homens e mulheres: é contra os princípios ditados por Deus e surge como uma ameaça à ordem social e relações de poder. A autoridade marital é posta em causa sempre que a esposa engana o marido, mas também o monarca que é enganado pelos súbditos acaba por obrar segundo a persuasão destes e não segundo a sua vontade. Encontramos ainda desigualdades na censura social sempre que um homem mente a uma mulher – situação que tende a ser menos grave que o contrário.

No fundo, verificamos que os preconceitos se reproduziam na educação das crianças e tinham o propósito claro de manter as diferenças de género. Afinal, estas significavam também relações de autoridade distintas que estavam intimamente ligadas às ideias de feminilidade e masculinidade de então. Os principais defeitos atribuídos às mulheres, ainda que sustentados por autoridades da época, eram de uma gravidade acrescida pelo perigo em que podiam colocar o domínio masculino – é o caso, por exemplo, das lágrimas, da formosura e das mentiras.

A formação intelectual, fundamental para os rapazes, inseria-se na lista de perigos a evitar, no caso das raparigas. Reconhecia-se que o conhecimento dava armas poderosas que poderiam vir a significar uma contestação da posição de submissão em que as mulheres se encontravam. Não admira, portanto, que os programas de ensino feminino fossem sobretudo centrados em conhecimentos ligados às tarefas que lhes estavam tradicionalmente associadas – o casamento, a casa e a maternidade. A formação feminina não tinha por objetivo emancipar as mulheres mas apenas reforçar a sua situação de submissão em que tinham permanecido durante séculos.

Algumas figuras desempenhavam um papel fundamental nessa educação: os pais, os mestres, os amigos e as próprias instituições que frequentavam. É impossível escapar à ordem social imposta quando não se tem sequer consciência que estamos perante um problema. Esta parece ter sido a situação que se impôs ao longo do séc. XVIII. As relações de poder eram tidas como fundamentais na sociedade, impostas por vontade de Deus, incontornáveis verdades imutáveis ao longo dos tempos. As próprias figuras modelares que serviam de exemplo às crianças não questionavam os ensinamentos que transmitiam. Também elas tinham sido educadas segundo estes modelos e também elas os tinham reproduzido ao longo de toda a vida. Um ciclo geracional aparentemente interminável e determinista dos destinos individuais de cada um.

A distância temporal e o sentimento de superioridade evolutiva pode levar-nos a considerar que a nossa sociedade é hoje muito diferente desta que foi alvo do nosso estudo. Em muitos pontos é certo que, felizmente, se verificaram alterações no sentido de uma maior igualdade de género. Mas é necessário não sobrevalorizar os avanços, sob o perigo evidente de sermos ofuscados por estas ideias e acabarmos por esquecer progressos que, apesar de necessários, ainda não foram alcançados. O que se manteve? O que se alterou? Passemos a uma breve análise comparativa entre algumas das realidades de hoje e as que se viviam no séc. XVIII.

Uma das primeiras conclusões que retiramos logo no primeiro subcapítulo – Espaços – é a irrealidade de certas idealizações de um mundo que não é experienciado na prática por quem as registou para a posteridade. Por outro lado, a ideia que continua a ser sucessivamente repetida de que as mulheres apenas entraram no mercado de

trabalho no séc. XX e que antes disso se limitavam a cuidar da casa e dos filhos é desmentida pela investigação sobre a realidade quotidiana dos grupos sociais mais desfavorecidos. A situação financeira destas famílias – tal como a da larga maioria das famílias portuguesas do nosso tempo – não permitia que as mulheres ficassem em casa enquanto os homens saíam para trabalhar. É certo que eram elas que cuidavam maioritariamente da limpeza da casa, da roupa, da louça, da preparação das refeições e do cuidado dos filhos. Mas a verdade é que estas eram tarefas rudimentares e ocupavam poucas horas do dia. Afinal, a vida era difícil no séc. XVIII e os mais pobres limitavam-se a viver com o essencial: as casas não eram pavimentadas e o mobiliário era escasso; cada membro da família tinha pouquíssimas peças de roupa; a louça limitava-se a um recipiente do qual comia toda a família; as refeições eram simples cozidos, sem grandes dificuldades de preparo; os filhos começavam desde cedo a acompanhar os pais no campo, apenas exigindo maiores cuidados nas primeiras semanas de vida. A realidade destas mulheres não é comparável às de hoje. E se antes já se vêem traços de injustiça na forma como toda a família trabalha no exterior mas apenas a esposa cuida do lar, as clivagens acentuam-se no presente. O mundo complexificou-se e as tarefas domésticas não são mais tão rudimentares como antes. A rigidez do mercado de trabalho é também hoje bem menos flexível do que o campo onde trabalhavam as famílias de ontem na agricultura.

As mulheres ocupam presentemente o espaço público de forma clara e evidente aos olhos de todos. Mas o espaço doméstico continua a necessitar de quem limpe, cozinhe e arrume. Hoje, tal como ontem, as famílias necessitam do trabalho feminino no exterior. Hoje, tal como ontem, o espaço doméstico exige cuidados. Fará então sentido que, trabalhando homens e mulheres o mesmo número de horas por dia e partilhando o mesmo espaço de habitação, sejam elas as únicas a cuidar da casa? A gestão da casa deverá ser uma tarefa partilhada, assim como os espaços já o são no interior e exterior do ambiente familiar.

Mas outras ideias pré-concebidas que herdámos do passado exigem uma reflexão que, ao confrontá-las com a realidade do presente, nos leve a ponderar se fará sentido que se continuem a aplicar. Durante séculos a honra feminina esteve associada à submissão, ao recato, à cega fidelidade e ao conformismo de aceitar todos os insultos,

violências, infidelidades e descontrolos masculinos. Temia-se que qualquer ameaça à ordem social pré-estabelecida, que colocava os homens no palco da vida pública onde encontravam o reconhecimento entre pares, pudesse significar o desmoronamento de todo o sistema patriarcal. As mulheres, enquanto elementos lesados por essa organização social, eram das principais ameaças ao sistema. Para além da reclusão doméstica, usada sempre que possível como forma de controlo, também o conhecimento estava estritamente controlado e regulado de forma a limitar o acesso feminino. A instrução tornava a mulher consciente, e a consciência da opressão é o primeiro passo para a emancipação.

Hoje, as mulheres portuguesas têm acesso aos estabelecimentos de ensino e à formação superior. Ao contrário do que acontecia no séc. XVIII, encontram hoje o reconhecimento público nas conquistas pessoais que retiram da frequência destes espaços. Os resultados académicos e os progressos na vida profissional dão prestígio social às que se destacam nestas áreas. Aparentemente estamos perante uma igualdade de reconhecimento social de homens e mulheres e longe dos estigmas do passado que colocavam o destaque feminino sob a absoluta dependência do comportamento sexual. Será realmente assim? Será que se uma mulher bem sucedida se comportar sexualmente como um homem com as mesmas conquistas pessoais, ambos irão ser olhados da mesma forma pela sociedade? A fuga aos padrões de recato e contenção terão o mesmo significado para homens e mulheres? A tradição encontra-se ainda muito enraizada na sociedade portuguesa e, ainda que as mulheres tenham conquistado o reconhecimento público pelas conquistas pessoais, o comportamento sexual continua a determinar a forma como a sociedade avalia o valor pessoal de uma mulher.

Os problemas da desigualdade neste ponto surgem, mais uma vez, na educação diferenciada que algumas famílias continuam a dar a filhos e filhas. A entrada das mulheres em espaços educativos e profissionais que anteriormente lhes estavam vedados levou a necessárias alterações na educação que as famílias dão hoje às crianças. Um estudo recente, que incluiu entrevistas a professores da Grande Lisboa e da Madeira, demonstrou que estes percebem diferenças nos comportamentos e sucesso escolar de rapazes e raparigas: “O sucesso escolar das raparigas «prende-se com o facto

de elas terem de provar que são competentes e eles não [terem de o fazer]»³⁴¹. Após séculos de desvalorização das capacidades femininas, as raparigas são hoje educadas desde cedo sobre a necessidade de contraporem as acusações antigas que, embora não conheçam historicamente, acabam por continuar a ter repercussões nas suas vidas.

Para além destas diferenças, a educação continua desigual quando entramos no controlo dos comportamentos sexuais masculinos e femininos. Muitas famílias continuam a dar mais liberdade de saídas aos filhos do que às filhas, mantendo as meninas desde cedo sujeitas a um controlo mais apertado do que os meninos. A sexualidade masculina é encarada com normalidade a partir da adolescência, mas a feminina continua tabu para muitos pais. As doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez na adolescência são problemas para rapazes e raparigas e a formação, através de conversas naturais e descontraídas, é a solução mais eficaz para os combater. Afinal, o desenvolvimento sexual é uma realidade transversal a todos os adolescentes, independentemente do sexo, e a sociedade não conseguirá mudar a natureza. Os nossos esforços, enquanto sociedade moderna, deverão passar por formar jovens conscientes e informados, independentemente do sexo, e não por replicar preconceitos antigos e comportamentos desiguais.

O trabalho já não é tipicamente masculino. As mulheres, como se viu, foram conquistando empregos nas mais diversas áreas. Mas terão as mesmas perspetivas de progressão na carreira? Fará sentido que tendo as mesmas habilitações académicas, os altos postos das grandes empresas continuem a ser maioritariamente ocupados por homens? O “teto de vidro” continua a ser uma realidade para muitas mulheres portuguesas. O trabalho já não é do domínio exclusivamente masculino, mas o poder permanece maioritariamente nas mãos dos homens. O acesso às posições de domínio no mercado de trabalho parece continuar a querer recordar às mulheres, de forma subtil, os mesmos preconceitos que permaneciam no séc. XVIII – os homens são esforçados e trabalhadores e por isso merecem as posições de poder que mantêm a sociedade em funcionamento. O esforço feminino continua a ser secundarizado. Porque engravidam, porque as licenças de maternidade prejudicam as empresas... porque a maternidade

³⁴¹ Citado a partir de VIEIRA, Cristina C.; ALVAREZ, Teresa; OSTROUCH-KAMINSKA, Joanna – “Género, educação e cidadania: que «agenda» para a investigação científica e para o ensino e a formação?”. In *ex aequo*, nº 36, Lisboa, 2017, p. 15.

enquanto parte da “essência” feminina, aos olhos da sociedade, continua a sobrepor-se ao valor pessoal e profissional.

As mulheres já não são as gulosas. No entanto, o excesso de peso continua a ser socialmente mais criticado nelas do que neles. É certo que no séc. XVIII era sinal de abundância e tido como belo. Mas é precisamente a ideia de “belo” que dita a censura atual, tornando esta uma questão de formosura moderna. O padrão de beleza feminino continua a render fortunas incalculáveis a um sistema capitalista que soube aproveitar a seu favor a permanência destes antigos ideais no mundo moderno – as mulheres têm de ser femininas, e ser feminina é ser bela. Mas quais as consequências para as meninas e jovens? A busca pela beleza faz com que sejam desde cedo sujeitas a um sistema que as obriga a gastar para se sentirem dignas de valor pela sociedade. Os desejos por possuir o corpo ideal, irreal e forjado pela sociedade, levam a distúrbios alimentares graves como a bulimia e a anorexia. É este o futuro que queremos para as nossas crianças?

As mulheres já não são mentirosas. Mas quantas vezes o prestígio social do marido, tido como pessoa de bem, não leva vizinhos e amigos a desvalorizar desabafos de violência doméstica? Quantas vezes o próprio Ministério Público demora a dar resposta às denúncias, permitindo assim casos de reincidência e, em casos extremos, a morte da vítima? É urgente dar auxílio a estes casos e priorizar um tratamento digno destas pessoas. É urgente parar de secundarizar a voz destas mulheres.

Mas ao contrário do que possamos ser levados a pensar, a violência doméstica não tem apenas mulheres como vítimas. Apesar das vozes masculinas serem muitas vezes silenciadas nestes casos, onde são eles os lesados, o motivo é geralmente diferente dos casos femininos. É que um homem tem de ser forte, impor respeito, dominar na relação. A sociedade vê estes casos que denunciam as situações de violência com desprezo e muitas vezes ridiculariza as vítimas, já que estes homens não estão a cumprir o papel que lhes está socialmente imposto. Em parte, podemos perguntar-nos até que ponto as denúncias femininas não são também devidamente valorizadas por um motivo semelhante: o não cumprimento com uma função socialmente imposta. Como foi dito anteriormente, esperava-se que a esposa soubesse suportar todos os vitupérios do marido em silêncio e com a resignação que lhe era devida por respeito ao chefe de família. Apesar de ser hoje mais aceite a ideia de que a violência é um crime público, a

verdade é que entre as gerações mais antigas que convivem com os preceitos modernos de respeito pelo outro continuam a ter por normais muitos destes ideais de resignação feminina. Estamos portanto perante um mesmo fenómeno, a violência doméstica, por vezes igualmente desprezada independentemente do género da vítima, mas com contornos bastante distintos quando se exploram os motivos que levam a esse desprezo por parte da sociedade.

O cumprimento de um papel de género tem ainda outros contornos graves que põem em risco o bem-estar de homens e mulheres. A verdade é que a violência masculina costuma estar sobretudo ligada ao uso da força, enquanto a violência feminina tem sequelas a nível psicológico. Já foram previamente expostas as consequências diretas da violência a que as mulheres estão expostas – têm a integridade física em risco muitas vezes em situações levadas a casos extremos de morte, surgindo os traumas psicológicos a partir da violência sofrida. Com os homens, as consequências da violência psicológica não são habitualmente visíveis através de hematomas. E a verdade é que pressupostos antigos de robustez a nível físico e psicológico, atribuídos aos homens, acabam por ter consequências não só num adiar das denúncias às entidades competentes como no silêncio absoluto sobre as realidades vividas em casa. Autocensura e autopolicimento assumem neste contexto um papel significativo, resultados de uma educação machista que modela os espíritos masculinos sob os ideais de domínio, controlo e força física e psicológica. Mostrar fraqueza é, para os padrões sociais, perder a masculinidade que se procura reafirmar constantemente no dia-a-dia.

Mas a sociedade surge mais uma vez em confronto direto com a natureza. Ainda que se procurem formar homens robustos, imperturbáveis e capazes de suportar as dificuldades da vida sem qualquer queixa, não se consegue extrair a natureza humana do âmago masculino. Estas eram características fundamentais nos tempos de guerra, em que se pretendiam homens que abdicassem de qualquer indício de humanidade para poderem cumprir com as missões que lhes eram incumbidas. Ainda que se proceda ao desarmamento das nações, uma educação que privilegie este tipo de comportamentos masculinos garante reservas militares permanentes. Mas quais as consequências para estes homens, rapazes e meninos que são desde tenra idade incentivados a ocultar os próprios sentimentos sempre que não estão bem psicologicamente? O silêncio não faz a

tristeza desaparecer, apenas cria um véu de aparências que esconde realidades sombrias. Estas, em casos extremos em que a ajuda psicológica não surge a tempo, podem acabar por resultar em suicídio. É este o futuro que queremos para as nossas crianças?

É urgente repensar os conceitos de feminilidade e masculinidade que ainda hoje perduram na nossa sociedade mas, acima de tudo, é urgente repensar a forma como os replicamos na educação que damos às nossas crianças. O terceiro capítulo afirma-se neste sentido não só como alerta sobre a importância das figuras modelares na educação dos pequenos, como também um apelo mais direto a todas essas figuras modelares de hoje que têm nas mãos a construção do amanhã, através da educação dada aos nossos filhos, netos, sobrinhos, irmãos, primos, amigos e alunos.

Os pais e as mães continuam a ser os primeiros responsáveis pela educação dos filhos. É fundamental recordá-los que todos os gestos, atitudes e comentários que fazem são passíveis de influenciar a personalidade dos pequenos, assim como as perceções que estes desenvolvem do mundo. Os rapazes tendem a identificar-se com as atitudes dos pais e as raparigas com as atitudes das mães, mas mesmo nos casos em que o casal apenas tem um filho ou uma filha é necessário ter em consideração que os pais são os primeiros representantes do mundo exterior em termos de papéis de género. A rapariga que cresce num ambiente em que uma figura masculina autoritária, impõe a sua vontade com violência e corre o risco de apreender estes comportamentos como normais e de vir, no futuro, a sujeitar-se aos mesmos abusos de um futuro companheiro. Um rapaz que nunca viu o pai a colaborar nas tarefas domésticas dificilmente aceitará com naturalidade que estas também lhe dizem respeito. Não deixa de ser relevante refletir que, em parte, as raízes das preocupações dos mais conservadores relativamente à adoção por casais do mesmo género passem precisamente por uma igualdade de tarefas dentro do espaço doméstico, que transmite por sua vez uma igualdade que pode ameaçar os sistemas de poder estabelecidos. Estes casais representam não só por si mesmos um desafio aos estereótipos de género tradicionais enquanto dois homens ou duas mulheres que partilham equitativamente as tarefas e onde não existe uma relação oprimido-opressor/masculino-feminino, como também ameaçam transmitir essa mesma naturalidade e igualdade aos filhos. Uma ameaça portanto não só às relações de poder do presente como à manutenção destas no futuro.

Mas a formação dos mais pequenos não se resume ao espaço doméstico. As escolas desempenham um papel fundamental na promoção da igualdade. Apesar de não termos já meninas e meninos separados nas escolas a serem ensinados por um homem ou uma mulher consoante o género dos aprendizes, a verdade é que os docentes continuam a ter um papel fundamental na formação das perceções da masculinidade ou feminilidade das crianças. É necessário formar professores conscientes e prontos para promover a igualdade nas escolas e prontos a intervir sempre que esta esteja de alguma forma ameaçada em comentários, brincadeiras ou atitudes dos mais pequenos.

Felizmente, a comunidade internacional tem pressionado os vários governos portugueses a agir com medidas reais que, através da sensibilização para estas questões de professores, se traduzam numa melhor preparação do pessoal docente. São exemplos deste esforço os vários volumes que constituem o projeto *Guião de Educação Género e Cidadania*, destinados aos diversos ciclos de ensino, que procuram não só fornecer um enquadramento teórico sobre estas questões como possuem ainda uma componente prática que deixa sugestões de atividades nas quais as crianças e jovens têm a oportunidade de contactar com a efetiva promoção da igualdade de género no mundo real.

Mas a verdade é que a escola deve surgir num esforço articulado com a família. Estes *Guiões* apelam a essa colaboração mútua e os estudos nestas áreas tendem a reforçar esta necessidade – é o caso do de Cristina Vieira, Teresa Alvarez e Joanna Ostrouch-Kaminska que recordam que “a escola não é o único e, principalmente, não é o primeiro contexto de socialização de género, sendo a família um «espaço de resistência», onde as normas e os papéis sociais de género se apreendem e incorporam muito antes de tal processo continuar a ter lugar em outros espaços, públicos, como a escola”³⁴². É urgente tornar obrigatória a discussão destes temas nas escolas, públicas e privadas, mas também é necessário levar os pais a compreenderem a necessidade de desconstruir preconceitos antigos que prejudicam os destinos dos seus filhos e filhas.

Finalmente, o apelo é dirigido a todos os que, não sendo pais ou professores, possam pensar que estas questões não lhes dizem respeito. A presente investigação

³⁴² VIEIRA, Cristina C.; ALVAREZ, Teresa; OSTROUCH-KAMINSKA, Joanna – “Género, educação e cidadania...”, p. 11.

incidiu sobre o séc. XVIII e, apesar de não ter esgotado o tema, permitiu reforçar a consciência sobre como as desigualdades de género, por todos conhecidas quando falamos desta época histórica, tinham as suas origens na mais tenra idade. A educação das crianças continua a ser um elemento fundamental na estruturação da sociedade de amanhã. Delineamos planos ambiciosos para o futuro: pretendemos aumentar o número de mulheres em posições de chefia, incentivamos o ingresso das jovens em cursos de engenharia, apelamos à participação em atividades recreativas tradicionalmente associadas ao género oposto. Todos estes são projetos inovadores que procuram abrir espaço a uma maior igualdade de género e, portanto, louváveis no seu intuito. No entanto, surpreendentemente, a educação dos mais pequenos permanece profundamente marcada por desigualdades latentes que em alguns aspetos continuam praticamente inalterados há duzentos anos. Preocupamo-nos com reparações em edifícios já construídos enquanto desvalorizamos os alicerces fundamentais na construção de novos. É urgente conversar sobre o tema. É necessário perceber e questionar as diferenças. Este papel pode ser desempenhado por qualquer um de nós, independentemente de termos ou não crianças a nosso cargo. Está nas nossas mãos colaborar na construção do amanhã em que desejamos viver.

Os desafios do nosso século exigem que, em lugar de criar pequenos homens e mulheres, priorizemos a formação de pessoas capazes de viver num mundo onde os Direitos Humanos se sobreponham a relações de poder ultrapassadas. Seres humanos conscientes do próprio valor e do valor do outro. Justos, conscientes e iguais.

Fontes e Bibliografia

Fontes

- ANDRADA, Diogo Payva de – *Casamento perfeito*. Lisboa: Por Jorge Rodriguez, 1630.
- BARROS, João de - *Dialogo de Joam de Barros com dous filhos, seus, sobre preceptos moraes, em modo de jogo*. Lisboa: Lodovicum Rotorigium Typographum, 1540.
- BEAUMONT, Madama Leprince de – *Thesouro de meninas, ou dialogos entre huma sabia aia, e suas discipulas de primeira distinção*. Tomo I. Lisboa: Impressao Regia, 1815.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo Nem a Distância: Correspondência entre o Morgado de Mateus e sua Mulher, D. Leonor de Portugal (1757-98)*. Barcelos: Alêtheia Editores, 2007.
- Bíblia. Novo Testamento. Os Quatro Evangelhos*. Tradução do texto grego, apresentação e notas de Frederico Lourenço, Lisboa: Quetzal Editores, 2016.
- Bíblia. Novo Testamento. Apóstolos, Epístolas, Apocalipse*. Tradução do texto grego, apresentação e notas de Frederico Lourenço, Lisboa: Quetzal Editores, 2017.
- BLUTEAU, D. Raphael – *Vocabulario Portuguez, e Latino...* Vol. IV, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712.
- Devoção das mulheres da moda na Igreja, e o modo com que nunca ouvem Missa*, Lisboa: Officina da Viúva de Ignacio Nogueira Xifto, 1774.
- DEZENGANO, Amador do - *Espelho Critico, no qual claramente se vem alguns defeitos das Mulheres*, Lisboa: Officina de Antonio Vicente da Silva, 1761.
- DIAS, Balthazar – *Malicia das Mulheres*, Lisboa Occidental: Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1647.
- FÉNELON, François – *Aventuras de Telémaco, filho de Ulysses*. Tomos I e II. Lisboa: Regia Officina SILVIANA, e da Academia Real, 1765.
- FRANCO, Francisco de Mello – *Tratado da educação fysica dos meninos, para uso da nação portugueza*. Lisboa: Oficina da Academia Real das Sciencias, 1790.

- GUSMÃO, Alexandre de – *Arte de crear bem os filhos na idade da puericia*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes na Rua Figueira, 1685.
- JESUS, Gertrudes Margarida de – *Primeira carta apologetica, em favor, e defesa das mulheres*. Lisboa: Officina de Francisco Borges de Sousa, 1761.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat de – *De l'esprit des lois*. Édition établie par Laurent Versini, Paris: Éditions Gallimard, 1995 [1ª ed. 1748].
- Novo, e divertido entremez intitulado a impertinencia das mulheres, e a paciencia dos maridos*, Lisboa: Officina de Antonio Gomes, 1794.
- PINTO, Pantaleão Pato Pires – *Segunda parte da pregação de João Coelho, feita às senhoras mulheres da moda para consolação dos coitados dos maridos*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1787.
- PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de – *Apontamentos para a educação de hum menino nobre*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.
- RAULAND, Le Docteur – *Le livre des époux. Guide pour la guérison de l'impuissance, de la stérilité et de toutes les maladies des organes génitaux*. Paris, 1859.
- SANCHES, António Ribeiro – *Cartas sobre a educação da mocidade*. Porto: Editorial Domingos Barreira, s/d. [1ª ed. 1760].
- SILVA, António de Moraes - *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau / reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*, tomos I e II, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

Bibliografia

- ABREU, Márcia; VASCONCELOS, Sandra; VILLALTA, Luiz Carlos; SCHAPOCHNIK, Nelson – “Caminhos do romance no Brasil: séculos XVIII e XIX”, 2005 [Disponível em <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/caminhos.pdf>].
- ADÃO, Áurea – “A necessidade de um ensino público para as meninas, no início de oitocentos: das decisões políticas à instalação das primeiras escolas”. In *Interacções*, nº 28, 2014, pp. 55-67.
- ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e – “Subsídios para a história da mulher”. In *Mulher na Sociedade Portuguesa*, Actas do Colóquio, vol. 2, Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, pp. 271-288.
- AMARAL, Ana Luísa; MACEDO, Ana Gabriela (coord.) - *Dicionário da crítica feminista*. Porto: Edições Afrontamento, 2005.
- ARIÈS, Philippe – *Centuries of Childhood*, Kent: Pimlico, 1996.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Nem o Tempo Nem a Distância: Correspondência entre o Morgado de Mateus e sua Mulher, D. Leonor de Portugal (1757-98)*. Barcelos: Alêtheia Editores, 2007.
- BERGANO, Sofia - *Ser e tornar-se mulher: Geração, Educação e Identidade(s) Feminina(s)*. Coimbra, Tese de Doutoramento em Ciências da Educação apresentada à Universidade de Coimbra, 2012.
- BOXER, C. R. – *A mulher na expansão ultramarina Ibérica*, Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- CALDAS, João Vieira; COUTINHO, Maria João Pereira – “O Nome e a Função: Terminologia e Uso dos Compartimentos na Casa Nobre Urbana da Primeira Metade do Século XVIII”. In Carita, Hélder; Mendonça, Isabel; Malta, Marize – *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia dos Interiores*. IHA FCSH e EBA UFRJ, 2014, pp. 134-189.

- CARVALHO, Joaquim Ramos de – “As sexualidades”. In *Historia da Vida Privada em Portugal*. Mattoso, José (dir.) A Idade Moderna. Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), Maia: Temas e Debates, Círculo de Leitores. 2010, pp. 96-129.
- CARVALHO, Rómulo – *História da Fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa*. Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, 1959.
- COELHO, Maria de Fátima – “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias”. In *Análise Social*, vol. XVI (61-62), Lisboa, 1980 – 1º-2º, pp. 111-131.
- CROOKS, Katherine – “Erecting, Entering, Emitting: Early Modern Definitions of Manhood and Masculinity”. In *Afficio Undergraduate Journal*, Winter 2011. Disponível em: <http://www.smu.ca/academics/name-70837-en.html>
- CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “As grandes casas”. In *Historia da Vida Privada em Portugal*. Mattoso, José (dir.) A Idade Moderna. Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores. 2010, pp. 72-95.
- DARMON, Pierre – *Damning the Innocent. A History of the Persecution of the Impotent in pre-Revolutionary France*. New York: Viking, 1986.
- DELUMEAU, Jean – *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DONALDSON, IML – “William Harvey’s other book: Exercitationes de generatione animalium”. In *J R Coll Physicians Edinb*, Edimburgo, 2009, pp. 187-188.
- FERREIRA, António Gomes; FERREIRA, José V. – “As práticas físicas, em Portugal, no Antigo Regime”. In *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, vol. 3, nº 3, Porto, 2003, pp. 56-63.
- FERREIRA, António Gomes – *Gerar, Criar, Educar. A criança no Portugal do Antigo Regime*, Coimbra: Quarteto Editora, 2000.

- FERREIRA, António Gomes – “Três propostas pedagógicas de finais de seiscentos: Gusmão, Fénelon e Locke”. In *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano XXII, Coimbra, 1988, pp. 267-292.
- FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro – “Os sete pecados capitais e os processos de culpabilização em manuais de devoção do século XVIII”, 2013, DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X014027004>.
- FONSECA, Fernando Taveira – “Notas acerca do pensamento religioso sobre a mulher: Um sermão do século XVII”. In *A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Actas do Colóquio, vol. 2, Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, pp. 115-134.
- FRAISSE, Geneviève – “Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos”. In *História das Mulheres*. Duby, Georges; Perrot, Michelle (dir.) Vol. 4: *O Século XIX*. Fraisse, Geneviève; Perrot, Michelle (coord.), Porto: Edições Afrontamento, 1991, pp. 59-96.
- GARTON, Stephen – *História da Sexualidade*. Lisboa: Editorial Estampa, 2004.
- HESPANHA, António Manuel – “O estatuto jurídico da mulher na época da expansão”. In *O rosto feminino na expansão portuguesa. Congresso Internacional, 21-24 Nov. 1994. Actas.*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, pp. 1-16.
- LOPES, Maria Antónia – “Estereótipos de “a mulher” em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro)” in Maria Antonietta Rossi (a cura di), *Donne, Cultura e Società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI-XXI)*, Viterbo: Sette Città, 2017, pp. 27-44.
- LOPES, Maria Antónia – *Mulheres, espaço e sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

- LOPES, Maria Antónia – “Notas para o estudo do papel social da mãe: Representações e normas Theatro de Manoel de Figueiredo”. In *Revista Portuguesa de História*, nº 24, Coimbra, 1988, pp. 67-95.
- LOPES, Maria Antónia – *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- LOPES, Maria Antónia – “Repressão de comportamentos femininos numa comunidade de mulheres- uma luta perdida no Recolhimento da Misericórdia de Coimbra (1702-1743)”. In *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVII, Coimbra, 2005, pp. 189-229.
- MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano*, Lisboa: Livros Horizonte, 1992.
- MAUGUE, Annelise – “A nova Eva e o velho Adão: identidades sexuais em crise”. In *História das Mulheres*. Duby, Georges; Perrot, Michelle (dir.) Vol. 4: *O Século XIX*. Fraisse, Geneviève; Perrot, Michelle (coord.), Porto: Edições Afrontamento, 1991, pp. 581-601.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos”. In *Historia da Vida Privada em Portugal*. Mattoso, José (dir.) *A Idade Moderna*. Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), Maia: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2010, pp. 130-158.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Poder Senhorial, Estatuto Nobiliárquico e Aristocracia”. In *Historia de Portugal*. Mattoso, José (dir.) *O Antigo Regime*. Hespanha, António Manuel (coord.), Lisboa: Editorial Estampa. 1998, pp. 297-338.
- MOTA, Guilhermina – “O trabalho feminino e o comércio em Coimbra (Séculos XVII-XVIII). Notas para um estudo”. In Separata de *A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Actas do Colóquio, Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986.

- MOTA, Isabel Ferreira da - *D. Maria I: a piedosa, 1734-1816*. Matosinhos: QuidNovi, 2009.
- NEDER, Gizlene – “‘Casamento perfeito’, cultura religiosa e sentimentos políticos”. In *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, vol. 8, no.1, janeiro-abril, Rio de Janeiro, 2016, pp. 3-20.
- NYE, Robert A. – *Masculinity and Male Codes of Honor in Modern France*. Berkeley: University of California Press. 1998.
- OLIVEIRA, Valnikson Viana; SEGABINAZI, Daniela Maria – “As aventuras de Telémaco e Diófanos: a formação virtuosa através de narrativas romanescas no século XVIII”. In *Estudos Linguísticos e literários. Número especial*, nº 55, Salvador, 2016, pp. 292-307.
- PEIXOTO, José Carlos Gonçalves – “A Educação feminina em D. Frei Caetano Brandão”. In *Itinerarium, Revista Quadrimestral de Cultura*, ano XXXVIII, nº 143-144, maio-dezembro, Lisboa, 1992, pp. 295-308.
- PÉREZ MIRÓN, María Dolores – “El gobierno de la casa en Atenas Clásica: Género y poder en el *oikos*”. In *Studia Historica: Historia Antigua*, 18, Salamanca, 2000, pp. 103-117.
- PRIETO, Maria Helena Ureña – “Relendo Homero...”. In *Hvmanitas*, vol. XLVI, Coimbra, 1994, pp. 3-16.
- RIVERS-PITT, Julian – “Honra e posição social”. In *Honra e Vergonha*, J. G. Peristiany (coord.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965, pp. 63-109.
- RUIZ, Betina dos Santos – *A retórica da mulher em polémicas de folhetos de cordel do século XVIII*. Porto, Tese de Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes apresentada à Universidade do Porto, 2009.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – “As crianças e as idades da vida”. In *Historia da Vida Privada em Portugal*. Mattoso, José (dir.) *A Idade Moderna*. Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), Maia: Temas e Debates, Círculo de Leitores. 2010, pp. 72-95.

- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de – “Entre o peso do corpo e o pesar da alma: notas para uma história das emoções tristes na época contemporânea”. In *História: Questões & Debates*, n. 59, jul./dez., Curitiba, 2013, pp. 99-113.
- SANTOS, Maria José Moutinho – “A condição da mulher em Portugal no séc. XVIII vista por estrangeiros; alguns aspectos”. In *Boletim da Condição Feminina*, fasc. I, janeiro-março, Lisboa, 1981, pp. 7-20.
- SCOTT, Joan – “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.
- SENA, Fabiana – “Tesouro de meninas e Tesouro de meninos: leitura de civilidade na América Portuguesa”. In *Educação Unisinos*, 18(3):312-319, setembro/dezembro, São Leopoldo, 2014, pp. 312-319.
- SERRÃO, Joel – “Notas sobre a situação da mulher portuguesa oitocentista”. In *A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Actas do Colóquio, vol. 2, Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, pp. 326-352.
- SILVA, José Gentil da – “A situação feminina em Portugal na segunda metade do século XVIII”. In *Revista de História das Ideias*, Vol. 4 – Tomo I, Coimbra, 1982, pp. 143-166.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da – “A educação de um príncipe no período pombalino”. In *Revista de História das Ideias*, Vol. 4 – Tomo 1, Coimbra, 1982, pp. 377-383.
- VELOSO, Carlos José Rodarte – “Imagem e condição da mulher na obra de autores portugueses da 1ª metade do séc. XVII”. In *A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Actas do Colóquio, vol. 2, Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, pp. 251-270.
- VIEIRA, C. C. (Coord.), NOGUEIRA, C. & TAVARES, T.-C – “Gênero e Cidadania”. In *Guião de Educação Género e Cidadania – Pré-escolar*. Cardona, M. J. (Coord.), Nogueira, C., Vieira, C.C., & TAVARES, T.-C. (Eds.). Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2015 (2ª edição), pp. 19-60.

- VIEIRA, C. C. (Coord.), NOGUEIRA, C. & TAVARES, T.-C – “Género e Cidadania”. In *Guião de Educação Género e Cidadania – 1º Ciclo do Ensino Básico*. Cardona, M. J. (Coord.), Nogueira, C., Vieira, C. C., Piscalho, I., Uva, M. & TAVARES, T.-C. (Eds.), Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2011, pp. 5-48.
- VIEIRA, C. C. (Coord.), NOGUEIRA, C. & TAVARES, T.-C – “Género e Cidadania”. In *Guião de Educação Género e Cidadania – 2º Ciclo do Ensino Básico*. Pomar, C. (Coord.), Balça, A., Conde, A. F., García, A. M., Nogueira, C., Vieira, C. C., Saavedra, L., Silva, P. & Magalhães, O. (Eds.), Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2012, pp. 7-48.
- VIEIRA, Cristina C.; ALVAREZ, Teresa; OSTROUCH-KAMINSKA, Joanna – “Género, educação e cidadania: que «agenda» para a investigação científica e para o ensino e a formação?”. In *ex aequo*, nº 36, Lisboa, 2017, pp. 9-22.
- VIEIRA, Cristina C.; BERGANO, Sofia – “Dar visibilidade a assuntos na sombra: contribuições mútuas entre os Estudos de Género e a Investigação Qualitativa”. In *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*, Actas do Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, Porto, 2016, pp. 508-518.